

JOSIANE BORTOLUZZI

**EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DE TRABALHO EM CHAPECÓ:  
RESISTÊNCIA AO DESEMPREGO OU PRODUÇÃO SOCIAL ALTERNATIVA?**

FLORIANÓPOLIS – SC, JULHO DE 2006.

*Ao meu filho João Pedro.*  
*EU TE AMO!*

## AGRADECIMENTOS

*Aos cidadãos brasileiros pela defesa do Ensino Público, o qual possibilitou a minha formação educacional até aqui.*

*Aos meus pais, Vilson e Salete, pelo incentivo e apoio. Não poderia deixar de lembrar a forma como acolheram a chegada de João Pedro e reforçam junto comigo este propósito de vida. Vocês são para mim exemplos a serem seguidos!*

*Luiz Carlos. Amor responsável por eu não ter desistido quando pensei que não conseguiria ser mulher, mãe, estudante e trabalhadora, sou grata pela compreensão e ensinamentos: persistência, dedicação e humildade.*

*As minhas irmãs Gisa e Juli por estarmos sempre juntas.*

*Gizele, Ângela, Juliana, Simone, Andrezza, Tatiane, Fernanda Scalzavara e Simone M. Machado obrigada por vivenciarmos o significado da palavra amizade.*

*A turma do mestrado 2003 pelo aprendizado, fraternidade e cumplicidade vocês foram demais!*

*A banca de qualificação do projeto, professoras Valeska N. Guimarães e Maria Ester Menegasso, pelas indagações e contribuições.*

*As professoras Valeska e Bernardete por suas contribuições para a conclusão deste trabalho, especialmente pelo compromisso com o ensino público de qualidade, que o fazem com mérito de quem dedica sua vida a academia.*

*A professora Vera que aceitou o desafio de orientar-me mesmo sem ser esta sua área de pesquisadora por ter me dado autonomia na realização deste estudo.*

*A professora Célia Regina pelos momentos de reflexão que despertaram uma paixão, o marxismo.*

*Ao Colmar, Coordenador da ITCP-Unochapecó, pelo acolhimento e colaboração para que este estudo se realizasse.*

*Professor Idaleto Aued suas idéias foram fundamentais para definição do caminho teórico-metodológico constitutivo deste estudo. Suas publicações escritas com simplicidade explicativa contribuem para popularizar o estudo do marxismo.*

*“A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhe diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia, o seu peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam”*  
(Manoel Bomfim, 1905).

BORTOLUZZI, Josiane. Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa?, 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

## RESUMO

O presente estudo analisa as experiências associativas de trabalho em Chapecó com o propósito de entender seu significado no contexto histórico do capitalismo no século XXI. A questão norteadora é se as “As Experiências Associativas de Trabalho se configuram ou não como um modo de produção social alternativo à forma capitalista de produção”. O *constructo* teórico-metodológico visa à compreensão do trabalho nesta sociedade e, a partir da historicidade dessa categoria, apreende os conceitos de emprego e desemprego. Com a percepção de que o desemprego é inerente ao capitalismo apresenta-se uma interpretação sobre as políticas de trabalho e renda no Brasil, a partir de 1990, e a função do Estado no capitalismo, destacando, em 2002, a incorporação da economia solidária naquelas políticas. Retomam-se as origens do associativismo e cooperativismo no século XIX para apreender o cenário político, econômico e social de sua emergência no século XX, e o debate entre o denominado socialismo utópico e o chamado científico. Esse referencial subsidia a concepção histórica no entorno das práticas associativas e cooperativas para, de forma contextualizada, apreender a realidade estudada. Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos: a entrevista e a pesquisa documental. O plano empírico identifica, a partir das falas dos sujeitos pesquisados, quem são estes trabalhadores, suas trajetórias profissionais e motivações para formar uma organização desse tipo. Percurso este que favorece abstrair as relações de produção e as relações sociais no contexto das experiências pesquisadas de forma a analisá-las em analogia à questão norteadora. A partir das análises das entrevistas apresentam-se algumas conclusões: As experiências se configuram como forma de resistência ao desemprego e podem ser consideradas uma resposta dos trabalhadores para a sua condição de sobrevivência. Conclui-se que as experiências associativas de trabalho não se constituem em um modelo de produção social alternativo, pois continuam se fundamentando na relação capital-trabalho. Contudo, a persistência e o avanço nos procedimentos de autogestão podem provocar uma alteração no comportamento político e cultural dos trabalhadores cooperados.

**Palavras chave:** Desemprego, Geração de Trabalho e Renda, Associativismo e Cooperativismo.

BORTOLUZZI, Josiane. Associative Experiences of Work in Chapecó: resistance to unemployment or alternative social production?, 2006. 144 p. Dissertation (Master in Social Service) – Federal University of Santa Catarina, 2006.

### ABSTRACT

The present study analyzes the associative experiences of work in Chapecó with the purpose of learning its meaning in the historical context of the capitalism on the 21st century. The guided question is: “the Associative Experiences of Work are configured as a kind of alternative social production to the capitalist form of production”. The construction theoretical-methodological aims the comprehension of work in this society and from the historicity of this category to learn the concepts of employment and unemployment. Understanding the unemployment as inherent in the capitalism, an interpretation about the politics of work and gains in Brazil since 1990 and the function of the State in the capitalism is presented, pointed out the entry of the supportive economy, in 2002. The origins of associativism and cooperativism in the 19th century are resumed to learn the political, economical and social context of its emergency in the 20th century, and the debate between the utopian and the scientific socialism. This reference subsidizes the historical conception about the associative and cooperative practices to learn, in a contextual form, the studied reality. It is a qualitative research, in the exploratory and descriptive type. To collect information, two instruments were utilized: the interview and documental research. The empirical plan, it is from the speech of the individuals researched, that workers are identified, their professional trajectory, and motivation to create this type of organization. It favors the abstraction of production relations and social relations in the context of the experiences researched, to analyze them in an analogy with the guided question. Some conclusions are presented from the interviews analysis: the experiences are configured as a way to resist to the unemployment, and they can be considered as an answer from the workers to their survival condition. In conclusion, the associative experiences of work are not a model of alternative social production because they still are founded on the relation between capital and work. However, the persistence and advances in self-management procedures can cause an alteration in the political and cultural conduct of the cooperated workers.

**Key-words:** Unemployment, Work and Gains generation, Associativism and Cooperativism.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparação EUA e Europa
Tabela 2	Registro do Crescimento do PIB e do PIB per capita
Tabela 3	Desemprego em Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 1998/2004
Tabela 4	Flutuação do Emprego Formal em Chapecó
Tabela 5	As Vinte Ocupações que mais Desligaram em Chapecó
Tabela 6	As Vinte Ocupações que mais Admitiram em Chapecó
Tabela 7	Flutuação de Emprego por Setor de Atividade em Chapecó

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e desempregados do TEM
CESOL	Central dos Empreendimentos de Economia Solidária
CETE	Conselho Estadual de Trabalho e Emprego
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COEP	Comitê de Entidades Públicas
CMTE	Conselho Municipal de Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e estudos Sócio-Econômicos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FASC	Fundação de Ação Social
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUMIN	Fundo de Investimento Multilateral
FUNCITEC	Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEA	População Economicamente Ativa
PIS	Programas de Integração Social
PASEP	Formação do Patrimônio do Servidor
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF C	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho

ONU	Organização das Nações Unidas
SENAES	Secretaria Nacional Economia Solidária
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
UNITRBALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
TEA	Taxa de Atividades Empreendedoras

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>TRABALHO, DESEMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA .....</b>	<b>17</b>
	<b>1.1. O trabalho Como “Necessário” à Sobrevivência Humana .....</b>	<b>18</b>
	<b>1.2. Trabalho, Emprego e Desemprego .....</b>	<b>25</b>
	1.2.1 O movimento do sistema capitalista e os efeitos sobre o mundo do trabalho..	28
	1.2.2 O desemprego .....	34
	1.2.3 O desemprego no Brasil .....	36
	<b>1.3. Política Pública de Trabalho e Geração de Renda no Brasil .....</b>	<b>38</b>
<b>2</b>	<b>ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL .....</b>	<b>58</b>
	<b>2.1 Origens Históricas do Associativismo .....</b>	<b>59</b>
	<b>2.2 A Experiência Francesa: Saint- Simon e Fourier .....</b>	<b>61</b>
	<b>2.3 A Experiência Inglesa: Owen .....</b>	<b>70</b>
	<b>2.4 Contexto Político do Associativismo e do Cooperativismo .....</b>	<b>77</b>
	<b>2.5 Economia Solidária como Política de Trabalho e Renda no Brasil .....</b>	<b>83</b>
<b>3</b>	<b>DESEMPREGO E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO EM CHAPECÓ .....</b>	<b>90</b>
	<b>3.1 Desemprego e Geração de Renda em Chapecó .....</b>	<b>91</b>
	3.1.1 O programa Empresa-Mãe de Cooperativas Populares .....	99
	3.1.2 A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Unochapecó .....	103
	<b>3.2 As Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó .....</b>	<b>107</b>
	3.2.1 Experiências Associativas de Trabalho COOPERVIDA .....	108
	3.2.2 Experiências Associativas de Trabalho AGD Confecções .....	110
	3.2.3 Experiências Associativas de Trabalho Cooper CASA NOVA .....	111
	<b>3.3 Os trabalhadores das Experiências Associativa de Trabalho em Chapecó.</b>	<b>112</b>
	3.3.1 Suas trajetórias profissionais .....	112
	3.3.2 Motivação pessoal .....	114
	3.3.3 Relações de produção .....	118
	3.3.3.1 O trabalho como capital .....	118
	3.3.3.2 O trabalho como forma de estruturar a atividade de produção .....	121
	3.3.3.3 A forma de gestão da experiência .....	122
	3.3.3.4 Rendimentos e distribuição de excedentes (sobras) .....	125
	3.3.4 Relações sociais .....	126
	3.3.4.1 O significado de participar de uma experiência associativa de trabalho .....	127
	3.3.4.2 Prática social .....	128
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>145</b>
	<b>ANEXO A .....</b>	<b>148</b>
	<b>ANEXO B .....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

A Dissertação ora apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Mestrado – da Universidade Federal de Santa Catarina, tem como inquietação inicial o significado das experiências associativas de trabalho em Chapecó no atual contexto histórico do capitalismo.

O *mundo do trabalho* e suas mudanças colocam aos pesquisadores o desafio de interpretá-las como produto do momento histórico, de forma que sua apreensão só é possível se observadas no conjunto capital, trabalho e Estado.

Entre as transformações ocorridas no *mundo do trabalho* tem-se como ponto de partida as empreendidas pela Revolução Industrial em que a maquinaria revoluciona a forma de apropriação do trabalho alheio. É esta percepção que leva a dialogar com Marx e marxistas para apreender o mundo do trabalho atual e a forma como o modelo de produção capitalista inova seu modo de apropriar-se do trabalho. Entende-se que esta percepção impede que as *transformações* ocorridas no mundo do trabalho atual sejam interpretadas a partir de seus desdobramentos: as inovações tecnológicas, a microeletrônica, as formas de gestão, enfim um conjunto de significativas mudanças. Acredita-se que essas se observadas em si mesmas, não explicam as transformações societais vivenciadas pelos trabalhadores.

Assim, a categoria trabalho é central para a compreensão das *transformações* ocorridas na maneira de produzir e reproduzir a vida material humana. O trabalho e a estrutura econômica formada a partir dele possibilitam a apreensão da totalidade da vida social, econômica, política e cultural dos homens. Motivo pelo qual se considera que os socialistas utópicos para sua época, século XIX, inovaram com suas críticas à sociedade que emergia com a grande indústria, ainda que de forma utópica, questionaram a forma de apropriação do trabalho, observando que o trabalho criava a riqueza, mas que esta não era socializada entre os criadores.

Retomar as idéias apresentadas pelos pensadores que projetaram experiências associativas e cooperativas significativas para seu contexto histórico, permite relacioná-las com o propósito de reação crítica àquele modelo vigente de sociedade. Permite também percebê-las como insuficientes quando observadas com relação ao horizonte de transformação social, interpretações estas proporcionadas por Marx e Engels. Há uma proximidade teórica entre as iniciativas fundamentadas nos princípios da economia solidária com aquelas originadas no século XIX. No entanto, em termos práticos e políticos, a associação de

trabalho vivenciada nos séculos XX e XXI além de um cenário diferente, o modo de produção capitalista em um estágio bem mais avançado de desenvolvimento e em hegemonia, encontram trabalhadores que recorrem a elas com sentido ideológico diferenciado. Pensar nas experiências associativas de trabalho implica em retomar o cenário associativista, em especial, na forma cooperativa que emerge no século XIX e reaparece no século XX.

O que instiga analisar empiricamente o contexto em que as experiências associativas de trabalho são gestadas, e a qual horizonte se projeta pode ser justificado por ser uma questão teórica polêmica e pela dimensão incorporada a elas no âmbito do Estado e da sociedade, mas em especial por sua emergência estar diretamente associada ao desemprego e às formas históricas de “combatê-lo”. O fenômeno do desemprego é intrínseco à relação capital-trabalho, condição esta que mobiliza a existência do aparato político-institucional do Estado. De modo que o aparelho estatal, como instrumento mediador da relação capital-trabalho, dispõe de um conjunto de políticas públicas sociais que se responsabilizam por legitimar e respaldar essa relação.

Assim, o problema de pesquisa em torno do qual foi construída esta Dissertação pode ser assim formulado – “qual é o significado das Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó diante do atual contexto histórico do sistema capitalista? Estas se configuram como uma forma de sobrevivência e resistência ao desemprego ou como modo alternativo de produção social contrapondo-se ao sistema de produção capitalista? Elas ultrapassam as formas de precarização das relações de trabalho<sup>1</sup> que favorecem a expansão do capital, bem como o universo das políticas públicas direcionadas à sobrevivência dos empobrecidos”?

A análise que ora se propõe sustenta-se no pressuposto de que as Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó se configuram como estratégia de sobrevivência e resistência ao desemprego que, contraditoriamente, não ultrapassam as formas de precarização das relações de trabalho que favorecem a expansão do capital. Pressuposto este que se diferencia das referências teóricas que a compreendem como modo de produção social alternativo ao observável no cenário tradicional do mundo capitalista.

No entanto, este pressuposto não elimina o problema de pesquisa que se propõe a identificar e analisar, mas o evidencia como uma questão a ser estudada junto às Experiências Associativas organizadas em torno do trabalho.

Embora os trabalhadores estejam recorrendo a ‘alternativas’ para produzir e reproduzir sua vida material de modo a visualizar outra forma que não a do modo de produção capitalista

---

<sup>1</sup> Os aspectos da precarização que serão observáveis serão o trabalho sem proteção social, a terceirização da produção,

(o assalariamento), tudo leva a pensar que estas ‘alternativas’ poderiam se configurar como forma de retomar ao trabalho como forma emancipadora dos homens, retirando desta atividade humana a alienação e o fetiche da mercadoria. Entretanto, percebe-se que, contraditoriamente essas ‘alternativas’, aproximam-se do que historicamente se tenta negar diante do modelo capitalista, a precarização do trabalho e o desemprego.

Considerando a qualidade dos dados a serem obtidos, os quais indicam a exigência de uma abordagem qualitativa, foram utilizados dois instrumentos para a obtenção das informações. A escolha da cidade de Chapecó para realização desta pesquisa relaciona-se em primeiro lugar ao fato desta cidade ter incorporado os programas de geração de trabalho e renda pautada nos princípios da economia solidária como política pública local, em segundo por ser pólo de uma das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares reconhecidas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas<sup>2</sup> desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (PRONINC/MTE).

O universo pesquisado compreendeu as experiências associativas de trabalho em Chapecó fomentadas e/ou organizadas na vigência desta política, mais especificamente a partir da criação do Programa Empresa-Mãe, em 2000, e que permanecem em plena atividade até 2005, a partir do mapeamento realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Universidade Comunitária Regional de Chapecó (ITCP-Unochapecó).

Definiu-se escolher dentre as Associações de Trabalho de Chapecó mapeadas pela ITCP-Unochapecó, uma vez que esta foi colaboradora da pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, visando à implantação do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES)<sup>3</sup> da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). As etapas concluídas foram: o levantamento de todos os grupos, associações e cooperativas via o preenchimento de um formulário disponível no *site* da SENAES e, posteriormente, a visita *in loco* para verificar se estes são realmente de economia solidária. No momento em que foram selecionadas as Experiências Associativas de Trabalho a serem pesquisadas a ITCP-Unochapecó havia vinte e um empreendimentos de economia solidária confirmados

---

<sup>2</sup> Programa criado em 1997 com o objetivo de desenvolver uma metodologia de incubação de cooperativas populares.

<sup>3</sup> O processo de mapeamento teve início em 2004, com a constituição de 27 Equipes Gestoras Estaduais, envolvendo cerca de 230 entidades governamentais e não governamentais que atuam com economia solidária. Até o mês de outubro de 2005, aproximadamente 700 pesquisadores(as) visitarão cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários (EES) em todos os estados brasileiros. Até o momento, mais de 10 mil Empreendimentos Econômicos Solidários foram identificados no SIES. Ver: BRASIL, 2006a.

efetivamente como de economia solidária. Este levantamento correspondia aos dados parciais (até a data de 04 de março de 2005) disponibilizados para a SIES/SENAES.

Outro fator relevante que levou a selecionar as Experiências a serem pesquisadas entre os empreendimentos apresentados pela ITCP-Unochapecó foi o fato desta ter sido parceira da Prefeitura Municipal, no período de 2001 a 2004, nas ações dirigidas à política pública de trabalho e renda.

A partir desse mapeamento alguns critérios foram definidos para a escolha das Associações de Trabalho em Chapecó: as constituídas por trabalhadores, com diferentes origens fomentadoras; formas constitutivas (associação, grupo de produção, cooperativa); a adoção da autogestão; ramos de atividades diferenciados (produção, serviço e trabalho); o tempo de existência mínimo de um ano; que no mínimo tivesse cinco associados, não podendo ser composta apenas pelo núcleo familiar; a localização no meio urbano ou rural, desde que dentro dos limites do município de Chapecó e se encontrasse em pleno exercício de suas atividades.

As experiências associadas de trabalho selecionadas foram a Cooperativa de Serviços Gerais Vida e Esperança (COOPERVIDA), a Cooperativa Casa Nova (Cooper CASA NOVA) e a AGD Confeccões que é uma Associação de Produção. De cada Experiência foram entrevistados três trabalhadores associados. A definição dos sujeitos de pesquisa deu-se na direção de identificar a partir do que vivenciam os sujeitos nas Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó. Dois dos entrevistados foram escolhidos aleatoriamente por meio de sorteio e o terceiro entrevistado foi reservado ao associado, que no momento da entrevista, assumia a função de presidente/dirigente da Associação. A escolha de que cada Experiência, representada por três associados, foi estratégica, pois além das informações coletadas junto ao presidente/dirigente da organização era fundamental que se tivesse a possibilidade de verificar se estas eram consensuais entre os associados. No total, foram entrevistados nove trabalhadores associados das Experiências pesquisadas.

Identificou-se, a partir da fala dos sujeitos entrevistados, como ocorrem as relações de produção e sociais no contexto das Experiências Associativas de Trabalho pesquisadas em Chapecó. Nessa linha elaborou-se o roteiro que norteou a análise:

- Uma breve caracterização das Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó retomando sua trajetória de formação e suas principais características.
- Resgatar suas trajetórias profissionais e a motivação pessoal que levaram os trabalhadores a formar a Experiência.

- Verificar a dinâmica interna estabelecida entre os sujeitos nas Experiências para compreender como desenvolvem suas atividades laborais e concebem o produto de seu trabalho, tendo como referência os seguintes aspectos: o trabalho como capital, o trabalho como forma de estruturar a atividade de produção, a forma de gestão da experiência, e, rendimentos e distribuição de excedentes (sobras).
- As relações sociais são apreendidas a partir dos seguintes aspectos: o significado de participar de uma experiência associativa de trabalho, e, prática social conscientizadora.

O percurso teórico percorrido para subsidiar as análises empíricas encontra-se organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo deste estudo “Trabalho, Desemprego e Geração de Renda” propõe a retomada, a partir de um enfoque sociológico, o trabalho como necessário à sobrevivência humana. Tem como ponto de partida o significado do trabalho para os homens, procurando refletir historicamente sobre sua realização e centralidade. A reflexão, neste momento, se conduz pela idéia que existe uma profunda diferença entre o trabalho realizado como mediador entre o homem e a natureza (trabalho que diferencia os homens dos animais, e os tornou humanos) e o trabalho mercadoria (trabalho na modalidade emprego, que divide os homens em classes). Dessa forma, pretende-se mostrar que o trabalho como atividade criadora é inerente ao ser humano, mas que a necessidade da venda do trabalho (o emprego) é uma criação da sociedade capitalista. Na forma de mercadoria o trabalho desumaniza as relações sociais entre os homens ao transformá-lo em empregado, determinando sua extinção quando se transforma em desempregado. Condição social esta que se pulveriza quando se apresenta aos trabalhadores como alternativa à inexorabilidade do desemprego à geração de renda. Ainda neste capítulo, se analisa a questão da geração de renda sob o enfoque do desemprego o que permite acompanhar as ‘inovações’ do Estado no incentivo ao modelo empreendedor de criação de novos postos de trabalho. Considerando-as como desdobramentos do projeto político- ideológico neoliberal conciliadas as novas formas de administrar a relação capital-trabalho. Este é o cenário em que se apresenta a geração de renda via Estado e pode ser identificada também como contexto significativo em que emerge o cooperativismo.

Como recurso teórico-metodológico para apropriar-se desse contexto, no segundo capítulo, apresenta-se o “Associativismo e Economia Solidária no Brasil”, retomando o associativismo de Saint-Simon e Fourier e o cooperativismo de Owen para subsidiar as reflexões sobre a economia solidária e sua transformação em política de trabalho e renda no Brasil.

No terceiro capítulo, o “Desemprego e Associações de Trabalho em Chapecó”, partindo do geral ao particular se apresenta uma reflexão teórica sobre o desemprego e a política de geração de renda e trabalho identificada em Chapecó, no período de 2000 a 2004, tendo como referência os dados empíricos coletados, por meio da pesquisa qualitativa realizada junto aos sujeitos que formam as Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó.

Para finalizar, nas “Considerações Finais”, serão apresentados alguns apontamentos e conclusões decorrentes do estudo empírico das Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó.

## 1 TRABALHO, DESEMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Para analisar as Experiências Associativas de Trabalho, objeto de estudo da presente dissertação, busca-se compreendê-las inserindo-as no âmbito do debate acerca da categoria trabalho. Aprender as experiências associativas a partir dessa categoria significa analisá-las num processo de constituição do ser social e as transformações no mundo do trabalho, vistos como produto do momento histórico, que se encontra em constante metamorfose.

Por isso, toma-se como ponto de partida “o trabalho como necessário à sobrevivência humana”. Dessa maneira, percebe-se a realização do trabalho na sociedade capitalista como fundamental para a socialização do homem, pois este parece ser o caminho pelo qual ele produz e acessa aos bens e serviços que o torna produto e produtor da produção e reprodução da vida material. Esta centralidade do trabalho parece fundamentar-se num paradoxo, pois o mesmo trabalho que corporifica a condição de existência do homem, constrói a gênese da reprodução desigual da humanidade. Isto porque, de um lado, a divisão do trabalho define o modo de produção e reafirma socialmente o direito à propriedade privada. De outro, permite a uns dominarem e a outros serem dominados, demarcando socialmente o surgimento de duas classes sociais: os proprietários dos meios de produção e os que apenas possuem sua força de trabalho.

É nesse sentido que o trabalho adquire o *status* de mediador entre as classes sociais, e destas com o capital, relação, esta, que historicamente tem definido a diferença entre os homens. É esta a relação entre as classes sociais que coloca a uns a condição de proprietários, e a outros, a de trabalhadores assalariados, sob a forma de emprego. E ainda outros na condição de indesejáveis, os desempregados, conforme analisa Castel (1998). Assim, afirma-se a necessidade de compreender o significado material do trabalho (via emprego e desemprego) a partir de sua historicidade.

Na atualidade, a compreensão sobre o desemprego é fundamental, pois expressa o motivo pelo qual as pessoas recorrem as mais variadas estratégias para superá-lo e manter sua condição de existência e/ou sobreviverem, portanto, é neste que se identificam as Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó, e a relação destas com a sobrevivência social na região estudada e as políticas públicas de trabalho e renda implementadas pelo poder político.

Hoje a hegemonia do capitalismo sendo incontestada, e tendo o Estado como um forte aliado, é de suma relevância indagar-se e apreender o significado econômico e social de suas

políticas, por sua proximidade e co-responsabilidade diante das profundas transformações no mundo do trabalho.

A compreensão da existência das políticas públicas empreendidas pelo Estado Moderno, em especial a de Geração de Trabalho e Renda, tem como horizonte percebê-las como inerentes ao sistema capitalista, necessárias para que os homens na condição de ‘descartáveis’ sobrevivam enquanto tais, na medida que estão a um passo de serem ‘inúteis’, definição esta contextualizada por Robert Castel (1998).

### **1.1 O Trabalho Como “Necessário” à Sobrevivência Humana**

O trabalho é aqui compreendido como toda e qualquer atividade humana realizada pelos homens para assegurar a sua própria sobrevivência. A forma assalariada do trabalho como o conhecemos é uma constituição do modo de produção capitalista que se instituiu há cerca de dois séculos. No entanto, a realização do trabalho é anterior a essa forma, encontra-se na origem da constituição histórica do ser social, isto é, o trabalho como ação mediadora entre natureza e homem. Nesse momento,

As condições sob as quais os indivíduos mantêm intercâmbio entre si, enquanto a contradição não aparece, são condições inerentes à sua individualidade e não algo externo a eles; condições nas quais estes determinados indivíduos, existentes sob determinadas relações, podem produzir sua vida material e tudo o que a ela se relaciona; são, portanto, as condições de sua auto-atividade, produzidas por esta auto-atividade [produção da própria forma de intercâmbio] (MARX; ENGELS, 1993, pp.111-112).

A condição de existência do homem é produto do seu próprio trabalho, entretanto este não carrega consigo a gênese da reprodução desigual da humanidade. O que determina a reprodução desigual, não é força do acaso, corresponde a uma determinada forma de intercâmbio [atividade dos indivíduos] e estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Naquele período histórico “o homem alcançou um grau superior de sua existência por meio de seu próprio trabalho. Naquela condição e naquele tempo, ele adapta (transforma) a natureza às suas necessidades dependendo das condições naturais e biológicas do trabalho” (AUED, 1999, p.112).

O trabalho concebido no modo de produção capitalista não reside na necessidade do homem individual, reside na necessidade social. Tanto a necessidade do homem como sua satisfação são processos históricos, delas emergindo a relação entre os homens e sua contradição aparece na realização do trabalho dividido socialmente, negando a individualidade do homem.

Para que as transformações na ordem social ocorram existe uma conexão de elementos que se fundamentam no modo como o trabalho é realizado. Conforme analisado por Marx e Engels<sup>4</sup> (1993, p.78), no modo de produção capitalista esta conexão reside na “divisão da população em duas grandes classes, divisão que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção”. É o conjunto destas duas condições que mobilizadas permitem que *o trabalho volte a ser o poder sobre os indivíduos*, sua expressão máxima é a propriedade privada capital, a qual tem sua origem no trabalho e na troca.

A presente interpretação privilegia a compreensão que permite visualizar a possibilidade de transformação de uma ordem social por outra. Portanto, toma-se a concepção histórica para a apreensão da realidade social e, em específico, a realidade das experiências associativas de trabalho em Chapecó.

Deste modo, no âmbito do percurso teórico da categoria trabalho recorre-se às construções marxistas de “ser social” e de “classe social” para respaldar as análises, visto que é possível evidenciar que, na maioria das experiências estudadas, a necessidade de trabalho acena como fator relevante para emergência de tais iniciativas.

A superioridade do homem reside na sua consciência e emana dos elementos objetivos e subjetivos que possibilitam sua produção e intercâmbio com seu semelhante. No momento em que o trabalho individual deixa de ser a única forma de produção da vida e incorpora a relação de troca de mercadorias, o homem perde o controle/consciência dos elementos que o constituem como tal, que possibilitam produzir sua existência.

No processo de emancipação da humanidade, o trabalho fundamenta-se na ontologia do ser social, sua centralidade apresentou-se como irrevogável, uma vez que, o ato laborativo propicia ao homem “a *sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem*” (ANTUNES, 2005, p.136, grifo no original). Este caráter social do trabalho existe na medida em que alguém produz para a sobrevivência do outro, nesse momento o trabalho é tomado como espécie alheia ao homem, materializando “a primeira forma universal de existência

---

<sup>4</sup> Ver: A Ideologia Alemã.

humana” (AUED, 1999, p.113), o homem deixa de ser único e distinto, torna-se universal e igual, um ser social.

Tomar a categoria trabalho como ontologia do ser social implica numa compreensão de que tanto as relações de produção quanto as relações sociais, são resultantes do intercâmbio entre homem e trabalho. É, portanto, este fato que, no modo de produção capitalista, permite por meio da mercadoria expropriar do homem em sua individualidade a sua própria criação, o trabalho e dele sua sobrevivência. A interpretação de Antunes (2005, p.136, grifo nosso) reitera esta questão quando afirma que “o fato de [o homem] buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução”.

É por meio do trabalho coletivo e socialmente produzido que se constitui a evolução das formas pré-humanas para o ser social, conforme Antunes (2005), o trabalho é a origem do ser social”. E, ainda, quando o *trabalho concreto*, aquele realizado para a sobrevivência do próprio trabalhador torna-se *trabalho abstrato*<sup>5</sup>, ao ser trocado por produtos do trabalho alheio, assume a forma mercadoria, logo, “os trabalhos, individual e concreto, com suas singularidades são superados (negados) por uma nova determinação: o ser social” (AUED, 1999, p.113).

O produto do trabalho sob a forma de valor de troca é o instrumento societal que cria o ser social, o trabalho, agora social, engendra uma nova formação social: a do capital. Esta se apresenta corporificada em duas grandes classes sociais, “os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que precisam manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência” (MARX; ENGELS, 1993, p.84).

Marx e Engels (1993) explicam essa condição social do homem ao resgatar historicamente o período que antecede a passagem da barbárie à civilização, se referindo ao momento em que o intercâmbio<sup>6</sup> fora superado pela divisão do trabalho, instituindo-se, assim, a condição de classe social, ou seja a classificação dos indivíduos de acordo com suas condições de trabalho. Tomam como exemplo a condição do servo, o qual abandonava o

---

<sup>5</sup> Este é um dos conceitos que permite descobrir a verdadeira natureza das relações capitalistas, ocultas por trás da aparente equivalência da compra-venda do trabalho. “Trabalho Abstrato significa – em síntese – trabalho separado do seu sujeito e transformado em substância da relação valor de troca. Significa produto que denomina ao produtor, valor “coisificado”, subordinação do trabalho ao capital” (CASTRO, 1998, 10).

<sup>6</sup> Termo usado para definir o trabalho em sua forma natural, como à pura interação homem e natureza. O trabalho como auto-atividade do homem para realizar sua própria sobrevivência, condição que foi subsumida na divisão do trabalho. Ver.: Marx; Engels, 1993.

feudo dispondo apenas de sua força de trabalho e deslocava-se para as cidades onde encontrava a estrutura social já estabelecida, reservando-se a eles o status de trabalhadores. Dessa forma, a divisão do trabalho, ainda incipiente, já assinalava o ordenamento social que se formaria a partir deste entrelaçamento.

No desenvolvimento do processo de divisão do trabalho surge a classe burguesa que tem a sua origem na separação da produção e do comércio<sup>7</sup>, expandindo a circulação dos produtos entre as cidades vizinhas e chegando a maiores distâncias, aumentam a produção e, ao mesmo tempo, incrementam com novos produtos as necessidades de consumo. Aos poucos, a classe burguesa foi se destacando da associação feudal e fortalecendo seu domínio.

A expansão do comércio encontra-se no fortalecimento dessa classe, “os burgueses em cada cidade eram constrangidos a se unir contra a nobreza rural para salvar sua pele [...]. A partir das numerosas burguesias locais de diferentes cidades nasceu lentamente a *classe burguesa*” (MARX; ENGELS, 1993, p.83, grifo no original), que aos poucos absorve todas as *classes possuidoras preexistentes*. Da mesma forma, ocorre com a classe trabalhadora quando a comum condição material de sobrevivência, na condição de *não possuidores* exige deles para se manterem vivos lutar contra a outra classe. Marx e Engles (1993, p.84) sintetizam este debate quando afirmam que a “classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe; tornam-se subsumidos a ela”.

A rigor, as bases do novo ordenamento social criado pelo homem têm início nas corporações, na utilização do trabalho coletivo (ou social) no processo de produção. Com a divisão do trabalho se estabelece a manufatura transformando a propriedade em capital comercial e capital industrial. A fase da manufatura, marco histórico das relações capitalistas, supera sua existência em sua própria dinâmica, isto é, a concorrência e a expansão comercial fizeram com que sua força produtiva não fosse suficiente para atender o mercado mundial, acabando por criar a grande indústria. “O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho” (MARX, 1985, p. 7).

Ainda na manufatura, ocorre a troca dos homens entre si e a propriedade privada coincide com o trabalho, cuja realização permite ao homem sua singularidade e a especificidade, momento este em que lhe era possível determinar como e o que produzir, isto é, o indivíduo apropriado da totalidade das forças produtivas, tanto na realização individual ou

---

<sup>7</sup> Comércio não é uma invenção da classe burguesa, já era realizado pelos povos antigos, também entre os judeus.

em cooperação<sup>8</sup>. Será superado quando a máquina passa a produzir sua própria força motriz e pode-se dizer que este foi o “*agente geral da grande indústria por tornar totalmente emancipada dos limites da força humana*” (MARX, 1985, pp. 11 – 12, grifo nosso).

Cabe destacar três momentos fundamentais na passagem da manufatura para a grande indústria, onde existe a cooperação dos trabalhadores e o uso da máquina-ferramenta. Nesta fase, eles trabalham não somente com suas próprias ferramentas, mas com as de um mecanismo ou mecânicas (tear mecânico, com fusos na máquina de fiar, agulhas no tear).

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. Que portanto a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa (MARX, 1985, p. 8).

Já na manufatura moderna aparecem as ferramentas de um aparelho mecânico, o sistema de máquinas e a cooperação entre elas com uma divisão do trabalho peculiar. “A máquina, da qual a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força” (MARX, 1985, p. 10). Além disso, apresenta-se o sistema de máquinas, “o objeto de trabalho percorre uma seqüência conexa de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se complementam mutuamente” (MARX, 1985, p. 12).

Estas duas fases compreendem a manufatura que reúne os fundamentos técnicos para a grande indústria, produzindo a maquinaria com a qual esta supera o artesanato e a manufatura. Ocorre então o revolucionamento do modo de produção e nas condições gerais do processo de produção social – meios de comunicação, transporte, pequena agricultura, indústria acessória doméstica e o artesanato urbano (MARX, 1985). Duas questões centrais na grande indústria: primeiro, “apodera-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas” (MARX, 1985, p. 16) e, segundo, “no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material [...] a supressão do trabalhador

---

<sup>8</sup> No texto de Aued (1999) pode-se encontrar a discussão acerca da constituição do ser social no processo da emancipação humana tomando por base o livro primeiro da obra *O Capital* (1985).

individual pelo socializado [ou coletivo] aparece ainda sendo mais ou menos casual” (MARX, 1985, p. 17).

A grande indústria inaugura duas formas de condição de existência: a propriedade privada enquanto trabalho acumulado e o trabalho real (MARX; ENGELS, 1993). Neste modo de produção capitalista, a mercadoria trabalho é a maneira que o capital encontra para produzir e reproduzir a sociedade conforme sua vontade.

Na medida em que, no interior do trabalho, a propriedade privada se defronta com o trabalho, ela se desenvolve partindo da necessidade da acumulação e, inicialmente, ainda apresenta bastante a forma da comunidade; mas, em seu desenvolvimento ulterior, aproxima-se cada vez mais da moderna forma da propriedade privada. Através da divisão do trabalho, já está dada desde o início a divisão das *condições* de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e com isso, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários; e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas da propriedade. Quanto mais a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação (MARX; ENGELS, 1993, p. 104).

O capital em sua forma industrial dissocia o ser social do seu trabalho concreto e individual, imprimindo nele a participação no processo de trabalho como condição de existência e como caminho para acessar a produção social, ou seja, única forma de reprodução da vida. O que ocorre é que “neste processo os produtores diretos são expropriados dos meios de produzir sua vida. Ao serem expropriados dos meios de produzir sua subsistência, os produtores diretos são obrigados, forçados, a transformar, também, sua força de trabalho em objeto comprado e vendido” (AUED, 1999, p. 118).

A venda da força de trabalho é condição de sobrevivência para a classe trabalhadora. Da mesma forma que para a classe trabalhadora sua realização é vital, também, a venda da força de trabalho é a condição de existência do modo de produção capitalista. “O capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas” (MÉSZÁROS, 1995 apud ANTUNES, 2005, p.21).

O capital como meio totalizante de produção e reprodução da vida material ergueu suas bases sob o trabalho social e alcançou sua égide na divisão do trabalho e, aprimora seu mecanismo de produzir e acumular riqueza. Esta reflexão parece mostrar que a produção e a acumulação se mantêm, desde a grande indústria ao capital financeiro.

Assim, o trabalho e todos que vivem dele encontram-se mobilizados e em constante intercâmbio. Isso parece ocorrer para que a sociedade capitalista garanta as relações de produção, comercialização e consumo, ou seja, a produção da riqueza

Estas formas são aprimoradas pelo modo de vida capitalista. Na primeira forma, os indivíduos não reconhecem sua força de trabalho como forma de intercâmbio e de acumulação de capital e, na segunda, “a vida material dos homens aparece como finalidade, e o criador desta vida material, o trabalho, aparece como meio” (MARX; ENGELS, 1993, p.105).

Neste sentido, a grande indústria “engendrou a história mundial [...] criou uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e em que toda nacionalidade já está destruída [...] não é apenas a relação com o capitalista, mas é o próprio trabalho, que a grande indústria torna insuportável para o trabalhador” (MARX; ENGELS, 1993, pp. 94 - 95).

Marx (1985), ao analisar a emergência da indústria e o desenvolvimento das forças produtivas, antecipou que a maquinaria utilizada pelo capital jamais teria como fim último encurtar o trabalho real empenhado para a produção da mercadoria, mas sim aumentar o trabalho acumulado (a riqueza). A partir deste prisma a maquinaria parece se constituir em um elemento histórico fundamental para a reprodução do capital, uma vez que lhe possibilita “encurtar a jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo [para sua reprodução], a fim de encompridar a outra parte que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia” (MARX, 1985, p. 7).

Ao identificar a diferença essencial que reside na passagem da manufatura para a grande indústria, Marx (1985) observa que a questão central ali colocada não está configurada na utilização da máquina em si, mas na alienação que envolve a força de trabalho. Contrapõe assim ao pensamento de David Ricardo (1772 - 1823) e outros economistas da época, os quais entendiam que a inovação desencadeada pelo desenvolvimento das forças produtivas com o advento da maquinaria reside num cálculo matemático. Isto é, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor do tempo de trabalho. A máquina ao maximizar o tempo de trabalho ao produzir mais mercadorias barateia a força de trabalho, possibilitando ao capitalista o lucro. Para Marx, o lucro pode ter seu entrelaçamento “natural” nas forças produtivas, mas a criação da riqueza social é fruto da exploração do trabalho, isto é, a riqueza é o excedente da força de trabalho, o trabalho não-pago, denominada de mais-valia. A maquinaria possibilita acumular riqueza e também engendra novas formas de relação entre trabalhadores e o modo de produção capitalista.

## 1.2 Trabalho, Emprego e Desemprego

A abordagem dos distintos conceitos de trabalho, emprego e desemprego, constitui-se na tentativa de compreendê-los como um conjunto de elementos articulados pelo sistema do capital, que se encontra em constante transição devido às reestruturações processadas para promover a expansão do capitalismo e para superar suas “crises”.

Ao longo dos séculos<sup>9</sup> o trabalho como atividade laboral recebeu diferentes conotações econômicas e sociais, como vimos no item anterior. O trabalho foi a força produtiva que alavancou as grandes transformações societárias, desde os processos produtivos individuais e surgimento das cidades ao advento do comércio entre as cidades. Com a expansão do comércio, a manufatura foi aos poucos sendo suprimida pela necessidade das inovações tecnológicas. Deste processo de desenvolvimento o advento da maquinaria é inevitável, o trabalho deixa de ser a única força produtiva com a emergência da grande indústria<sup>10</sup>, mas continua sendo central.

Desde os séculos XII e XIII surge “a emergência de duas categorias de população, a dos pobres envergonhados e a dos mendigos válidos, indica que tais sociedades já conhecem fenômenos de desclassificação social (mobilidade descendente) e de subemprego (trabalhadores válidos entregues à mendicância)” (CASTEL, 1998, p. 95). E, nesse período, como resposta ao ‘social’<sup>11</sup> duas eram as formas visualizadas, uma ocorria pelas relações não-mercantis de assistência enquanto caridade e, a outra, pelo Estado por meio de sua intervenção pública. Estas formas eram destinadas às *peessoas isentas da obrigação do trabalho* que por sua vez, recebem uma classificação social distinta daqueles indigentes válidos que são capazes de trabalhar, mas não trabalham e, também dependem destes benefícios. Portanto, esta classificação social já existe nas sociedades ocidentais pré-industriais (século XIV a XVIII), se agrava quando a realidade de não trabalhador encoberta sobre o rótulo de vagabundo recebe outra conotação. Questão esta que para Castel é central.

---

<sup>9</sup> Entre os séculos IX e XII, alta Idade Média, datam a consolidação do feudalismo. Nos referimos ao período histórico caracterizado pelo crescimento das cidades, a expansão territorial e o florescimento do comércio, que se inicia na baixa Idade Média Européia, século XIII (MARX; ENGELS, 1993).

<sup>10</sup> De acordo com Karl Marx, a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na metade do século XVIII integra o conjunto das chamadas “Revoluções Burguesas” que se iniciaram no século XVII, responsáveis pela crise do Feudalismo, na passagem do capitalismo comercial para o industrial.

<sup>11</sup> “O ‘social’ consiste em sistemas de regulação não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial” (CASTEL, 1998, p. 31, grifo no original).

Primeiramente porque a concepção de vagabundo revela “uma dificuldade irreparável na forma dominante da organização do trabalho: sua incapacidade para dar um lugar à mobilidade que alimenta e dramatiza a questão da vagabundagem”. Segundo, por suplantarem a necessidade do assalariamento a partir de “tutelas tradicionais que comprimem o trabalho em redes rígidas de obrigações sociais e não, econômicas” (CASTEL, 1998, pp. 43 - 44).

Da fase da manufatura até a transição para a grande indústria, a condição de empregado (ou emprego) assalariado representava o fracasso. Esta condição era considerada das mais indignas e miseráveis, quando alguém era um assalariado não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços (CASTEL, 1998).

A grande indústria reestrutura a formação social existente, conforme Marx e Engels (1993), ela inaugura a contradição entre instrumento de produção e propriedade privada, ou seja, de um lado, o trabalho; de outro, o capital e os meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima). O trabalho deixa de ser um ato criativo realizado pelo seu valor de uso e passa a ser uma atividade alienada.

Ao concentrar, na indústria, a realização do trabalho, o capital sintetiza o trabalhador em empregado assalariado, subjugado à divisão do trabalho e à mecanização torna-se dispensável. O reconhecimento social passa pelo trabalho assalariado (MARX, 1985, p. 12). Uma das primeiras reestruturações observadas na sociedade capitalista localiza-se na inversão do significado do trabalho e do emprego. Ao retomar esses dois conceitos e sua expressão na passagem do século XVIII para o século XIX, Aued e Chaves (2003, p.59) observam que “o emprego assalariado, sinônimo de degradação, passa, do mais completo descrédito, ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções”. Condição semelhante marca o *status* de trabalhador assalariado, o trabalho na sua forma capitalista<sup>12</sup> é condição para a existência humana.

Na sociedade capitalista o trabalho passa a ser uma *atividade livre* que, sob a forma assalariada, ganha uma nova conotação ao final do século XIX, além de ser percebido como meio para a sobrevivência, também recebe uma conotação moral, cuja razão de ser dos homens é contribuir com seu trabalho.

A condição social do indivíduo que não se encontrava inserido na sociedade do trabalho era a de vagabundo, indigente, conotação esta que revelava a situação de ser dispensável para o mundo do trabalho. Esta condição social era entendida como resultado da vontade individual e não era considerada uma questão social, no máximo um problema social.

---

<sup>12</sup> Para Marx o trabalho no modo de produção capitalista é um trabalho estranho ao trabalhador, por ser alienado.

É a partir dessa inversão de valores em que o trabalho se apresenta como necessário e dignificante, que o termo desemprego, até então inexistente, ganha reconhecimento social promovendo a diferenciação entre a condição de vagabundo e de desempregado. É somente no século XIX que o termo passa a fazer referência à privação de trabalho e emprego, enquanto que os vagabundos são aqueles incapazes de promover suas necessidades (CASTEL, 1998).

Entre as leituras da época que endossam essa conotação e dedicam-se a explicar a relação trabalho, emprego e desemprego, destaca-se a lei do mercado de trabalho de Adam Smith (1723-1790). Aued e Chaves (2003) resgatam Smith para mostrar que, na vertente liberal, a questão do desemprego nasce como sendo algo involuntário, que depende da “mão invisível” do mercado podendo ser uma situação momentânea do mercado ou devido ao aumento da oferta de mão-de-obra. Assim, “se trabalho é sinônimo de emprego, está diretamente relacionado ao funcionamento do mercado de trabalho [...] O desemprego é involuntário porque existe a ‘mão invisível’ guiando as pessoas, e suas situações de emprego e de desemprego” (AUED; CHAVES, 2003, p.60).

Na contramão dessa vertente teórica, Marx e Engels (1993) se dedicaram a compreender, entre outras questões, a superação do trabalho forçado e o advento do trabalho livre como sendo central na constituição da sociedade capitalista e, seus impactos expressam-se na degradação do homem, principalmente da classe operária.

Aued e Chaves (2003) ao analisarem a constituição da categoria desemprego no século XIX, defendem a tese de que não se trata de um fenômeno novo, ao contrário, seu processo de constituição expressa origens e condições semelhantes a dos ‘inúteis para o mundo’, condição que lhes foi reservada no período que antecede a Revolução Industrial, sendo que na atualidade, eles são os ‘inempregáveis’<sup>13</sup>.

A adaptação e o uso do termo ‘inúteis para o mundo’ nas relações no mundo do trabalho marcou profundamente a vida dos trabalhadores, os chamados desfilados por excelência, pessoas que não tinham nenhum estado e não usufruíam de nenhuma proteção.

Dessa forma, o advento do trabalho assalariado é interpretado, a partir da leitura de Castel, como um ciclo que se fecha e carrega consigo a “necessidade de estabelecer diferenças entre os pobres permanentes (mendigos de hábito, delinquentes, saltimbancos, duendes) e os pobres de ocasião: operários regulares que, temporariamente, apresentavam necessidades e que, pouco a pouco, eram qualificados como desempregados” (AUED; CHAVES, 2003, p. 60).

---

<sup>13</sup> Ver: Castel (1998).

De um ponto de vista histórico, serão analisadas as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do advento da sociedade salarial. “O salariado acompanhou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte” (CASTEL, 1998, p. 495).

Ainda segundo Castel (1998), na medida em que as sociedades se constituíram como sociedades salariais inseridas ou não nas políticas sociais empreendidas pelo “Estado Social”, houve o equacionamento e explosão do crescimento do desemprego. Da mesma forma, ocorreu com a precarização das relações de produção. Para tanto, a origem da questão da exclusão que desloca os indivíduos para a margem da sociedade é “uma questão social e é a questão do estatuto do salariado, porque chegou a estruturar nossa formação social quase inteiramente” (CASTEL, 1998, p. 495).

A condição histórica que se apresenta envolta dos conceitos do trabalho, do emprego e do desemprego é a imagem do desfecho que o modo de produção capitalista estabelece com a classe trabalhadora, não só sua condição social como também sua própria essência evidenciada na mais-valia.

Historicamente, “a promoção do livre acesso ao trabalho fecha, assim, um longo ciclo de transformações conflitivas, pondo fim aos entraves que impediram o advento de uma condição salarial”. (CASTEL, 1998, p. 44). Passado esse período de definir e aperfeiçoar suas bases, a condição que surge do capital a partir do século XIX e XX, fora a de se reorganizar para “*superar*” suas crises, ou melhor, vem se reorganizando a forma de dominação do trabalho com o objetivo de ampliar a acumulação de riqueza.

### 1.2.1 O movimento do sistema capitalista e os efeitos sobre o mundo do trabalho

A década de 1980, no mundo, é marcada pelos avanços tecnológicos e mudanças nas relações de produção, onde o processo produtivo sob o modelo fordista e taylorista<sup>14</sup> deixa de ser predominante. Pode-se dizer que é inaugurado um novo modo de organizar e estruturar a produção, denominado de toyotismo ou modelo japonês, o qual é pautado pela flexibilização inserindo novas formas de acumulação de capital e de exploração do trabalho<sup>15</sup>. Ocorre ainda,

---

<sup>14</sup> Fordismo e taylorismo referem-se ao processo produtivo que combina produção fabril com a lógica de organização do trabalho (produção de massa, em série, com larga escala e grandes estoques), conforme pode ser encontrado em Antunes (1996).

<sup>15</sup> Pode-se dizer que o toyotismo surge no pós-guerra japonês devido a uma emergência em mesclar, substituir e alterar o padrão produtivo fordismo-taylorismo até então dominante, cuja produção é

uma revitalização do liberalismo como reação à “ineficácia” das políticas keynesianas e do Estado de Bem Estar Social.

Esse contexto combina o desfecho da crise deste modelo com um conjunto de inovações tecnológicas, novas formas de gestão produtiva inovando a acumulação de capital e, no âmbito político e ideológico, o projeto neoliberal que a partir do Consenso de Washington, define o processo de internacionalização do capital ou globalização econômica.

Antunes (2005) entende o toyotismo como um novo modelo de organização do trabalho, como uma nova forma de regulação e novo ordenamento social que expressam um pacto entre capital, trabalho e Estado. Mesmo com a aderência ao toyotismo, é possível constatar que não houve a eliminação do trabalho e sim o aumento de um processo de “intelectualização” e qualificação de uma parcela da classe trabalhadora, pode-se dizer que no setor de serviços estas transformações se evidenciam e recebem maior ênfase, entretanto, este setor se amplia e se aprimora para responder à nova realidade da fábrica. Contraditoriamente, associa-se a este processo de intelectualização a degradação das condições e das relações de trabalho, bem como a precarização baseada na desqualificação e subproletarização do trabalho onde os direitos e conquistas históricas estão sendo *substituídos e eliminados* no mundo da produção.

Assim, se faz necessário refletir sobre como o capitalismo se rearticula nesta “fase” tendo como ponto de partida as transformações no mundo do trabalho. Antunes (2005) fundamenta suas argumentações em Sabel e Piore e em Pollert, para afirmar que as transformações no mundo do trabalho não se configuram como *novos processos produtivos* por não serem distintas das bases fordistas. Igualmente, recorre a Harvey para confirmar a argumentação, o qual reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, “artesaniais” e tradicionais, não havendo nada de novo nesse impulso para flexibilização.

Logo, a reestruturação produtiva redefine os aspectos econômicos do mundo do trabalho e também põe em discussão a centralidade do trabalho para a existência desse sistema de produção, mesmo diante das mais complexas estratégias de dominação adotadas pelo capitalismo. Antunes (1997, p.50) defende a tese de que

Enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não se pode concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço

---

sincronizada com a demanda e ao mesmo tempo a maximiza. Esse modelo é denominado como processo produtivo flexível, conforme pode ser encontrado em Antunes (1996).

científico e tecnológico e que se configura pelo peso mais crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social.

A flexibilização no processo produtivo não representa abolição do uso da força de trabalho, pelo contrário, reforça a necessidade do sujeito buscar por meio do trabalho garantir a produção e a reprodução da sua vida social. O trabalhador ao lutar por sua existência, renova suas próprias condições de reprodução como ser social. Entretanto, esta necessidade não significa o desenvolvimento das potencialidades sociais, políticas, econômicas, enfim, humanas. Portanto, contraditoriamente o trabalho temporário, flexível revela “que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade” (CASTEL, 1998, p. 44).

Castel (1998), ao defender a tese de que o trabalho é central em sua forma contemporânea, reside nas transformações do emprego e, também, na formação da nova questão social: o desemprego. No entanto, é no *crescimento do não trabalho* que reside a “mutação completa de nossa relação com o trabalho e, através disso, de nossa relação com o mundo” (CASTEL, 1998, p. 497), uma vez que o trabalho assume o papel de *grande integrado*, o não trabalho, é mais do que o desemprego, é a não possibilidade de estabelecer processos de formação de identidades coletivas entre os trabalhadores.

Esse percurso teórico reforça o viés interpretativo que possibilita uma abordagem da totalidade das mazelas estruturais da sociedade capitalista, retomando-se a constituição histórica do trabalho, do emprego e do desemprego como caminho analítico do contexto atual do sistema do capital.

Em consonância com essa perspectiva de centralidade do trabalho, é relevante mencionar as análises marxistas contemporâneas que se dedicam a compreender o metabolismo social do capital. Antunes (2005) reflete sobre o tema a partir da leitura de István Mészáros e apresenta análises sobre o trabalho na ontologia do ser social, entendendo que uma das frentes de resistência à homogeneização da lógica do *sistema do capital* reside no resgate do valor de uso do trabalho. Isso quer dizer que é preciso retomar o trabalho enquanto meio de transformação da natureza para a sobrevivência, como “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre homem e a natureza” (MARX apud ANTUNES, 2005, p.167).

Demarcar o ‘tempo e o espaço histórico’<sup>16</sup> é condição para desvendar o objeto deste estudo, uma vez que a partir das experiências associativas de trabalho busca-se analisar os

---

<sup>16</sup> Ver: David Harvey. *Condição pós-moderna*, 1993.

elementos que se encontram na sua gênese quando observada a partir da ‘necessidade social’ do trabalho e da impossibilidade de interação social enquanto desempregado.

Entende-se por ‘tempo histórico’ as transformações ocorridas no processo de produção do capital. Duménil e Lévy (2003), ao analisar o capitalismo dentro de uma perspectiva histórica, apresentam como abordagem teórico-metodológica as crises estruturais observáveis no sistema capitalista e o movimento dialético no entorno deste espaço evidencia-se na superação destas crises por meio de transformações em seu próprio funcionamento. Para estes autores, um exemplo do ciclo do capitalismo a partir de suas crises pode ser percebido nos principais países capitalistas desenvolvidos que nos anos 1970 (as duas crises do petróleo em 1973 e 1979) e na metade dos anos 1980 (em 1986 o contrachoque do petróleo) enfrentaram uma grande crise estrutural. Dentre as manifestações, configurou-se o aumento exagerado do desemprego causado pela diminuição da acumulação do capital e pelo crescimento da produção. Este clima da crise foi superado nos anos 1990 pela ‘supressão’ do desemprego nos Estados Unidos e a sua ‘redução momentânea’ na Europa. Estas mudanças tornaram possível considerar a ‘crise’ apenas como realidade dos países da periferia, uma vez que nos países desenvolvidos o mundo do trabalho passou por alterações estruturais, as quais permitiram amenizar momentaneamente alguns dos impactos resultantes da própria dinâmica do capital, deslocando da idéia de crise e resignificar o uso da força de trabalho e a sua forma de inserção no processo de produção (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Ernest Mandel (1985), também analisa o sistema capitalista por ciclos econômicos, entende que estes consistem na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação, sendo que as crises ocorrem em função das oscilações da economia que determinam e são determinadas conforme os seres sociais produzem e reproduzem a história humana. Para o autor, a história mostra quatro momentos em que o capitalismo, em nível internacional, retrata esses movimentos cíclicos, os quais ocorreram a cada sete ou dez anos e, do mesmo modo, também é possível visualizar os ciclos que ocorrem em períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos.

No entanto, a cada ciclo econômico encerrado, seus impactos projetam um processo contraditório na estrutura social do capitalismo, onde “‘a população redundante’ [significa cada vez mais ‘trabalho supérfluo’] se refere ao ‘excesso em relação às necessidades’”.

As grandes massas de pessoas – em praticamente todos os campos de atividade – que continuam a ser impiedosamente expulsão do processo de trabalho e consideradas “redundantes” pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como

*consumidoras* que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 321).

Isso significa que os trabalhadores desempregados, os sem qualificação e os qualificados, são necessários ao sistema tanto como força de trabalho útil como sobrante, e ainda como consumidores. Por ser o princípio de acumulação de capital descrito por Marx (1985) um dos fundamentos do capitalismo, este sistema de produção tem como regra o aumento da extração da mais-valia do trabalho.

Por este ângulo, o desemprego pode ser observado com um dos desdobramentos deste fundamento. Assim como também, são observáveis na dinâmica do sistema, o descumprimento das leis trabalhistas, a introdução de novas tecnologias no processo de produção. Isso significa dizer que o fenômeno do desemprego e seus reflexos fazem parte da ‘crise estrutural’ do sistema capitalista. Deste ponto de vista o desemprego não é uma anomalia social, mas funcional ao sistema de produção capitalista.

Os trabalhadores desempregados são considerados, conforme os defensores do sistema, um número aceitável e/ou um problema passageiro. De acordo com Mézárós (2002), o reconhecimento do desemprego pode se dar a partir de duas óticas, uma delas considera-o como um reflexo das exigências modernas do sistema industrial, a outra, é que a escala do desemprego está um pouco maior do que poderia estar contida nos “pequenos bolsões” admitidos para cortar os déficit financeiro do Estado. Nesta última, a causa do desemprego permanece oculta porque aqueles defensores

Continuaram a postular que a nova fase do ‘desenvolvimento industrial’ e da ‘revolução tecnológica’ consertaria tudo no devido tempo, uma vez que as novas políticas da ‘direita radical’ fossem ‘implantadas’, e que o ‘ambiente político’, assim como o ‘clima econômico’ favorecessem realmente a dinâmica expansão empresarial (MÉSZÁROS, 2002, p. 323).

A defesa de que o desemprego é uma questão passageira, e sua estabilização reside na expansão do capital nada mais são do que justificativas e alternativas para conformar ideologicamente os indivíduos à condição de desempregado.

Há não muito tempo foi-nos prometido que os empregos que desaparecessem na indústria seriam grandemente compensados pela ‘indústria de serviços’ e pelo impacto econômico positivo de todo tipo de ‘empregos que adicionam valor’ com que os países do Terceiro Mundo que recebem nossas ‘indústrias com chaminés – os felizes beneficiários da nossa transferência de tecnologia – não poderiam competir (MÉSZÁROS, 2002, p. 329).

Assim, para uma melhor compreensão do Brasil, precisa-se analisá-lo na contextualidade do capitalismo mundial contemporâneo e diante disso observar como a sociedade brasileira incorpora e reage estabelecendo sua especificidade enquanto um Estado-Nação. Dessa forma, a ‘crise’ social vivida no país conseqüentemente faz parte da ‘crise’ mundial por que passa o sistema, porém com suas singularidades próprias, reflexos que permeiam diversas esferas da vida social e que resultam em diminuição e/ou agravamento das condições socioeconômicas e políticas da população.

O desemprego, seguindo a tendência mundial, vem, nas últimas sete décadas do século XX, apresentar seu aumento inexorável, justificado por um lado na tradição de ‘milagres’ econômicos que se sustentam por um curto espaço de tempo – caso da Alemanha, Itália, Japão, Brasil, China e no conjunto da Europa – que em nome da prosperidade justifica os milhões de ‘trabalhadores supérfluos’. E por outro, o agravamento desemprego em alguns setores do mercado de trabalho acompanhado da expansão do emprego, em outros. Contudo, ainda se observa que o ‘exército de reserva’ do trabalho recorre às ocupações precárias e na sua ausência a outras estratégias de sobrevivência, cabíveis aos indivíduos que estão em risco social. Sendo assim, por mais elevados que sejam os números e o impacto do desemprego, ele num primeiro momento não representa uma ameaça diante da dinâmica de ‘expansão lucrativa do capital’ por já ter sido cooptado por ela. Ao mesmo tempo, o desemprego é a grande questão social do século XXI e ao tornar-se mundialmente fora de controle assume dimensão ameaçadora por ser o trabalho na forma de mais-valia o elemento necessário para a realização do sistema como tal. Questão esta que problematiza o desemprego como o dilema moderno (MÉSZÁROS, 2002).

A leitura sobre o desemprego elaborada até o momento teve como fio condutor sua interpretação estrutural. Com base em Mézszáros (2002) acredita-se na incontrolabilidade do sistema econômico que foge ao controle dos Estados-Nação, por ser um sistema transnacional, onde mecanismos internos se tornam inocentes diante da força do capital em escala global. Compreende-se, assim, que a soberania de uma nação, defendida pela teoria liberal, na sua totalidade é ilusória. As decisões políticas são tomadas pelo poder econômico e cada vez mais são tomadas, extraterritorialmente, controladas por países hegemônicos centrais que acabam impondo as regras no processo decisório da economia-mundo da maioria dos países.

Uma outra interpretação sobre o desemprego pode ser encontrada em D’Intignano (1999) a qual apreende, a partir de uma leitura conjuntural e quantitativa, sua gênese atribuída a decisões macroeconômicas dos Estados-Nação.

### 1.2.2 O desemprego

D’Intignano (1999)<sup>17</sup>, entende o desemprego se reportando às crises do petróleo nas décadas de 1970 e 1980 como definitivas para a gênese do desemprego na França e o crescimento de empregos nos Estados Unidos da América (EUA).

Segundo a autora, a Europa, passou por três outros momentos igualmente importantes a reunificação alemã (1990), a Guerra do Golfo (1991) e o Tratado de Maastricht (1992), cujos principais impactos foram a adoção de uma política monetária restritiva, em especial no contexto francês foi acompanhada de uma forte proteção social e altos salários. No entanto, a crise do petróleo não pode ser considerada como a única causa do desemprego europeu, pois sua ‘irrupção’ também se fez sentir de forma semelhante nos EUA. Nos EUA, assim como na Europa, o desemprego em 1980 era de 10%, a diferença é que os EUA, após cada crise, o reabsorviam rapidamente, tornando-o a partir desta década, cíclico. Para a autora, a supressão do desemprego americano deve-se primeiramente à progressão da população ativa que foi acompanhada pela criação de empregos, conforme se pode observar no quadro:

**Tabela 1: Comparação EUA e França**

1970 – 1996	População Ativa	Emprego	Desemprego
EUA	+ 60%	+ 60%	inalterado
França	+ 15%	- 6%	+ 9%

Fonte: D’Intignano, 1999, p. 29.

Cabe ressaltar que esta leitura tem como pressuposto a idéia de pleno emprego nos EUA, condição esta que pode ser questionada quando se toma como exemplo o desemprego entre os negros de Nova Jersey.

A Europa e os EUA reagiram de forma diferente à desaceleração provocada pelas crises do petróleo o que vai definir os números do desemprego em ambos os continentes. Enquanto que

A América desembaraçou-se da inflação com rapidez e sucesso a partir de 1983, impondo uma política monetária bastante restritiva; relançou sua produção adotando uma política de redução de impostos inspirada em Arthur Laffer e destinada a estimular a oferta e a procura; inspirada nos neoclássicos, estimulou a concorrência com a desregulamentação. Uma poderosa retomada Keynesiana implícita acompanhou este dispositivo durante todo o período de 1980. [...] Em principio da década de 90, a América de Clinton conseguiu sair da recessão graças a uma política monetária bastante flexível, com o FED fazendo descer a taxa de juros reais

<sup>17</sup> As reflexões que seguem sobre o desemprego nos EUA e Europa são realizadas a partir da leitura da obra dessa autora.

a curto prazo ao nível zero durante vários anos consecutivos, estimulando assim o investimento produtivo, os consumidores e os financiadores, e com isto o crescimento e, *in fine*, o emprego (D'INTIGNANO, 1999, pp.72-73).

De 1983 até a década de 1990 a política macroeconômica dos EUA<sup>18</sup> foi redirecionada para promover o crescimento econômico, o que foi possível com a disposição de mais homens trabalhando, com um número de jovens e de mulheres adentrando no mercado de trabalho e ainda o trabalho de imigrados. As medidas para reabsorver os avanços do desemprego e criar duradouramente empregos foram a flexibilização e os baixos salários.

As funções terceirizadas pela grande indústria para melhorar sua produtividade e jogar com a concorrência suscitaram atividades novas de todo tipo: de planejamento, de consultoria jurídica e financeira, logística [...], que vêm se acrescentar aos bancos, às finanças, à segurança tradicionais. Uma fábrica de semicondutores moderna, que custa um milhão de dólares e cria menos de mil empregos, fará se erguerem em torno dela de 3 a 5 mil empregos induzidos. Pouco então, que a grande máquina demande poucos efetivos. O grosso das tropas irá prosperar em sua periferia (D'INTIGNANO, 1999, p. 88).

Este é um dos aspectos observáveis da transformação no mundo do trabalho investido pelos EUA: os novos tipos de emprego que vêm sendo criados. Desde 1994 a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seus recentes estudos, afirma que o trabalho não vai desaparecer e o volume de empregos não é limitado. Dessa forma, percebe-se a emergência do setor de serviços na primeira metade do século XX e, atualmente, os serviços imateriais (comunicação). Este cenário observado nos EUA no qual seu setor de serviços, de 1975 a 1997, teve uma crescente de +60% (D'INTIGNANO, 1999, gráfico, p. 82).

A Europa como um todo foi marcada por um período de estagnação do crescimento econômico, entre as décadas de 1970 e meados de 1990. Na França, esta situação foi agravada pela retomada Keynesiana baseada no estímulo à demanda (percebida com o aumento da renda mínima e dos salários), o que gerou um desequilíbrio das contas externas facilitado pelo momento de recessão nos outros países, resultando na necessidade de desacelerar o seu crescimento. As demais investidas de retomada do crescimento também foram ineficazes diante do contexto mundial, sendo até 1996, insuficientes. Seu crescimento atual é de 1 a 2%, tardando a retomada do crescimento e assim, mantendo o desemprego.

A experiência comparada de nossos dois continentes mostra que é preciso uma política de retomada a partir da demanda para reabsorver o

---

<sup>18</sup> Os Neo-Clássicos, inspirados no modelo Clássico com algumas inovações no aparelho do Estado.

desemprego, mas que ela tem que vir acompanhada de uma flexibilização do mercado de trabalho e de capital para criar de maneira duradoura os empregos esperados. Os dois têm que estar ligados (D'INTIGNANO, 1999, p. 75).

Segundo a autora, os países desenvolvidos parecem submetidos, desde 1975, a um dilema: optar pela “criação de emprego” ou pela “proteção social aos trabalhadores”. Dessa forma os países acabam, no contexto da economia capitalista globalizada, obrigados a escolher entre criar empregos e isto significa automaticamente optar pelo rebaixamento dos rendimentos dos trabalhadores menos qualificados. O contrário, a proteção social e/ou aumento de salários significa não criar empregos para os que estão chegando na idade economicamente ativa, negar o acesso ao emprego aos trabalhadores (na maioria sem qualificação) e aumentar a pobreza.

D'Intignano (1999), aponta para a conclusão de que o desemprego é uma questão de estagnação do crescimento econômico e de decisões políticas sobre a economia de mercado nacional, o que de acordo com a autora possibilita uma aproximação com o desemprego em outros países. Entretanto, entende-se que explicar a questão social pautada numa visão economicista é próprio deste sistema para que o mecanismo do capital prospere, afastando o risco de ruptura com o modo de produção capitalista.

### 1.2.3 O desemprego no Brasil

Ao contrário da retomada do crescimento econômico que ocorreu nos EUA a partir da década de 1980, cuja taxa de crescimento chega a 4% e 5% , no Brasil, os reflexos das crises do petróleo são sentidos no cenário econômico a partir da década de 1980 e se estende por toda a década de 1990, conforme revelam os dados da tabela a seguir.

**Tabela 2: Registro do Crescimento do PIB e do PIB per capita**

<b>Décadas</b>	<b>PIB</b>	<b>PIB per capita</b>
<b>1940-50</b>	5,90%	3,47%
<b>1950-60</b>	7,38%	4,20%
<b>1960-70</b>	6,01%	3,05%
<b>1970-80</b>	8,72%	6,09%
<b>1980-91</b>	1,54%	-0,38%
<b>1991-2000</b>	2,85%	1,22%

Fonte: E. Bacha; R. Bonelli<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Estes dados fazem parte de um estudo que a partir dos registros de longo prazo, visa observar o crescimento do PIB nas últimas seis décadas.

Até a década de 1970 o Brasil apresenta um bom crescimento econômico o que pode ser observado no aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) que atingiu 8,72%.

A década de 1980, no cenário brasileiro, foi considerada uma “década perdida”, a taxa de expansão da economia brasileira foi de 2,6%. Contudo, foi a década de 1990 que apresentou os piores índices de crescimento desde 1940, uma taxa média de expansão da economia de 1,8%. Essas duas décadas consecutivas foram de baixíssimo crescimento econômico estimado, em 1999, o crescimento de 1% (POCHMANN, 2000).

O desemprego, que no Brasil até o final dos anos de 1980 era muito inferior ao observado em países desenvolvidos, muda de padrão alcançando taxas de 8,5% no final dos anos de 1990. Em 1989 possuía 25,5 milhões de empregados formais e em 1998 esse número caiu para 22,3 milhões (POCHMANN, 1999). Na década seguinte foram eliminados 3,2 milhões de empregos.

Mesmo com o desemprego crescente, os anos de 1980 configuraram-se como uma década muito importante para o mundo de trabalho. Com a promulgação da Constituição de 1988, criou-se o seguro desemprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A instituição destes dois mecanismos de proteção revela o reconhecimento social da condição de desempregado.

Na avaliação de Pochmann (2000), a longa estagnação da economia nacional, a partir de 1981, e o novo modelo econômico, em curso desde 1990, são os responsáveis pelo desemprego atual. De tal maneira que na década de 1980 o Brasil era o décimo terceiro país do mundo em volume de desempregados, hoje quarto do mundo. Mesmo no período de 1993 a 1997, quando a economia cresceu em média 4% ao ano e conseguiu combinar com a estabilização monetária, não houve alteração substancial na taxa de desemprego. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>20</sup>,

Em 1998 há 6,9 milhões de brasileiros sem emprego. A estimativa seria 50% maior, se o IBGE alterasse sua metodologia de pesquisa. O Brasil, que cresceu menos de 1% em 1999, teria de crescer 5,5% para absorver a leva de 1,5 milhão que chega anualmente ao mercado de trabalho (POCHMANN, 2000, p. 1).

O alto índice de desemprego põe o Brasil, em 2000, em segundo lugar no *ranking* mundial em números absolutos, com 11.454 milhões de pessoas sem trabalho, dos 71 milhões

---

<sup>20</sup> De acordo com Márcio Pochmann (2000) as pesquisas da Fundação Seade/Dieese são as mais adequadas para aferir o mercado de trabalho num país como o Brasil. Em relação as pesquisas realizadas pelo IBGE, acredita que se houvesse modificação na metodologia, ela faria a taxa de desemprego subir cerca de 50%.

de sua População Economicamente Ativa (PEA), correspondendo a 16,13% de pessoas desempregadas. Perdendo apenas para a Índia, com 41.344 milhões de desempregados, conforme dados do estudo “Globalização e Desemprego” (ROLLI, 2002). A tabela abaixo mostra que o desemprego continua aumentando em três regiões metropolitanas durante os últimos sete anos, e a média corresponde a 18,5%.

**Tabela 3: Desemprego em Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2004**

Período	Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2004			
	% Belo Horizonte	% Distrito Federal	% Porto Alegre	Média %
1998	15,9	19,7	15,9	17,2
1999	17,9	22,1	19,0	19,7
2000	17,8	20,2	16,6	18,2
2001	18,3	20,5	14,9	17,9
2002	18,1	20,7	15,3	18,0
2003	20,0	22,9	16,7	19,9
2004	19,4	22,7	14,6	18,9
Média %	18,2	21,2	16,1	<b>18,5</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do DIEESE.

O próximo item dedica-se a aprofundar o entendimento da política pública de trabalho implementada no Brasil desde a década de 1990 e, recentemente em 2002, a incorporação da economia solidária na geração de trabalho e renda desta política.

### 1.3 Política Pública de Trabalho e Geração de Renda no Brasil

Neste item tomar-se-á a geração de renda tradicionalmente direcionada à inclusão social dos trabalhadores que se encontram na condição de “descartáveis” para o mercado, buscando compreender o significado econômico e social de sua incorporação na política pública de trabalho, até então voltada à geração de postos de trabalho/emprego.

No intuito de apreender a função das políticas sociais empreendidas pelo Estado se faz necessário compreender seu domínio, para tal retoma-se sua origem na Idade Média Baixa<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Os povos antigos ou sociedades tribais, a propriedade aparece como do Estado e o direito era do indivíduo sobre a terra, naquele período o sentido de Estado faz referência à noção de comunidade e o direito é simplesmente a possibilidade de posse da terra. O conceito de Estado não é datado na Idade Média Baixa, mas o sentido moderno tem como marco este período.

Neste período histórico, a propriedade, o Estado e o direito são resultantes das relações econômicas que foram se complexificando. Uma das expressões destas transformações é a família, em especial a figura patriarcal que deixa de garantir na relação privada as condições de sobrevivência e a relação de troca passa ser indispensável para reproduzir a vida material de seus membros. Com isso a idéia material burguesa corporificada na troca de mercadoria dissemina culturalmente a condição de dependência ao mercado e, a partir desse momento, forma-se uma classe dominante.

A verdadeira propriedade privada começa com a propriedade mobiliária (escravidão e comunidade), conseqüentemente a primeira divisão do trabalho e, por fim, a origem da sociedade desigual ou de classes.

Nos povos surgidos da Idade Média, a propriedade tribal desenvolve-se passando por várias etapas diferentes – propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro – até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, isto é, até chegar à propriedade privada pura, que se despojou de toda a aparência de comunidade e que excluiu toda influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado Moderno (MARX; ENGELS, 1993, p.97).

A autonomia do Estado existe até o momento em que os homens ligados a um objetivo comum se transformem em classe para defender seus interesses. O sentido moderno de Estado reside na instituição que forma consensos ideológicos, políticos e culturais. Tem sua base estabelecida na soberania dos Estados Nacionais e na constituição das economias. Sendo assim,

O Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade *livre*. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei (MARX; ENGELS, 1993, p.98, grifo no original).

O perfil do Estado retoma sua origem enquanto responsável pelo poder político instituído com o surgimento das primeiras cidades na Idade Média, seja pela regulação das atividades econômicas perpetuadas na separação do valor de uso do valor de troca, ou como responsável pelo estabelecimento de um conjunto de mediações políticas com legitimidade na unidade social para estabelecer o direito à propriedade (MARX; ENGELS, 1993). Modelo este que se ratifica como a instituição do Estado Moderno de Direito Burguês que, a partir do

contrato social, engaja-se na legitimação do sistema capitalista como um aparelho hegemônico.

Isso significa dizer que a origem do Estado Moderno é a forma política através da qual a classe burguesa faz valer seus interesses e que se dissemina, primeiramente, nos países europeus. Segundo Hobsbawm (1982), a Revolução Industrial (grande indústria) pode ser considerada base material para a classe burguesa se tornar hegemônica e a Revolução Francesa, sua contemporânea, a base ideológica e política para garantir seu poderio nas complexas transações mundiais, garantindo a expansão comercial para além do mediterrâneo. Assim, o Estado Moderno de Direito Burguês<sup>22</sup> surge da função historicamente conferida a ele, à mediação capital-trabalho, garantindo ao capital (classe burguesa) a hegemonia econômica e política.

Para Barbosa (2005, p.35), o capitalismo é um “processo centrífugo e totalizador que exige um tipo de comando político que oriente as práticas econômicas e sujeite a sociedade a ele”. Na seqüência de seu entendimento refere-se ao Estado como o garantidor da orientação expansionista e da extração do trabalho excedente, atributos que se encontram no matiz do desenvolvimento histórico do sistema capitalista. A mesma autora, interpretando Mézáros refere-se ao Estado moderno definindo-o como:

Arquitetura coerente para garantir a produtividade do sistema (...) Por um lado, o Estado atua no sentido de evitar o controle social da produção e faz isso impondo a falácia da relação entre iguais que são livres, o que garante a eficácia da força de trabalho no processo de exploração. (...) Por outro lado, o Estado tem uma ação sobre a promoção do consumo garantindo escoamento da produção (...) promove o próprio consumo através de serviços de educação, saúde, seguridade e manutenção do aparato administrativo-jurídico-militar (...) a correção empreendida pelo Estado complementa as requisições do capital até onde não lhe provoque ineficiência ou prejudique sua sustentabilidade material (BARBOSA, 2005, p.36).

Para tanto, o Estado Moderno atua de acordo com a necessidade histórica do capital. O Estado se manifesta nas relações de produção, por ser o desemprego um “resultante” da relação capital-trabalho é possível tomar alguns exemplos para ilustrar a inversão nos processos sociais sobre orientação do Estado, tais como: o processo de terceirização para diminuir encargos trabalhistas, a reforma sindical, flexibilização das leis trabalhistas, entre

---

<sup>22</sup> Ao referir ao Estado Moderno de Direito Burguês e sua origem a idéia é que o “Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e seus interesses” (MARX; ENGELS, 1993, p. 98).

outras, essas mostram o Estado como político-jurídico, tornando legítima a exploração dos trabalhadores pelo Capital.

No âmbito mundial, antes de 1930 o Estado seguia as orientações do Modelo Clássico em que o livre funcionamento dos mercados possibilitaria atingir um ponto de equilíbrio no mercado de trabalho no qual o preço da mão-de-obra (salário real) permite que a oferta de trabalho se iguale a sua demanda, viabilizando o pleno emprego. A partir da década de 1930 este modelo econômico entra em declínio com altas taxas de desemprego. A explicação econômica para esta situação era que os entraves institucionais (sindicatos, salários rígidos) impediam que os mercados se autoregulassem. O resultado era o desemprego de longa duração. A partir dos anos 1930, a crise econômica tornava as explicações dos teóricos do Modelo Clássico insuficientes, além de serem pouco práticas para nortear a intervenção dos gestores de política (RAMOS, 2003).

Neste contexto, o Modelo Keynesiano inaugura uma nova perspectiva na forma de olhar a política econômica, o Estado rompe com o modelo clássico, o qual oferecia pouca alternativa para a situação de crise.

A alternativa política do modelo keynesiano era que o Estado assegurasse as economias de mercado um melhor uso dos recursos investidos na medida em que o poder público intervinha mediante ferramentas de política econômica (política monetária e/ou política fiscal) para induzir o sistema a situar-se próximo do pleno emprego.

A partir dos anos 30 e, especialmente, depois da década de 40, os países começaram a regular o nível de atividade de suas economias em torno do pleno emprego. Essa situação de pleno emprego foi uma característica da maioria das economias desde fins da segunda guerra mundial até meados dos anos 70.

A hegemonia do keynesianismo na dimensão macroeconômica se complementava com uma base tecnológica na qual o domínio do taylorismo-fordismo era quase absoluto. A produção em massa, em grandes unidades de produção, e trabalhadores que requeriam pouca qualificação eram a característica desse período histórico (RAMOS, 2003, p. 8).

Outro cenário se instala nas economias centrais, em meados dos anos 70, a falta de oportunidades de emprego parecia fazer parte de suas histórias. Num primeiro momento, a crise da economia de mercado e os altos índices de desemprego visíveis na quase totalidade dos países foram, atribuídas aos choques do petróleo. As tentativas econômicas de alterar este cenário mediante as ferramentas monetária/fiscais keynesiana se traduziam em maiores taxas de inflação. O mundo assistia a um esgotamento do modelo keynesiano de crescimento que

tinha sido hegemônico no pós-guerra. Modelo este que sustentava que as variáveis do mercado de trabalho tinham que ser administradas mediante instrumentos de política macroeconômica e não através de políticas direcionadas ao próprio mercado de trabalho (RAMOS, 2003).

A partir dos anos 70, percebe-se em alguns países com maior projeção, como por exemplo, nos EUA que muda o paradigma para alcançar o crescimento econômico e conter a elevação das taxas de desemprego. As teorias neo-clássicas entram em cena para reverter a estagnação do crescimento econômico. Isto celebra a volta ao modelo clássico que tinha por base a idéia (que foram hegemônicas até os anos 30) de que as medidas econômicas tinham como espaço de atuação o próprio mercado de trabalho e o Estado deixa de regular a macroeconomia que agora é uma questão resolvida no espaço da economia de mercado (oferta e demanda) e passa atuar apenas como suporte jurídico-institucional da economia. A Política de Emprego e Renda surge num contexto que procura substituir o keynesianismo de políticas públicas no tocante à geração de novos postos de trabalho. Condição esta que se amplia no decorrer da década de 1980 por todos os países subdesenvolvidos que se submetem ao modelo neo-liberal, o qual reflete diretamente nas políticas de proteção social, dentre elas a de geração de emprego e renda (RAMOS, 2003).

Conforme Mészáros (2002) o Estado sempre cumpriu um papel fundamental para o firmamento do projeto burguês. No caso brasileiro este perfil se mantém.

Barbosa (2005) elucida que nos últimos 30 anos a periferia do sistema mundial reserva ao Estado sua associação ao processo de industrialização e modernização capitalista, suas interpretações identificam, no Brasil, três momentos distintos, sendo as décadas de 1930, de 1980 e a partir de 1990:

a) os anos 1930, em que o Estado atuou no incremento urbano-industrial, garantindo crescimento econômico e postos de trabalho com baixos salários, informalidade e rotatividade de emprego. Um dos reflexos dessa formação social voltada ao crescimento econômico e marcada pela subordinação social que favorece, no período ditatorial dos anos 1960 a 1970, a internacionalização da economia e os investimentos públicos no setor privado.

Anterior a 1930, observa-se que o Estado e a economia se restringiam basicamente ao desenvolvimento da elite agrária. A indústria era rudimentar e não contava com apoio por parte do Estado, motivo pelo qual é inexistente a política de proteção social e, toda a legislação trabalhista entre 1919 a 1930 não foi cumprida nem por parte do patronato, tão pouco fiscalizada pelo Estado. Esse cenário se altera com a II Guerra Mundial (1938-1945), por um lado, porque “o capitalismo se realizou numa posição subordinada no contexto da

hegemonia norte-americana da segunda metade do século XX e sob processo de desenvolvimento baseado na acelerada internacionalização do mercado e parque industrial” (BARBOSA, 2005, p.51). A partir de então, por outro lado, o Estado comprometido com o capital entra na fase desenvolvimentista e como reflexo vemos a intervenção do Estado no sistema de proteção social, mesmo que marcada pela correlação de forças entre trabalhadores e patronato nacional.

b) nos anos 1980, mesmo diante da estagnação econômica e do endividamento para atrair recursos externos, o Estado usa o emprego formal como elo de integração social. Diante da redemocratização e das lutas sociais em torno dos direitos universais, garante a cooperação entre as classes com o advento dos direitos sociais dos trabalhadores.

A crise econômica dos anos 1970, nos países desenvolvidos, requer por parte do Estado medidas que favoreçam o novo ordenamento econômico, dentre elas “a queda dos compromissos com o pleno emprego e direitos universais, [em que] esses programas se transformam na própria política de emprego indutora de flexibilização do mercado de trabalho e da focalização da atenção pública” (BARBOSA, 2005, p.41). Estes impactos vão repercutir, no Brasil, somente em 1986, quando pela primeira vez cria-se o sistema público de proteção ao emprego, focando no amparo ao desempregado com o seguro-desemprego.

De acordo com OIT, em 1990 51,6% dos empregados da América Latina constituíam o exercito de informais. Em 1997 a curva ascendente chegou a 57,4% - sem incluir o trabalho agricultura e nem o serviço doméstico. O maior crescimento entre esses percentuais se deu no Brasil, Argentina e Venezuela que chegaram em 1997, com, respectivamente, 59,3%, 53,6% e 47,7% de contingentes de trabalhadores ocupados na informalidade. Conseqüências da mundialização financeira e deslocamento de processo produtivos (BARBOSA, 2005, p. 26)

A partir de meados dos anos de 1980, no Brasil e no mundo globalizado hegemônico a geração de renda recebe um novo enfoque com a transversalização das políticas sociais seguindo as orientações da política neoliberal. Uma vez que na lógica de Estado Mínimo, baseado na redução dos custos sociais ‘responsáveis pela crise do Estado’, é marcante nas políticas públicas a desproteção social da classe trabalhadora.

O cenário apresentado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), também de conhecimento do Estado e, portanto, neste momento cabe indagar: O qual interesse este último estava representando quando em sua política havia um consentimento com a informalidade, haja vista a ausência de ações frente a esta questão? Uma vez que a referida política de proteção ao emprego, de acordo com Barbosa (2005), é uma recomendação

reducionista das agências multilaterais, como a própria OIT, a Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em que são previstas as políticas de caráter laboral voltadas ao mercado de trabalho, principalmente para os trabalhadores mais vulneráveis ao risco do desemprego.

c) o último momento seria a década de 1990 que marcou a inserção do país na economia mundial; a política e a economia incorporam o princípio liberal burguês de que o crescimento econômico reside na desregulamentação social diminuindo a proteção social, e ao contrário da ampliação do emprego percebe-se o aprofundamento do desemprego.

Dessa forma, o papel do Estado assume fundamental importância no sistema mundial, enquanto racionalidade política legal, que contribui para que o sistema econômico tenha êxito, bem como o processo de expansão e de acumulação alcance seus objetivos garantindo êxito aos estados hegemônicos e a grandes grupos econômicos que são amparados por eles.

Historicamente, a geração de renda aparece como estratégia do Estado mediante o colapso capital-trabalho, no Estado de Bem-estar seu público alvo era os indivíduos já considerados ‘inúteis para o mundo’ do capital, exigindo do Estado uma parcela de recursos financeiros para manter estes indivíduos já definidos como excluídos da possibilidade de acessar o pleno emprego, mas ainda lhes era possível a geração de novos postos de trabalho, mantendo, assim, por outro lado, a coesão social.

Nos países em que o modelo de Estado está pautado na economia de mercado, as políticas de emprego e renda integram-se em uma outra lógica, a qual encontra-se engajada em capacitar o maior número possível de pessoas para se tornarem disponíveis ao capital com suas ofertas de emprego precarizadas, mantendo os trabalhadores cada vez mais submetidos à demanda por emprego.

No Brasil, a política pública de trabalho no ano de 1988 assume novas características, com a regularização dos artigos 201 e 239 da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei nº 7.998 de 11/11/1990<sup>23</sup>, os recursos dos Programas de Integração Social (PIS) e Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) deixaram de ser contabilizados como pecúlio individual de cada trabalhador e foram transformados em um fundo coletivo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Trata-se de um fundo de arrecadação coletiva dos trabalhadores, de natureza financeira vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O FAT redireciona a política pública de trabalho, tendo como principais eixos de atuação o

---

<sup>23</sup> Alterada pelas Leis nº 8019/90, 8458/92 e 8900/94.

custeio do Financiamento do Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e os Programas de Desenvolvimento Econômico.

Os recursos do FAT são administrados por conselhos deliberativos nas três instâncias de governo: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), Conselho Estadual de Trabalho e Emprego (CETE) e Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE)<sup>24</sup>. Os conselhos são tripartites, deliberativos e paritários, são integrados por nove instituições, sendo três dos trabalhadores, três dos empregadores e três do Governo. Assim, no Brasil, a política de trabalho e emprego age de forma descentralizada, englobando tanto a mobilização do governo quanto da sociedade civil para solucionar as complexas questões de geração de emprego e renda e a construção de políticas públicas. O CODEFAT administra os outros 60% dos recursos, autorizando à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) o repasse dos recursos aos Conselhos Estaduais que por sua vez repassam aos Conselhos Municipais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) administra 40% dos recursos do FAT, com especial ênfase em programas e projetos que propiciam a manutenção e geração de novos postos de trabalho (BORTOLUZZI, 2002).

No que diz respeito às políticas públicas, observa-se que o Estado prioriza os grupos econômicos em descompasso com o investimento na proteção social da população. O que permitirá verificar que a intervenção estatal via política pública de trabalho, principalmente a partir de 1990, dedicou-se à geração de emprego e renda tendo como objetivo basicamente o mercado formal de emprego<sup>25</sup>.

O Programa de Desenvolvimento Econômico, seguindo a recomendação de políticas mundiais de caráter laboral, no Brasil é criado em 1990, denominado de Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) envolvendo atividades ligadas à formação, qualificação e

---

<sup>24</sup> Ver: Chaves (2001, p.99), organograma da política pública de trabalho e emprego.

<sup>25</sup> A respeito do conceito de mercado formal e/ou informal de emprego, como também mais adiante se usa a expressão economia formal e/ou informal recorreremos à Tavares (2005) e sua interpretação a partir da leitura de Francisco de Oliveira. Para a autora, a literatura apresenta duas tradicionais interpretações, considerando o mercado formal e informal de trabalho (de igual forma ocorre com o entendimento sobre a economia), em sua maioria, sob dois tipos de análise. A primeira refere-se à leitura dual que entende o mercado formal e informal de trabalho como sendo presididos por uma lógica distinta e considera o informal fora da relação de produção capitalista. A outra, compreende existir uma subordinação do mercado informal da economia e do trabalho, acreditando na não capacidade de gerar seu próprio espaço econômico. A referida autora rejeita as interpretações duais, pois entende que formal e informal coexistem na mesma unidade e que, nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal, longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista. Ainda segundo ela, o trabalho informal, a produção informal e o mercado informal de trabalho são produtos do movimento de acumulação do capital, um momento de valorização do capital, mais do que isso defende que a informalidade tende a ser forma dominante de produção e reprodução do capital.

requalificação profissional, à intermediação de mão-de-obra e à recolocação no mercado de trabalho, com vistas ao atendimento da demanda do desemprego vigente no sistema econômico brasileiro. O PROGER dispõe de parte dos 40% dos recursos do FAT sob administração do BNDS a serem direcionados a este programa de microcrédito para a geração no setor formal ocupação e renda. A geração de renda no seio da política pública de trabalho tem como objeto principal à intermediação-de-mão-de-obra.

A realidade retratada a partir de 1990 no Brasil, por conta da inserção do país na economia mundial e a incorporação dos princípios liberais burgueses, apresenta o direcionamento político e econômico envolvido para atender a questão social desemprego, trabalho precário, exclusão do trabalho informal que desde a década de 1930 vinha se aprofundando. Primeiramente, percebe-se a desregulamentação dos direitos instituídos pela Constituição Federal que se efetiva na nova postura de Estado Mínimo imprimindo, em acordo com o ordenamento mundial, uma intervenção fragmentada e focalizada aos trabalhadores vulneráveis ao risco do desemprego, culminando com a separação da questão social do mundo do trabalho. Não priorizando o social, o Estado, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que quer garantir a ordem, acaba contribuindo para agravar ainda mais a crise econômica, que se transforma em crise de legitimação política e, por fim, em crise social. Contudo, observa-se que, a negação do Estado em prover adequadamente os cidadãos, decorre de leis intrínsecas do capitalismo que se fundamentam no tripé: Estado, trabalho e capital (MÉSZÁROS, 2002).

Nesse contexto, a Assistência Social tal qual está expressa na Lei complementar nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993<sup>26</sup>, é considerada um avanço pelos trabalhadores da área social por colocar esta política pública direcionada ao enfrentamento à pobreza de forma integrada às demais políticas setoriais. O enfrentamento à pobreza que anteriormente era realizado basicamente por meio de concessão de renda (Benefício de Prestação Continuada) a partir de 1993 também se expande a programas de geração de renda. Ao direcionar a assistência social um tratamento entrelaçado com outras políticas públicas e a partir de algumas definições demandadas pelos conselhos deliberativos e de direito, facilita a implementação de programas multisetoriais de enfrentamento à pobreza no âmbito dos governos Estaduais e Municipais. Mas o que pode ser considerado inovador é que no governo federal durante os três primeiros anos da gestão do Partido dos Trabalhadores (2002 – 2006) a geração de renda deixa de ser programas e/ou ações interligadas com as demais políticas

---

<sup>26</sup> BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), 1993.

públicas originada pelo caráter de assistência social e passa a ser adotada como política pública de trabalho. O que, em princípio, ressignifica o paradigma, até o momento, hegemônico da assistência social realocando a questão social no mundo do trabalho e na sociedade de consumo.

A pobreza precisa ser enfrentada nos anos 2000 com transferência de renda focalizada às famílias pobres e com a promoção da capacidade de geração de renda de forma permanente por essas famílias. A melhoria da transferência de renda com sua expansão pode ser conseguida com o aprimoramento da gestão dos serviços seja unificando programas variados de bolsas auxílios seja administrando com maior eficiência, focalização e eficácia. Conta paradoxalmente também a reforma da previdência social para desconstruir o intuito público de proteção e nos, nos termos do Banco, potencialmente, fazer a migração de recursos financeiros (BARBOSA, 2005, p. 175).

Estas alterações têm implicações estruturais que legitimam a política neoliberal e, conseqüentemente, a expansão da acumulação de capital. Elas podem ser resumidas no repasse de responsabilidades para o âmbito municipal, reforçando a responsabilização da sociedade civil e a necessidade do terceiro setor como garantidor dos direitos sociais, limitando a cidadania ao acesso precário a estes. Como também, o compromisso do Estado com a massa de trabalhadores em condições de empobrecimento e exclusão do acesso aos bens e serviços mais uma vez reafirmando sua função com o escoamento da produção e ampliação do sistema de capitais.

Por esse ângulo, o momento de democratização e a universalização que se consubstancia nos conselhos de políticas públicas e de direitos reforçam a lógica do capital, pulverizando pela participação social e o poder delegativo, a ideologia da co-responsabilização da sociedade civil nas decisões políticas e econômicas.

De fato, não se pode desconsiderar a conquista social que representa a publicização e universalização dos direitos de cidadania na política pública com a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais, em especial, a do trabalho, possibilitando espaços institucionais de participação social com poder deliberativo que permite maior eficiência da gestão pública e amplia o acesso ao poder de novos sujeitos sociais.

Entretanto, ao analisar a formalização da política pública de trabalho no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, Chaves (2001) identifica dois problemas:

a) Com a prevalência dos interesses classistas, encobertos pela noção tripartite; a responsabilidade e os recursos financeiros foram repassados aos Estados e Municípios, no entanto, as regras, os planos e o controle dos recursos continuam sendo administrados pelo

governo federal de forma centralizada. Isso expressa que na própria estrutura há entraves em relação à efetiva descentralização.

b) Um maior problema foi gerado na tentativa de solucionar um outro, pois, o artigo 204, inciso I e II, ao restringir a participação dos trabalhadores às entidades de classe, inviabilizou a participação dos atores sociais desempregados nos conselhos, impedindo uma construção ampliada para a busca de soluções sobre a problemática do desemprego. De modo que as ações públicas na área de trabalho parecem representar os interesses do mercado, ao passo que sua intervenção resume-se à qualificação, requalificação e reaquecimento de postos de trabalho de baixa remuneração.

Outra análise apresentada por Silva (2001) sobre esta problemática retoma as interpretações sob a luz da crise do *Welfare State* (DRAIBE, 1986); das transformações no mundo do trabalho (ANTUNES, 1997) e dos novos padrões organizativos da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1999), defende a tese de que mesmo a gênese do Estado residindo no princípio de liberdade é possível auferir ao econômico e ao político o sentido de complementaridade, resgatando no Estado seu papel redistributivo, solidário e de intervenção econômica, colocando junto a ele a sociedade e para o mercado alegando a intenção da construção democrática.

Até o ano 2000, a geração de renda, principalmente as iniciativas coletivas de empreendimentos produtivos pautadas nos princípios da economia solidária, adentrava no mundo do trabalho pautada na perspectiva assistencial que aliava a garantia dos mínimos sociais à renda. Essa vertente da economia solidária é herdeira dos projetos de geração de renda tanto estatais como alternativos na década de 1990 e, segundo Sposati (1997), referia-se às formas de enfrentamento da desigualdade social inserindo-se nas discussões sobre a distributividade e assistência social até então centradas nos deveres do Estado como provedor dos mínimos sociais.

Nessa direção, a discussão aqui apresentada vem problematizar a incorporação da economia solidária na política pública de trabalho, tendo como eixo de reflexão as indagações sobre a participação do Estado neste momento de reestruturação produtiva, pautada na flexibilização e terceirização do trabalho, como indutor de práticas sociais que naturalizam a informalização do trabalho e o não direito ao trabalho.

Em oposição à idéia da cultura do auto-emprego, há correntes que defendem a economia solidária como uma proposição por parte do Estado na direção de alternativa coletiva ao desemprego, onde os recursos são destinados à geração de trabalho e não como apêndice da economia de mercado. Isso significa que reorganiza os moldes da produção para

além desse sistema excludente e explorador da força de trabalho na medida em que a produção, a comercialização e o consumo são fomentados a partir da solidariedade, da colaboração e da gestão democrática nos grupos de trabalho e renda. Nesta perspectiva, são estes os elementos que permitem considerar a economia solidária também como uma alternativa econômica, cuja possibilidade encontra-se em resignificar ideológica e politicamente o trabalho e a prática social dos sujeitos frente à dinâmica do capital, isto é, a forma de produzir, comercializar e consumir.

Problematizar esta questão é de extrema relevância por estar diretamente relacionada à discussão sobre alternativa ao desemprego. De tal forma que para considerar as associações de trabalho uma estratégia do Estado no enfrentamento ao desemprego, conforme disposto na política de trabalho percebe-se um despropósito. Estas iniciativas de trabalho se concentram em atividades econômicas periféricas que requerem pouca ou nenhuma qualificação, realidade que define o público alvo e a variável renda. A expressão econômica de tais iniciativas em sua maioria disposta no setor de serviços podem ser classificadas como responsáveis pelo leque de possibilidades favorecidas pelos ‘novos empregos’, flexíveis, terceirizados e com baixa remuneração.

Dessa forma, acredita-se que se aproximam mais da idéia de estratégias de sobrevivência e ocupação do que a uma política de trabalho universal comprometida com o desemprego em todas as camadas sociais. Tradicionalmente, a geração de renda era visualizada para aliviar o Estado da proteção social aos trabalhadores já em situação de ‘dispensáveis e/ou inúteis’. Apresentar-lhes como única alternativa de sobrevivência o trabalho desprotegido e/ou o auto-emprego é uma idéia econômica globalmente aceitável de inclusão social e também reforçada pelos pressupostos democráticos de cidadania. Não é o momento da discussão sobre cidadania, ou melhor, sobre processo de formação de cidadania, mas ao considerá-la não uma condição individual e sim coletiva, um paradoxo se agrega a esta idéia global, pois como pensar em cidadania sem minimamente considerar os direitos já garantidos por Lei.

Uma outra idéia é tomar as experiências associativas de trabalho como forma alternativa de produção social. Este é o problema de pesquisa motivador deste trabalho, o qual ao longo desta dissertação procurar-se-á responder e analisar se há possibilidade de transformação social no contexto das Experiências Associativas de Trabalho, mas especificamente as pesquisadas em Chapecó.

No Brasil, a partir de 2002, evidencia-se um reordenamento nas ações da política pública de trabalho. A atual política pública inova criando a Secretaria Nacional de Economia

Solidária (SENAES), a primeira alteração substancial percebida na mudança de concepção adotada sobre o significado do trabalho, diferindo-se daquela que igualava trabalho ao emprego assalariado. Não se sabe ainda se tal iniciativa pode ser visualizada como possibilidade de resgatar o trabalho no sentido da auto-atividade<sup>27</sup> ou ocorre uma inversão em seu sentido assumindo a configuração do auto-emprego. Ou ainda, se “a informalização chega a aparecer como antídoto ao drama do desemprego estrutural no país já que 60% de sua mão-de-obra trabalha por conta própria ou em ocupações desregulamentadas” (BARBOSA, 2005, p.27).

O fomento dos empreendimentos solidários e coletivos, anteriormente estratégias de inclusão social, são agora incorporados na política pública de geração de trabalho e renda inserindo o enfrentamento à pobreza no mundo do trabalho. Entretanto, diante das transformações promovidas pela reestruturação produtiva, entre elas a legalização do trabalho não assalariado no processo produtivo, pode ser entendida como o terreno em que se encontra a economia solidária nessa “nova” relação capital-trabalho. Condição esta que pode ser explicada nas interpretações de Montañó (2005) sobre *o novo trato à questão social*, conforme o autor, nas orientações neoliberais, a causa do déficit público são as políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direito de cidadania, motivo pelo qual a alternativa do Estado é na redução ou até eliminação da intervenção social em diversas áreas, com mais avidez nas áreas lucrativas ao mercado. Orientação esta que deflagra o Estado com a função de, por meio das políticas sociais, focalizar e direcionar sua intervenção aos setores mais pauperizados e as demais políticas “são paulatinamente *privatizadas*: transferidas para o *mercado* e /ou alocadas na *sociedade civil*” (MONTAÑO, 2005, p. 189, grifo no original). Ao mercado são direcionadas as políticas sociais que representam lucratividade, aquelas para população com maior poder aquisitivo e para a “‘sociedade civil’ a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É nesse espaço que surgirá o que é chamado de ‘terceiro setor’, atendendo a *população ‘excluída’ ou parcialmente ‘intergrada’, um quase ‘não-cidadão’* (MONTAÑO, 2005, p. 197, grifo no original). Essas alterações são estruturais no espaço das atribuições do Estado, seguindo as interpretações de Montañó (2005) o que ocorre é a *re-mercantilização* dos serviços sociais e a *re-filantrópização* das respostas à questão social.

Nesse contexto em que o Estado “inova” para atender as necessidades do capital percebe-se a política pública de trabalho que pode ser assim visualizada:

---

<sup>27</sup> No sentido desenvolvido no primeiro item deste trabalho.

A lei do valor é avassaladora no sentido de impor a forma de exploração adequada seja requisitando ou expulsando trabalhadores, impondo a precarização, recriando a clandestinidade, tudo isso por meio de idéias como essa do espírito empreendedor e da autonomia do trabalhador, nem um pouco resistente ao real onde são altas as taxas de mortalidade dos negócios e onde atua de fato o *anel de ferro* da grande empresa (MONTANÕ, 1999 apud BARBOSA, 2005, p.33, grifo no original).

O incentivo à associação para o trabalho e ao fomento de empreendimentos solidários e de cooperativas apresenta as duas faces da mesma moeda, entretanto, é válido reiterar a origem do Estado como necessidade da classe burguesa que institucionaliza seu poder para garantir o direito à propriedade privada e, como consequência, a acumulação de riqueza pelos donos dos meios de produção. Com essa perspectiva crítica, aproxima-se da leitura histórica do Estado Neoliberal que se apresenta via política pública de trabalho, emprego e renda. Condição esta que apresenta as características do metabolismo do capital que exige um comando do Estado para que realize suas necessidades como sendo as da sociedade.

O ritmo ascendente do desemprego se manteve elevado desde os anos de 1980 e em 2003 chegou a cifras sem precedentes – 185,9 milhões de trabalhadores – 6,2 % da força de trabalho mundial, segundo a OIT. E, as medidas tomadas não vêm sendo capazes de superar a recessão e subverter esta tendência a menos e piores empregos. Ao contrário, são estes custos humanos que estão movimentando a maior liberdade do mercado e inversão privada (BARBOSA, 2005, p.22).

Historicamente, a política pública de trabalho em seu sentido amplo refere-se à forma que, em determinando período, o Estado adota para o enfrentamento da questão do desemprego. Isso permite dizer, a partir das evidências, que a princípio, o foco anterior desta política era via geração de emprego ao mercado formal e, as ações destinadas a gerar renda, em sua maioria, eram implementadas para a promoção dos mínimos sociais.

Estas são as mediações da intervenção estatal pautada nos princípios e estratégias individualizadas. Talvez, isso possa ser apreendido na relação com o modelo vigente de acumulação de capital que avança, na segunda metade do século XX, da produção em massa do fordismo, cuja idéia era a de que “a eficiência decorre da produção em grandes parques industriais verticalizados com diversificadas necessidades produtivas e gerenciamento profissional” (BARBOSA, 2005, p.48) para o modelo toyotista pautado nas necessidades voláteis, realidade que precisa extrapolar o limite da grande indústria para que a produção seja também flexível. Nesse contexto, a crescente possibilidade de terceirização tem nos empreendimentos coletivos, na linha de montagem flexível e na desregulamentação dos

direitos trabalhistas o aumento da margem de lucro e o potencial de consumo volátil.

Desde 2001, a evolução da atividade empreendedora vem sendo medida no mundo num conjunto diversificado de países produzindo taxas anuais que servem para avaliar o grau de envolvimento dos países com essa vertente de auto-emprego – Taxa de Atividade Empreendedora (TEA). O Brasil sempre se manteve entre os 7 países com taxas mais altas de empreendedorismo – 13% - no total de 34 países, o que significa, em termos absolutos no ano de 2004, 15 milhões de indivíduos<sup>28</sup> (BARBOSA, 2005, p.52).

Cabe ressaltar que esta colocação – entre os sete primeiros países – está diretamente relacionada à menor capacidade do país, em termos da hierarquia mundial, de geração e apropriação de riqueza. É na interface da atuação dessa política que, tendencialmente, restringia-se à intermediação de mão-de-obra e recolocação no mercado de trabalho, deixando a maioria dos desempregados à margem de suas possibilidades de abrangência. Por meio desta política de incentivo ao empreendedorismo individual ou coletivo, é que se compreendem as ramificações do poder dominante mundial sobre o Estado-Nação. Além disso, os desdobramentos do modelo empreendedor resultam, de acordo com Barbosa (2005) na nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento.

Num primeiro momento, o capital não é insuperável, mas trata-se de um processo em hegemonia que se encontra em constante solidificação ideológica, política, social e cultural que tem no Estado um forte aliado, cuja ação e políticas possibilitam profundas transformações no mundo do trabalho. Contudo, se reconhece que o desemprego não é uma situação individual que pode ser enfrentada com incentivos particulares, mas sim como um problema coletivo que, para ser minimamente enfrentado, requer ações amplas que se desdobram em aspectos sociais, políticos e culturais.

Acompanhando as reflexões de Barbosa (2005), entende-se a inserção da Economia Solidária como estratégia para gerar trabalho não assalariado. Segundo a autora, o incentivo ao trabalho não-assalariado desresponsabiliza o Estado quanto à regulação e geração de emprego no mercado formal, como também, a longo prazo, da proteção social estendida aos

---

<sup>28</sup> O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) realiza desde 2001 pesquisa anual sobre a taxa de empreendedorismo local e as variantes de estímulo a sua expansão. Participam da pesquisa 34 países – Japão, Eslovênia, Hong-Kong, Bélgica, Suécia, Croácia, Portugal, Hungria, Itália, Finlândia, Alemanha, Holanda, Espanha, Dinamarca, África do Sul, Cingapura, Grécia, França, Reino Unido, Israel, Noruega, Irlanda, Polónia, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Austrália, Brasil, Islândia, Nova Zelândia, Jordânia, Equador, Uganda, Peru. Em 2004 a Taxa de Atividade Empreendedora Total (TEA) ficou entre 1,5 e 40%, com uma média de 9,3%, o que representa 73 milhões de indivíduos entre 18 e 64 anos abrindo novos ou administrando negócios. A TEA é medida como porcentagem da força de trabalho que está iniciando novos empreendimentos ou administrando negócios abertos a até 42 meses.

desempregados. Tal responsabilidade é socializada com a sociedade civil organizada, ao vincular a idéia de que o mundo do trabalho encontra-se em transformação e que o emprego inatingível poderá ser alcançado na associação e cooperação de trabalhadores que fazem de sua condição estrutural a geração de postos de trabalho. Tal concepção ganha ênfase e reforço com a economia solidária em difusão no Brasil desde a década de 1990 e, em especial, com a criação da SENAES.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam a cultura do auto-emprego, da informalidade, da desregulamentação dos direitos trabalhistas ao visualizar os seguinte números:

O saldo de empregos formais (com carteira de trabalho) no Brasil, entre 2003 e 2004 foi de 23 mil e de informais de 240 mil. De cada emprego formal criado mais 10 se apresentam na segmento da informalidade, o que significa que a recuperação do mercado de trabalho de que se fala é de abertura de vagas sem carteira de trabalho. O quadro é alarmante na medida em que são 2,5 milhões de desempregados e 2,8 milhões que nem são considerados na PEA porque não mais procuram emprego por desalento (BARBOSA, 2005, p. 25).

Numa perspectiva favorável à cultura do auto-emprego, esse número de trabalhadores informais pode expressar a possibilidade de produção, comercialização e consumo fora do processo produtivo formal ou, ainda, formas de empreendedorismo (na forma de economia solidária) que resgatem o trabalho criativo. Entretanto, empiricamente, depara-se com o empobrecimento da classe trabalhadora, e estes números da informalidade afastam ainda mais a condição de país desenvolvido que tem como padrão de desenvolvimento a hierarquia mundial. Conforme os dados do IBGE, este elevado índice de trabalho informal pode ser considerado um indicador dos investimentos financeiros e ações políticas que vêm no sentido de reforçar a geração de trabalho informal. De forma contraditória este indicador se apresenta como um medidor do subdesenvolvimento dos países conforme as orientações dos mecanismos multilaterais (OCDE; OIT; FMI).

Por outro lado, a atual política pública pode ter sido projetada como proposta de enfrentamento coletivo à problemática do desemprego, porém, diante da habilidade do capital, aos poucos o trabalho não assalariado é incorporado na produção flexibilizada e terceirizada (a exemplo, da manufatura superada pela grande indústria), da mesma forma o autocontrole do mercado via descompromisso com o emprego e proteção social. Motivo pelo qual “a defesa da solidariedade como princípio fundante das práticas sociais é pauta presente tanto no

discurso daqueles que defendem o Estado Mínimo, quanto dos que buscam uma sociedade justa” (SILVA, 2001, p.194).

Mesmo diante desse “perigo”, Silva (2001) acredita que o reconhecimento da economia solidária por parte do Estado é a possibilidade de incremento de um desenvolvimento econômico e social de novo tipo.

No entanto, a idéia de o Estado assumir novas estratégias para o enfrentamento do desemprego é plausível quando são observados os números de empregos formais em 2000, que representam 26.228.629, marcando um acréscimo de 4,9% do emprego formal em relação a 1999, o que significa a geração de 1.235.364 postos de trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006). Contudo, esse número é insignificante em relação ao índice de desemprego em 2001, estimado pelo Departamento Intersindical de estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) em 18%, de uma população de 170 milhões de brasileiros em idade ativa (16 a 64), com o agravante de não considerar o total dos trabalhadores que desenvolvem alguma atividade ocupacional e não recorrem mais ao mercado formal de trabalho (TAVARES, 2005).

Ao longo das reflexões aqui realizadas sobre a política pública dedicada a gerar trabalho, emprego e renda é marcante um deslocamento no seu foco de atuação, voltando-a para a geração de trabalho e renda. Contudo, continua dedicar-se com a mesma importância nas ações voltadas ao emprego formal, como se vê no Plano Nacional de Qualificação 2003 - 2006. O que se verifica é que mesmo com um outro entendimento de trabalho, continua sendo direcionada a qualificar trabalhadores, comprometendo-se com as exigências atuais – o empreendedorismo.

Uma política pública de qualificação, que venha a se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social, de maneira a fazer um contraponto àqueles que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho (PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO, 2006, p.23).

Baseado em Silva (2001), que faz referência aos programas de geração de trabalho e renda implementados, desde 1998, no Estado do Rio Grande do Sul, é possível visualizar esta perspectiva no âmbito nacional, entendendo que a grande contribuição de tal política reside na possibilidade de construção de conhecimento e práticas sociais que, a partir do desemprego ou mudanças no mercado de trabalho, permitem criar proposições para o seu enfrentamento, identificando os diferentes atores e o lugar do Estado nesse processo.

Ocorre, portanto, uma atenção maior à geração de trabalho, ocupação e renda acompanhada pela disponibilidade de recursos para o segmento da economia solidária, que anteriormente era inexistente ao se considerar os entraves burocráticos e a falta de prioridade política para os investimentos e a destinação de recursos ao cooperativismo popular, como o exemplo do microcrédito que, na maioria das vezes, favorecia aos pequenos empreendedores individuais que geravam ocupação informal.

Será que o momento vivenciado com a incorporação da economia solidária vem materializar a associação dos posicionamentos econômicos e políticos representados no Estado, possibilitando, por meio dela, atingir novas perspectivas que transcendam a idéia dos programas de geração de renda sob a ótica da assistência social para visualizar uma proposta emancipatória, reflexo de uma redefinição nas formas de enfrentamento ao desemprego?

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da SENAES, organiza essa política pública de trabalho com o objetivo de “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (MTE, 2003). Esta política é organizada pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)<sup>29</sup> e tem como público alvo as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60 mil, denominados de micro-empresários populares. Tem por objetivos: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempresários populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (MTE, 2005).

O microcrédito constitui importante foco de atenção do Fundo de Investimento Multilateral (FUMIN) – criado no âmbito do BID para, exatamente, fomentar, dinamizar e fortalecer o setor privado. Mais que isso, indutor de sua expansão na América Latina considerando o mercado ainda incipiente nas duas grandes economias periféricas da América Latina – Brasil e México. De uma ação residual de pequenos empréstimos para pequenos empresários de países periféricos, o microcrédito é abordado pelo BID como: *‘Em todo o mundo, a cada ano milhares de instituições de microcrédito estão emprestando bilhões de dólares a pessoas de baixa renda (...) está se tornando uma atividade financeira importante, paralela a dos bancos tradicionais. E, segundo as pesquisas mais recentes, é também uma atividade altamente lucrativa’* (BARBOSA, 2005, p.177, grifo no original).

---

<sup>29</sup> Os recursos são do FAT e de parcela dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o artigo 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Baseando-se nessa leitura pode-se dizer que essa mudança de enfoque percebida na política pública de trabalho é expressão de que o Estado, mais uma vez está se submetendo a atender as demandas do contexto produtivo capitalista por meio da política de microcrédito. Isso pode significar que sua intervenção ganha forma ideológico-política, assim a cultura do autoemprego passa a ser disseminada e internalizada da seguinte maneira:

1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de “empresariamento de pequeno porte”; 2) Difusão da sociedade por conta própria”, como alternativa a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes a universalização. Esses dois eixos de argumentos sustentam a cultura de estruturação e legitimação do autoemprego como uma das tendências de enfrentamento da crise social capitalista com significado também, no segmento economia solidária (BARBOSA, 2005, p.46).

Dessa forma, a política pública vigente nada mais seria do que uma estratégia do capital para ajustar os desdobramentos da transformação econômica e política a forma de acumulação de capital.

Ao reportar-se à compreensão de Mészáros (2002), há três dimensões fundamentais que são o tripé do sistema de sociometabolismo do capital: capital, trabalho e Estado. O sistema metabólico do Capital tem seu pilar fundamental no sistema hierarquizado do trabalho, com sua alienante divisão social que subordina o trabalho ao capital, tendo como elo de complementação o Estado, como aparelho político. Sendo assim, defende a tese de que uma nova ordem social, é impossível de acontecer sem a superação desse conjunto de elementos que constitui a totalidade do Capital.

Para este autor, o sistema do capital vivencia um possível limite que reside na idéia do progresso cumulativo que orienta a necessidade de desenvolvimento contínuo como sendo condição para um patamar sustentável de desenvolvimento, onde a sociedade como um todo seria beneficiada. Nessa linha de raciocínio, a alta produtividade foi uma das metas que orientou a acumulação e a intensidade produtiva do sistema de sociometabolismo do capital. Porém, o que se percebe é o grande acúmulo gerado e que o desenvolvimento científico-tecnológico não se transformaram em progresso da sociedade, igualmente para todos, e nem em progresso da humanidade.

Mészáros (2002) acredita que o sistema do capital por não mais ter como se expandir, nessa sua derradeira etapa, intensifica a exploração dos trabalhadores, através do emprego e desemprego, da informalidade, do desrespeito e flexibilização dos direitos trabalhistas e, com

isso, esgota principalmente a capacidade de investimento do Estado na economia que sempre foi importante para manter a ordem econômica funcionando. O Estado fica impossibilitado de investir na economia e em políticas sociais de toda ordem, contribuindo para que transpareçam os antagonismos do sistema econômico e a diminuição da credibilidade e legitimidade política, enquanto fator de coesão social.

Para desdobrar esse conjunto de reflexões teóricas a partir do movimento histórico do mercado, Estado e sociedade, que ora convergem e ora contrapõem-se ou separam-se, resgatam-se as vertentes teóricas sob as quais as Experiências Associativas de Trabalho recentes estão recebendo influência, entre elas as de Chapecó, buscando perceber algumas características dos empreendimentos coletivos e solidários que vêm sendo incentivadas nos desdobramentos da política pública de trabalho.

## 2 ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo retoma-se a teoria associativista formulada pelos clássicos do ‘socialismo utópico’<sup>30</sup>, mais especificamente os da primeira geração Saint-Simon, Fourier e Owen, com a finalidade de apreender os antecedentes históricos das experiências associativas e cooperativas.

Os teóricos do associativismo e cooperativismo apresentam a Inglaterra e a França sua teoria e prática. Os ‘sistemas sociais’ aparecem como crítica às condições societárias que se projetavam a partir da Revolução Industrial (1780) e da Revolução Francesa (1789).

Pretende-se, com base na contextualização histórica das idéias utópicas do início do século XIX, em especial a teoria dos ‘sistemas’ de Owen e a origem do cooperativismo, reconhecer e identificar a simbiose que reside entre o associativismo, surgido neste século, e as experiências pautadas nos princípios da economia solidária, que ressurgem no século XX.

As experiências associativistas do século XIX têm em comum, como as do século XX, o contexto societário do capitalismo, que desde sua origem, até o presente momento, foi expandindo e ampliando suas contradições. Retomar a teoria associativista e os debates entre os utópicos e os clássicos do socialismo científico como um dos eixos de análise, possibilita compreender, historicamente, o cenário macroeconômico e social das Experiências Associativas de Trabalho a partir do século XX, em especial, as de Chapecó.

De tal forma, se faz fundamental perceber conceitualmente o associativismo e o cooperativismo na atualidade, uma vez que no âmbito do aparato-estatal, o uso da denominação Economia Solidária representa ambos os conceitos sob a idéia de modos de produção alternativos. Compreendê-la, torna-se pano de fundo para as reflexões sobre a política de geração de trabalho e renda implantada em Chapecó, contexto que origina as Experiências Associativas de Trabalho.

---

<sup>30</sup> Ver: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época, 2002. Essa expressão surge simultaneamente na França e Inglaterra na primeira metade do século XIX. F. Engels designou Saint-Simon, Fourier e Robert Owen de ‘utópicos’. Ver: ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**, 1985. Eles são os primeiros críticos à realidade da época, mas são utópicos em relação a ela porque suas idéias e propostas não apresentavam cientificidade suficiente para explicar a realidade social que estava emergindo.

## 2.1 Origens Históricas do Associativismo

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial (1780) e a França da Revolução Francesa (1789) detinham as condições mais avançadas do capitalismo. O contexto macroeconômico e social histórico que pode ser considerado em relação a estes dois países, figuram: a Inglaterra como o país que detinha as condições políticas, geográficas e humanas mais adequadas para transformar-se em detentora do poder de produção em massa e comercialização. Isto porque o aparecimento das inovações tecnológicas (máquinas) fora acompanhado pelo apoio e consenso político que, entre outros aspectos, desloca os recursos da agricultura para a indústria. Com o declínio da agricultura ocorre a migração da população do campo para as cidades oferecendo a mão-de-obra necessária que lhe proporciona a capacidade de disseminar no mundo ocidental seus ambiciosos e inovadores projetos.

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provando ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825 -30) e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental [...] As primeiras pequenas linhas foram abertas nos EUA em 1827, na França em 1828 e 1835 [...] Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era (HOBSBAWM, 1982, p. 61).

E a França também apresenta possibilidades para receber a grande indústria, pois tinha na ciência um braço forte acompanhando as transformações econômicas de sua época. Enquanto, os ingleses não investiam em educação e o conjunto de suas invenções apresentava-se mais rudimentar em relação aos franceses, que com um sistema educacional avançado se destaca em número e importância nas suas invenções. No entanto, isto não lhe colocou na situação mais adequada para promover a revolução industrial, devido ao fato de que politicamente o capitalismo não se dissemina em passos largos devido à tradição aristocrática das monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França, o que se apresenta como entrave para a emergência da grande indústria. Mesmo assim, sua avançada educação possibilita a disseminação pelo

mundo dos seus princípios ideológicos e políticos (liberdade, igualdade e fraternidade) do Estado Liberal<sup>31</sup>.

Durante todo o século XVIII a França foi o maior rival econômico da Grã-Bretanha. Seu comércio externo, que se multiplicou quatro vezes entre 1720 e 1780, causava ansiedade; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas Índias Ocidentais) mais dinâmico que o britânico. Mesmo assim a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes (HOBSBAWM, 1982, p. 73).

Para apreender o significado das experiências produtivas associativistas atuais retomam-se as vertentes teóricas que fundamentam e resgatam alguns princípios importantes para vida social, entre eles, o trabalho, os meios de produção, a propriedade coletiva e a solidariedade.

Embora alguns dos fatos que inauguraram a era moderna tenham ocorrido em séculos anteriores. Foi no século XIX que se deu a verdadeira transformação social que tornou o modo de produção capitalista dominante em escala planetária. Foi aí que se operou a verdadeira ruptura com a antiga ordem (TEIXEIRA, 2002, p. 13).

Momento histórico este que apresenta para os pensadores da época o desafio de identificar as características fundamentais do sistema em emergência e, a partir delas, compreender minimamente seus impactos na vida do homem. Com esta idéia, pretende-se apresentar e apreender os clássicos do socialismo utópico, Saint-Simon, Fourier e Owen, considerando que suas obras foram uma leitura crítica da sociedade capitalista, no princípio do século XIX.

---

<sup>31</sup> Para Hobsbawm (1982), a Revolução Industrial não foi um momento único, como os historiadores mais antigos datam em 1760, para o autor, a década que pode ser tomada como “ponto de partida” é 1780 e precisamente pode ser situado com precisão nos vinte anos que seguem 1800, e terminou somente em 1840 com a construção das ferrovias e da indústria pesada. Sendo assim, é contemporânea da Revolução Francesa, embora contemporânea a ela.

## 2.2 A Experiência Francesa: Saint-Simon e Fourier

O associativismo tem sua origem na obra de Saint-Simon. Claude-Henry de Rouvroy, conde de Saint-Simon, filho de família aristocrática dedicou-se a compreender a sociedade de sua época. Não era um democrata, mas discordava da importância dada às formas de governo. Para ele, a ciência da sociedade deveria ser positiva, considerava a desigualdade natural e benéfica, e acreditava nas virtudes das elites, no controle da sociedade.

Buber (1971), afirma que Saint-Simon foi o primeiro a perceber a estrutura da sociedade da época e sua diferença com o Estado. Ao identificar os elementos e as contradições da sociedade, Saint-Simon acredita que a forma como a sociedade estava organizada era maléfica à grande maioria dos homens, em especial, aos ‘industriais’ (homens produtores – os trabalhadores) que produziam a riqueza social e não conseguiam acessá-la. Percebia que a única maneira de minimizar as desigualdades entre os homens produtores da riqueza e os que estavam com o poder era reorganizando a política da sociedade.

Saint-Simon<sup>32</sup>, por meio de sua crença positivista, ficou conhecido como um expoente do socialismo utópico. Em 1810, apresentou a obra *Parábola*, defendendo a viabilidade da reorganização da sociedade, cuja proposta central é a reorganização da sociedade européia, via instituição de Estado de parlamento (TEIXEIRA, 2002).

A chamada reorganização da sociedade, proposta por Saint-Simon, se daria pelas mãos dos ‘pobres’, os que não ocupavam lugar de destaque na sociedade, muito embora fossem responsáveis pela produção de toda a riqueza. Desta forma de planejar a mudança social constrói a tese da reforma moral e física dos pobres, pois ressalta a necessidade de seu tempo “melhorar o mais depressa possível a existência moral e física da classe mais pobre” (SAINT-SIMON, 2002, p. 47).

Estes pressupostos que fundamentam as idéias de Saint-Simon, o transformam em um crítico profundo da ordem social vigente, em seu pensamento era latente a necessidade de mudança na ordem social e para isso considerava necessário mudar a forma de apropriação da riqueza. No entanto, dedicou-se em qualificar o que deveria ser alterado, mas fica claro, principalmente em 1810, em seu construto teórico a existência de duas classes: os “industriais” (produtores) e os “zangãos” (ociosos) e, entre elas, a desigualdade. Mesmo

---

<sup>32</sup>O mais conhecido pré-Marx do Socialismo. Começou seu posicionamento com forte oposição ao feudalismo e com idéias vagas de república. Ver: *O socialismo pré-marxista*. 1ª ed. Tradução Olinto Beckerman, 1980.

considerando a desigualdade natural e benéfica, acreditava que a forma como os indivíduos são reconhecidos deveria ser regida por outros princípios, pensava que a melhor maneira era o “homem ser classificado conforme sua capacidade e retribuído segundo suas obras [sua produção]” (SAINT-SIMON, 2002, p. 48).

De acordo com Buber (1971) para Saint-Simon o gênero humano vivenciava uma ‘crise pubertária’, a partir dos fatos reais percebidos na sociedade como um todo entendia que a única alternativa era repensar nas mãos de quem estava o comando da humanidade.

A idéia societária de Saint-Simon centra-se no trabalho como mola propulsora de uma ordem social para outra, considerando que os produtores (por serem eles os responsáveis pela produção e reprodução da vida material da humanidade) deveriam ter como função o comando da sociedade. Não era assumir o governo do Estado-Nação, mas sim os espaços do aparato administrativo do Estado, a própria sociedade assumir suas instituições. Acreditava ser o poder o ponto central para acabar com os grandes males sociais, o qual sendo assumido pelos trabalhadores representaria a mudança.

O ingênuo convite formulado por Saint-Simon ‘aos senhores trabalhadores’ para que elejam como chefes aos seus diretores, visando fundir numa única classe os capitalistas ativos com os proletários, não exclui, a despeito de seu alheamento da realidade, a visão de uma ordem futura onde não existia outra direção senão a necessária para as próprias funções sociais [...] Somente com a superação do “governo” como tal, será possível tirar a sociedade da ‘extrema desordem’ em que se encontra, do estado de nação que, sendo ‘essencialmente industrial’ possui um governo ‘essencialmente feudal’(BUBER, 1971, p. 29, grifo no original).

Muito embora acreditasse na vida agrária, via na indústria a possibilidade de mudança na ordem social como possibilidade de transição. A transição não se daria de um tipo de governo para outro, mas de uma ordem aparente para uma ordem verdadeira, na qual ‘o trabalho se tenha convertido em fonte de todas as virtudes’ e ‘o estado na irmandade dos trabalhadores’” (BUBER, 1971, p. 29, grifo no original).

Para este autor, o modo de produção que estava emergindo no século XVIII e as relações sociais originadas deste, não permitiriam a transformação da sociedade. Por isso, defendia a necessidade de todos os trabalhadores acessarem aos frutos do trabalho concentrado nas mãos dos não produtores.

Acreditava que os homens pertencentes à classe de ‘industriais’ (os produtores) e suas referidas atividades eram essenciais para a sociedade, definindo-os como “os que dirigem os

trabalhos mais úteis à nação e que a tornam produtiva nas ciências, nas belas-artes e nas artes e ofícios, eles são realmente a flor da sociedade francesa; eles são, de todos os franceses, os mais úteis a seu país, os que lhe cobrem de maiores glórias, que fazem avançar mais rapidamente sua civilização e sua prosperidade” (SAINT-SIMON, 2002, p. 58).

Portanto, discordava da forma como a sociedade, ou seja, a organização social estava estruturada, em que a aristocracia e os governantes assumiam o poder e mantinham-se nessa condição por uma vida inteira, sem muitas vezes deter nenhuma habilidade e muito menos serem questionados pelo povo, tornando-se insubstituíveis. De modo que essa submissão não tinha razão de existência, sua premissa para a reforma social é de que todas as pessoas que ocupavam lugar de destaque no Estado, sejam príncipes ou governantes, poderiam tranqüilamente ser substituídos ao contrário dos homens produtivos.

Suponhamos que a França perca subitamente seus cinquenta melhores físicos, seus cinquenta melhores químicos, seus cinquenta melhores fisiologistas, seus cinquenta melhores poetas [...] seus cinquenta melhores mecânicos, seus cinquenta melhores engenheiros civis e militares, seus cinquenta melhores farmacêuticos [...] seus cinquenta melhores banqueiros, seus duzentos melhores negociantes, seus seiscentos melhores agricultores, seus cinquenta melhores mestres de forja [...] seus cinquenta melhores pedreiros, seus cinquenta melhores carpinteiros [...] e, cem melhores pessoas de diversas atividades não citadas, as mais capazes, nas belas-artes e nas artes e ofícios, somando ao todo os três mil melhores sábios e artesãos da França (SAINT-SIMON, 2002, p. 58).

Ao teorizar sobre a estrutura da organização social e o status sócio-político que a classe dos produtores ocupa na sociedade, supõe haver uma inversão, uma vez que os homens mais capazes encontram-se subalternizados, “se deixam explorar pela violência e pela fraude; e que a espécie humana, politicamente falando, ainda está mergulhada na imoralidade” (SAINT-SIMON, 2002, p.60).

De acordo com o pensamento de Saint-Simon o primeiro passo para mudar a ordem social seria investir na conscientização dos homens produtores para que reconheçam sua força, recusando a sociedade atual da forma como sempre foi regida. Ao propor o ‘sistema industrial’ – o que denominou de ‘europeísmo’ – entende que se fazia presente a idéia de que o trabalho também deveria deixar de ser uma atividade isolada de produção e subordinada a um diretor, tal qual ocorria com a sociedade sob a coerção do Estado.

Buber (1971) ressalta que o pensamento de Saint-Simon é marcado pela idéia de reestruturação da sociedade como resultante do amadurecimento das várias indústrias se entrelaçando. Isso fortaleceria o sistema geral de produção, possibilitando extinguir o modelo

da indústria comum (capitalismo). Neste ‘sistema industrial’ os homens produtores seriam valorizados e reconhecidos pelo seu trabalho. Saint-Simon antecipa que a indústria comum mesmo cumprindo com sua função, tal qual ele observava, não poderia realizar a reestruturação da sociedade, uma vez que os homens produtores não acessavam a riqueza social.

Na mesma época em que Saint-Simon escreve o que ele chama de ‘sistema industrial’, Fourier<sup>33</sup> anuncia a descoberta dos princípios para uma nova ordem societária, o princípio da associação.

Fourier apresenta em 1829 um plano de reorganização da sociedade através da associação voluntária. Com uma leitura global e unitária da sociedade, faz uma crítica ao capitalismo e acredita que a classe média e os intelectuais (artistas e sábios), descontentes com o sistema capitalista, adotariam de forma voluntária o associativismo na relação de produção e de consumo (FOURIER, 2002).

El título de *Nouveau Monde Industriel* me há parecido el más exacto para designar este belho orden societário que, entre otras propiedades, pose ela de crear la atracción industrial: se verá em él a nuestros ociosos, incluso lãs petimetras, estar de pie a las cuatro de la mañana, tanto em inverno como em verano, para entregarse com ardor a los trabajos úteis, al cuidado de los jardines y corrales, a las funciones del hogar, de lãs fábricas y otras, por lãs cuales el mecanismo civilizado inspira repugnância a toda la clase rica (FOURIER, 1973, p. 37).

Fourier, em 1829, acreditava na possibilidade de desenvolver uma outra forma de organização da produção e do social, que tivessem o trabalho como basilar. Um método societário natural que permitisse aos homens e mulheres com pouco recurso dobrar ou quadruplicar seus investimentos em um curto espaço de tempo. Trata-se de uma forma de associação, que possibilite a um número maior de indivíduos acessar os frutos de seu trabalho<sup>34</sup> (BUBER, 1971). Para isso alguns princípios seriam indispensáveis: a “repartição proporcional e participação da classe pobre nesse crescimento de produto; equilíbrio da

---

<sup>33</sup> François Marie Charles Fourier, de família rica, herdeiro de uma imensa fortuna, formado em ciências da matemática. Fourier não era contra a propriedade privada, também considerava a pobreza e a riqueza como naturais. É antiigualitário e antidemocrata (TEIXEIRA 2002, p. 64). Suas principais obras são “Teoria dos Quatros Movimentos” e “Teoria da Unidade Universal”. Apresentava-se como um vencedor de vinte séculos de “imbecilidade política”, por ter forjado a “Teoria da Harmonia Universal”. Morreu pobre, em 10 de outubro de 1832. (BECKERMAN, 1980, p. 57).

<sup>34</sup> Não se trata do tipo de associação apresentada por Owen no contexto da New Lanark, cuja motivação inicial era a filantropia.

população, cujo crescimento ilimitado poderia neutralizar imediatamente uma quadruplicação e até mesmo uma duplicação da riqueza efetiva” (FOURIER, 2002, p. 67).

Esse modelo de ‘associação’ apresentaria maior êxito que as formas tradicionais do modo capitalista de produção. Primeiro porque seus princípios garantiriam a distribuição da riqueza. Segundo, por proporcionar aos desocupados, aos pequenos senhores identificarem seus talentos e desenvolverem com entusiasmo as atividades úteis. Por atividades úteis entende toda e qualquer atividade, mesmo aquelas que costumam ser desprezadas pela classe rica, mas que podem tornar-se muito promissoras.

Para Fourier, a origem da associação é uma descoberta natural dos homens a partir de seu dom para o trabalho. Pensava que “todos esses trabalhos [dos simples aos mais complexos] tornar-se-ão atraentes pela influência de uma distribuição totalmente desconhecida, que chamarei de *Séries Passionais* ou *Séries de Grupos Constantes* [este é] o mecanismo ao qual tendem todas as paixões, única ordem de acordo com as leis da natureza” (FOURIER, 2002, p. 68).

Segundo Fourier, o capitalismo, estado civilizado, submete os indivíduos a valores morais e materiais contrários ao desejado por Deus e, por ele materializado na lei da natureza em que dirige o universo material pela atração<sup>35</sup>. Sendo assim “El estudio de la atracción apasionada conduce directamente al descubrimiento del mecanismo societário, pero si se quiere estudiar la asociación antes que la atracción, se corre el peligro de extraviarse durante siglos em los falsos métodos [...]” (FOURIER, 1973, p. 38). A associação se tomada como método societário natural seria a única forma para o novo mundo desde que alguns princípios essenciais fossem respeitados seria possível êxito, para isso era indispensável “determinar siquiera el objeto del vínculo societario, las formas y métodos que debe adoptar, las condiciones que debe llenar, los resultados que debe producir” (FOURIER, 1973, p. 38).

No entanto, a associação industrial como forma de garantir o bem estar não deveria induzir ao ócio, diferente da promovida na Inglaterra, onde os benefícios aos indigentes só fizeram multiplicá-los. Fourier acreditava que pelo trabalho prazeroso tanto o problema da ociosidade dos indivíduos empobrecidos seria resolvido, como o problema social da pobreza. A idéia presente no plano de Fourier retoma a necessidade de um mecanismo capaz de transformar o trabalho em prazer “garantindo a permanência do povo no trabalho e a obtenção do *minimum* que lhe teria sido adiantado” (FOURIER, 2002, p. 70, grifo no original).

---

<sup>35</sup> Teoria de Isaac Newton, no cálculo da atração material.

A atração passional é o principio para realizar a associação, esta é o mecanismo societário capaz de mobilizar o que há de mais verdadeiro e profundo nos homens, o que possibilitaria uma outra forma de viver em sociedade.

Se os pobres, a classe operária, não estão satisfeitos no estado societário, eles manifestarão seu descontentamento pela desordem, pelo roubo, pela rebelião; esta ordem deixará de atingir sua finalidade, que é de associar o passional assim como o material, de conciliar as paixões, o caráter, os gostos, os instintos e as desigualdades, quaisquer que sejam (FOURIER, 2002, p. 70).

Isso quer dizer que o principio da associação tinha encontrado “el remedio de esta holgazanería y de los demás vivos que desorganizarían la asociación es, pues, la búsqueda y el descubrimiento de um mecanismo de atracción industrial que transformara los trabajo, y la recuperación del *mínimo* que se le había adelantado” (FOURIER, 1973, p. 39).

Para tanto reafirma que a única forma de tornar a associação um mecanismo societário é promover a distribuição da riqueza e preencher as condições primordiais, são elas: a *repartição proporcional* e o *equilíbrio populacional*, a *atração industrial* e a *economia de recursos*. Nesse sentido, associação seria “[...] a arte de aplicar à industria todas as paixões, todos os caracteres, gostos e instintos – construir um novo mundo social e industrial [...]” (FOURIER, 2002, p. 72).

Para Fourier, a indústria em forma de associação, consegue atrair o conjunto de suas sete funções, a saber: *atividades domésticas, agrícolas, manufactureiras, comerciais, de ensino, estudo e emprego das ciências e das artes*, que realizam o que ele denominou de falange industrial ou de falange das séries passionais. Ou seja, quando se estabelece um *sistema pleno* que contemple as necessidades dos homens, mesmo que de forma desigual, cria-se um mecanismo societário diferente do estado civilizado (racionalidade do capital).

Fourier compreende que em todos os lugares a humanidade, para se desenvolver, passou por *falsos e fragmentados mecanismos* ao longo dos três períodos históricos: selvagem, bárbaro e civilizado. A civilização<sup>36</sup> é a pior delas, entretanto,

[...] ocupa, na escala do movimento, um papel importante, porque é ela quem cria os meios necessários para se chegar à associação; ela cria a grande indústria, as ciências superiores e as belas-artes. Deveríamos fazer uso desses meios para subir na escala social, e não permanecer eternamente nesse abismo de miséria e ridículos, chamado civilização, que, com suas proezas industriais e suas torrentes de falsas luzes, não consegue garantir ao povo trabalho e pão (FOURIER, 2002, p. 76).

<sup>36</sup>Termo que ele usava para designar a sociedade capitalista. Ver: Teixeira (2002, p. 64).

O novo regime societário, pensado por Fourier em 1829, não elimina a existência de classes e se estabelece mesmo que haja desigualdade entre elas, desde que todas sejam contentadas. É por esse caminho que defende ser “possível chegar à terceira e última evolução emancipadora da história [...]” (BUBER, 1971, p. 31), o socialismo.

Neste processo de transição para a sociedade futura, que ocorreria por dentro da atual organização social do capital, a qual estaria sendo gestada a partir da associação agrícola e industrial, não se pretendia superar as desigualdades sociais originária da estrutura social e econômica vigente, mas sim humanizar as relações de produção e sociais para conseguir manter a harmonia social. Por isso se evidencia que a divisão social do trabalho dentro das falanges obedece à ordem tradicional (racionalidade do capital), isto é, o que detém recursos financeiros pode fundar uma falange, os que nada têm recebem o trabalho. As atividades destinadas a cada homem são definidas de acordo com o conhecimento e habilidades dos mesmos, o que sumariamente perpetua o *status* social do pobre e do rico, da mesma forma é definido o princípio da divisão dos resultados do trabalho.

No bien se haya comprobado, por este ensayo, que el mecanismo llamado falange de Series apasionadas crea la atracción industrial, verá propagarse la imitación con la rapidez del relámpago: todos los salvajes, todos los negros del África abrazarían la industria, y se tendría, a los dos o três años, azúcar para cambiar, peso por peso, por el trigo [...] (FOURIER, 1973, p. 43).

Para Fourier era clara a necessidade de resgatar o sentimento associativo em todas as pessoas e de expandir esse modelo. Para isso acontecer se fazia necessário quantificar e mostrar suas vantagens também para as pessoas que já detinham poder e recursos financeiros e ainda garantir-lhes vantagens.

Nesse sentido, conclui-se que outra questão que merece destaque é a relação entre a associação industrial e o Estado, onde se evidencia uma certa cumplicidade entre o mecanismo social da associação e o momento político comprometido com a vigente racionalidade do capital. No plano Fourier apresenta as vantagens de humanizar as relações de produção e sociais quanto à possibilidade de garantir a harmonia social sem muito investimento público.

Otra de las innumerables ventajas sería la de anular súbitamente las deudas públicas en todos los países, a consecuencia del cuádruple producto: cuando la de Francia, que se estima en seis mil millones de francos, se eleve a veinticuatro mil, el fisco percibiría mucho más facilmente dos millones sobre veinticuatro que hoy mil sobre seis mil (FOURIER, 1973, p. 43).

Para Buber, a estrutura social sob a qual a falange se organiza e a forma como o trabalho e o resultado dele são distribuídos possibilita analisar e avaliar o Falanstério como instituição anti-socialista, porque garante aos pobres “‘gozar de um bem-estar graduado para que os ricos sejam felizes’, ou então que somente através da ‘mais extrema desigualdade das riquezas’, é que se chega a ‘esse belo acordo da generosidade’” (BUBER, 1971, p. 32).

A seguir apresenta-se, de forma breve, o plano de Fourier, intencionando uma aproximação do mecanismo social ensejado por este pensador.

O plano de Fourier se inicia a partir de cada grupo que se forma. A proposta era a de substituir a família como única forma de agrupamento. Isso ocorreria porque tanto as pessoas pelo seu trabalho como a sua sustentabilidade, estaria agregada a uma falange, e automaticamente a uma rede de falanges, que basicamente se dividem em atividades agrícolas ou industriais, prevalecendo as atividades agrícolas.

Esta organização social diferenciada requer um número ideal de pessoas para cada falanstério, seria de 1.800 habitantes. A atração passional é a motivação ou o que mobiliza as pessoas para formar uma associação, que conforme Fourier ocorre segundo um fim desejado, no qual as pessoas identificam-se em um dos dois grupos: grupo de amizade (os maiores), onde a identidade reside na ambição e o vínculo estabelecido é corporativo e o outro, o grupo de amor (os menores), em que a identidade é a paternidade ou a família (FOURIER, 1973).

Enquanto um grupo não chega a ser numeroso, ele pode ser inicialmente formado por sete ou nove pessoas, cuja reunião deveria ser segundo as inclinações, gostos ou paixões particulares, de modo que os indivíduos que tivessem gosto e inclinação a um trabalho, indústria ou arte determinada, formariam um grupo; os que tivessem outras inclinações formariam outros grupos e assim sucessivamente. Estes grupos deveriam reunir em séries de vinte quatro a trinca cada uma, e finalmente, as séries agrupadas dariam lugar aos *falanstérios*.

Cabe reafirmar que tanto a idéia como a forma de organização proposta por Fourier não propõem a supressão das diferenças sociais. Isto se deve às novas virtudes e hábitos originados em seus princípios, podendo conviver perfeitamente ricos e pobres, sábios e ignorantes. Acreditava que o mal da sociedade primeiramente consistia na necessidade e obrigação pelo trabalho, cujo valor significava uma carga ou maldição, sentido este que era facilmente alterado quando se tratava das falanges, pois os homens não estariam mais obrigados a trabalhar para sua sobrevivência, visto que ela estaria assegurada, e o trabalho se converteria em uma ocupação agradável (FOURIER, 2002).

Segundo Buber (1971), dos princípios da falange surge um forte impulso ao movimento cooperativista. Entretanto, a superação de sua obra é inevitável tanto para o desenvolvimento do cooperativismo como para a concretização de seu ideário, uma vez que Fourier se limitou a observar e planejar as motivações particulares que levam os indivíduos a formar ou a integrar uma associação e como ocorre a relação de produção e consumo no interior da unidade social. Entretanto, deixa uma lacuna quanto às relações entre as unidades, momento este que seria um aspecto fundamental na medida em que o objeto de seu plano social é um mecanismo de transição para um outro modelo de sociedade.

Algumas aproximações entre o pensamento de Saint-Simon e de Fourier levam a percepção que, para ambos, a transformação se daria na classe dos homens trabalhadores. No entanto, ambas as propostas projetavam um segmento da população que se encontrava em condição desigual para vir a ter uma condição econômica, social e/ou política melhor, não necessariamente todos os homens trabalhadores. Saint-Simon se referia aos trabalhadores com potencial intelectual para conduzir o Estado e o ‘sistema industrial’, quanto aos demais trabalhadores, bastava uma melhor condição de existência. Para Fourier, os homens de posses mediante suas atribuições e bens, poderiam fundar as falanges e conduzir a organização da vida produtiva e social. Subentende-se que a igualdade social não era visualizada para todos os homens, mas a um determinado segmento da população.

Fourier apresenta um novo significado e aprofunda o tema da associação, definindo o que levaria as pessoas a se unirem, o que ele chamou de ‘formação das unidades sociais’. Este autor defende a idéia de que os homens, ao se associarem pelo mesmo objetivo, estabeleceriam uma relação de produção fundamentada em princípios contrários ao capitalismo.

Todos estos trabajos se volverán atractivos por la influencia de una distribución bien desconocida a la que llamaré *Series apasionadas*, o *Series de grupos contrastados*, y que es el mecanismo al que tienden todas las pasiones, el único orden conforme com el deseo de la naturaleza (FOURIER, 1973, p. 37).

Tem-se como ponto pacífico entre Saint-Simon e Fourier<sup>37</sup> a idéia da associação, porém, sob prismas diferenciados. Em Saint-Simon se observa a similaridade com um dos princípios da Revolução Francesa, principalmente ao defender a idéia de uma única

---

<sup>37</sup> Esse dois autores pertencem a mesma fase, ambos não tiveram acesso aos seus escritos durante o período em que elaboraram suas teses. Em 1808 Fourier publicou a Teoria dos Quatros Movimentos, mais tarde, 1822, vinha à lume a obra principal o Tratado da Associação Agrícola Doméstica. Saint-Simon publicou em 1814 A Organização da Sociedade Européia e em 1821 e 1822 O Sistema Industrial (BUBER, 1971, p. 32).

coordenação para todas as associações (princípio das corporações), motivadas ao mesmo fim industrial até que fosse possível cada uma coordenar-se para obter o mesmo objetivo (concorrência). Ao contrário, Fourier primava pelo direito à associação, caso contrário seria consentir com a sociedade vigente em violar o direito de associação. Acreditava que a concorrência inicial redundaria numa situação oposta a que se pretendia, isto é, em grandes monopólios (BUBER, 1971).

Fourier declara que a teoria do ‘sistema social’ de Owen, a qual será apresentada na seqüência é a forma profana de tratar a associação. Acredita que a forma como Owen dispõe da associação era indevida, visto sua relação de dependência com o sistema vigente, devido a sua disponibilidade de ser periférica e dependente do sistema tradicional de produção, isto porque não se expande para as relações de comercialização e de consumo.

## **2.2 A Experiência Inglesa: Owen**

Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, o associativismo de trabalho teve grande desenvolvimento no campo empírico. O associativismo de trabalho aflora num período em que as relações de produção da grande indústria já se encontram estabelecidas e seus impactos são visíveis na realidade social fundamentada na desigualdade social. Momento este que a venda da força de trabalho dos homens, mulheres e crianças anuncia sobre quais pilares este sistema implanta suas bases, e denuncia a mais cruel exploração e precarização das relações de produção. Como também expropria o homem e seus descendentes de qualquer possibilidade de superar sua condição de pobreza. Historicamente, ricas experiências foram observadas no mundo do trabalho inglês.

Em termos teóricos, Owen consegue hegemonia com a tese da teoria do ‘sistema social’, fazendo a defesa de que a humanidade poderia ser transformada a partir de um modelo exemplar, fundado em instituições e práticas com base em valores diferentes e divergentes ao modelo atual, um sistema social. Neste sistema a transformação ficaria a cargo dos homens, os quais por si mesmos conseguiriam realizar a reforma social, uma vez que esse feito não dependeria da ação política.

Owen , em 1836<sup>38</sup>, afirma que o homem e seu meio reúnem as condições necessárias para a reforma social, no entanto existem atributos desejáveis que necessariamente precisariam ser desenvolvidos nos homens e em conseqüência no seu espaço social, para que *cultivassem* esse momento. Partindo desse pressuposto, desenvolveu teoricamente princípios que regessem a vida do homem, delimitando o que é racional e o que é irracional.

Para Owen, a ciência da natureza humana, o homem é um ser complexo que só pode ser apreendido por dois elementos. Um deles trata-se do que é *formado por sua constituição*, ou seja, é próprio do homem, seus sentimentos, convicções tudo que independe de sua vontade e o acompanha desde seu nascimento. O outro, que são as *influências externas* *agem e reagem continuamente* sobre o homem. As duas idéias basicamente são: “a sociedade pode ser reformada a partir de uma comunidade exemplar, atuando sobre o homem; [a segunda], a reforma social não depende da ação política nem da tomada do poder” (OWEN, 2002, p. 97), Owen centra no homem a responsabilidade de alterar a ordem social vigente, porém reconhece que para isto depende das condições sociais que são exteriores a ele, mas não reconhece os problemas sociais como estruturais, apenas como uma questão de melhorar a sociedade, superando seu momento irracional.

Entretanto observa que a disposição que a sociedade de sua época apresentava era a mais anti-social extinguiu do homem qualquer possibilidade de formar uma ação racional, sua realidade social era a mais não-política e irracional que se possa conceber, tanto o Estado como a sociedade mobiliza os meios mais inaturais para manter essa situação danosa.

Por um lado, difere sua teoria da metafísica em ascensão, cuja suposição é que “os sentimentos e as convicções são o resultado da *escolha* do indivíduo, e sob a influência imediata do que se denomina *livre-arbítrio* ou *liberdade da vontade*” (OWEN, 2002, p. 102, grifos no original). Mesmo contrariando o pensamento hegemônico da época, Owen, defendia que a condição social proporcionava a cada homem, de forma particular, tornar uma ação racional ou irracional, isso dependeria de como seriam constituídos. A forma como cada indivíduo absorve, assimila e modifica as influências externas irá definir seu agir, sua ação e a impressão que cada ser humano tem ao ser tocado por esse composto, o que vai determinar seu caráter e seu valor moral.

Mas, ao mesmo tempo reforça com sua concepção de homem e de mobilidade social a lógica do sistema pautada na liberdade do indivíduo, acreditando que falta ao homem oportunidade. Num primeiro momento Owen, e seu ‘sistema social’, contava com a

---

<sup>38</sup> O Livro do Novo Mundo Moral (1836 – 1844). In: Bravo, Gian Maria. Les Socialistes avant Marx, 1970.

credibilidade e apoio dos capitalistas, pois ao considerar que o homem detém a liberdade da vontade coloca como questão para a transformação social a função do Estado e da própria sociedade em disponibilizar condições para que este homem seja beneficiado e possa melhorar de vida.

Owen, assim como Fourier, buscou difundir suas idéias entre a classe social dominante com o argumento de que se as condições de vida fossem humanizadas, os conflitos sociais também iriam desaparecendo. Por isso a educação ocupava lugar de destaque em seu pensamento, uma vez que ele queria “remoralizar as classes inferiores [...] imprimir no jovem idéias e hábitos que contribuirão para a felicidade futura do indivíduo e do Estado; e isso só pode ser alcançado instruindo-os para se tornarem seres racionais” (THOMPSON, 1987, p. 382). A educação tinha a função de garantir que as leis externas fossem adequadas às leis da natureza, ou seja, o homem amparado pela educação se dará conta de que é essencialmente sociável e que essa condição lhe possibilita um “momento favorável para introduzir o sistema racional, para reformar o caráter do homem e para governar a população do mundo em unidade, paz, aperfeiçoamento e felicidade progressiva [...]” (OWEN, 2002, p. 142).

Para Owen, a natureza do homem encontra-se na base da teoria e prática do sistema social proposto, uma vez que ele, ao conhecer sua própria natureza, desprezará as distinções de classe e de posição social, fazendo do sistema social o *locus* privilegiado de felicidade, de coletivização da propriedade e de gestão participativa universal.

A forma econômica defendida por Owen possibilita às massas experimentarem outras formas de relações de produção e de consumo distintas das apresentadas na economia capitalista. Owen pensava que as relações de produção e sociais deveriam ser mais humanizadas. Para isto o sistema racional e os valores de caráter são imprescindíveis aos homens, principalmente aos trabalhadores para que estes se dediquem a uma outra forma de viver em sociedade. Conforme Owen, há diversas condições indispensáveis à felicidade humana, dentre elas:

9. A plena liberdade de exprimir nossos pensamentos sobre todos os assuntos. 10. A maior liberdade pessoal de ação compatível com o bem permanente da sociedade. 12. A residência em um sociedade bem organizada e bem governada, na qual todas as leis, instituições e dispositivos estejam de acordo com as leis da natureza humana (OWEN, 2002, p. 121).

E também, alguns princípios organizativos para que todos os homens consigam usufruir de todos os bem que podem ser produzidos pelos próprios seres humanos, são eles:

1. tratamento benevolente judicioso desde o nascimento. 3. Alimentação saudável, em quantidades e a intervalos convenientes. [...] Desenvolvimento conveniente de todas as faculdades, forças e qualidades físicas e intelectuais. 8. Conhecimento real e amplo de si mesmo, da sociedade e da natureza, adequado aos fatos e à natureza exterior, sem mistérios que confundem o entendimento, o julgamento ou qualquer outra faculdade intelectual. 9. caridade pura, verdadeira e completa, proveniente de um conhecimento exato da natureza humana, de modo a produzir benevolência para com todos, destruí todas as paixões baixas e todos os motivos dos vícios e dos crimes, e dar origem a uma serenidade de espírito e de sentimentos, a um domínio sobre si mesmo e a uma satisfação, capazes de produzir um bom estado constante de saúde física e moral. 10. A estima e a afeição de todos nossos próximos e amigos, e de toda a raça humana (OWEN, 2002, p. 122).

Para Owen, a condição social vivenciada pelos homens no capitalismo dava-se ao fato de que “os elementos da ciência social nunca foram reunidos em um sistema capaz de assegurar a todos, educação, unidade, riqueza, caridade, progresso e felicidade aumento sem cessar de geração em geração [...]” (OWEN, 2002, p. 122). Estes elementos englobam:

a. conhecimento das *leis da natureza humana* [...]; b. princípios e práticas da melhor maneira de *produzir* [...]; c. de *distribuir* a produção [...]; d. da formação da nova combinação de circunstâncias para *educar* [...]; e. de governar o homem [...]; f. da *combinação* [...]; g. nova divisão da sociedade em classes, segundo a idade e a experiências, e de acordo com as leis eternas da humanidade (OWEN, 2002, pp. 123 - 128).

A partir da união destes elementos e princípios era possível formar um sistema capaz de assegurar o bem-estar, “para realizar os princípios que formam a ciência social, seria desejável que o governo estabelecesse vários núcleos ou associações-modelo, contendo de 500 a 2.000 habitantes, em prédios convenientes, para produzir e conservar uma variedade de produtos e ensinar e dar às crianças uma educação adequada<sup>39</sup>” (OWEN, 2002, p. 129).

Motivo pelo qual levou Owen a propor um plano, “[...] colocar os pobres em uma ‘Aldeia de Cooperação’, onde – depois de um subsídio de capital a partir dos impostos – eles poderiam *pagar por conta própria*, e se tornariam ‘úteis’, ‘industriosos’, ‘racionais’, autodisciplinados e também moderados” (THOMPSON, 1987, p. 383, grifos no original). De acordo com Thompson,

Num certo sentido, foi o *ne plus ultra* do utilitarismo, planejando a sociedade como um gigantesco *panopticon* industrial; em outro sentido,

---

<sup>39</sup> Ver Robert Owen. Desenvolvimento dos princípios e planos para a formação de colônias no interior. In: Teixeira, 2002.

extremamente admirável e generoso, foi um Hanway industrial, que pensava muito nas crianças, gostava de vê-las felizes, e ficava realmente chocado com a empedernida exploração delas. Mas a idéia de avanço operário em direção a seus próprios objetivos, por sua própria atividade pessoal, era estranha a Owen, muito embora tenha sido arrastado, entre 1829 e 1834, exatamente para esse tipo de movimento. Isso é visível no tom de todos os seus textos (THOMPSON, 1987, p. 382).

Thompson (1987), ao definir a relação histórica entre Owen e o owenismo, trata de elucidar as principais contribuições do movimento owenista ao cooperativismo. Conforme este autor,

O owenismo também congregou parte dessa paixão. Com Owen e suas palestras a profetizar que ‘a prosperidade esta à solta’, era inevitável que reunissem a seu redor os Filhos de Israel. O anelo comunitário reviveu, e a linguagem da racionalidade foi transportada para a da fraternidade. [...] Tem-se a impressão de que, nos anos 1830, muitos populares ingleses sentiam que a estrutura do capitalismo industrial fora só parcialmente edificada, e o telhado ainda não recobria a estrutura (THOMPSON, 1987, p.406).

As idéias centrais do capitalismo eram rejeitadas por Owen, que as definia como incompatíveis com a racionalidade do homem, a qual tem como princípio que o sistema racional é responsável pelo caráter do homem. Motivo pelo qual suas idéias ganharam a dimensão de um movimento,

O owenismo foi apenas um dos gigantescos, mas efêmeros, impulsos que captaram o entusiasmo das massas, apresentando a visão de uma estrutura totalmente diferente, que poderia ser construída numa questão de anos ou meses, bastando que o povo estivesse suficiente unido e determinado [...] Retrospectivamente, é fácil considerar esse estado de espírito como ingênuo ou ‘utópico’. Mas não existe nada nele que nos autorize a encará-lo com superioridade acadêmica. Os pobres eram desesperadamente pobres, e as perspectivas de uma comunidade onde captaram o entusiasmo das massas, apresentando a visão de uma estrutura totalmente diferente, que poderia ser construída numa questão de anos ou meses, bastando que o povo estivesse suficiente unido e determinado [...] Retrospectivamente, é fácil considerar esse estado de espírito como ingênuo ou ‘utópico’. Mas não existe, poderiam não só mesclar a cultura intelectual com as atividades atléticas da Grécia e Roma, mas também *comer* eram atraentes. Além disso, existia uma diferença importante entre o owenismo e credos anteriores que concentravam o impulso milenarista. Com os owenistas, o Milênio não estava por vir, estava por ser *feito* por seus próprios esforços. E é aqui onde podemos reunir todas as linhas do owenismo: os artesãos, com seus sonhos de curto-circuitar a economia de mercado; os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo geral; a fidalguia filantrópica, com seu desejo de uma sociedade racional e planejada; os pobres, com seu sonho de terras ou do Sião; os tecelões, com suas esperanças de autonomia própria; e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa, onde a ajuda mútua substituiria a agressão e a concorrência (THOMPSON, 1987, p.407).

Percebe-se, a partir da leitura apresentada por Thompson (1987) sobre o owenismo, que essa experiência prática reuniu motivações de sobrevivência, ascensão social, algumas de caráter individual, outras coletivo, porém, ambas definitivas diante do contexto social e histórico em que seus atores se encontravam. A conotação política estava no seio das novas formas de vida comunitária, as desigualdades sociais foram condicionantes da indignação e rejeição das relações de produção que estavam se afirmando. Pode-se dizer que a classe trabalhadora e os sem-trabalho encontram no sistema industrial de Owen o sentimento de pertencer a uma classe que vive e enfrenta os mesmos problemas sociais. Sobre isso Thompson destaca que:

O socialismo owenista sempre contou com dois elementos nunca totalmente fundidos: a filantropia do iluminismo, traçando 'sistemas span-new' segundo princípios de utilidade e benevolência; e a experiência daqueles setores de trabalhadores que escolheram algumas noções entre o estoque owenista e adaptaram-nas ou desenvolveram-nas de acordo com seu contexto específico (1987, p. 380).

Mesmo que a identificação com este sistema seja diversa, conforme Thompson elucida, os princípios em sua maioria se mantêm, em algumas com maior aproximação à sobrevivência e à filantropia, em outras, com maior identificação com a causa operária. Nesse contexto que a cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, nos anos de 1844, pode ser tomada como exemplo.

Para Thompson (1987), o cooperativismo owenista ganha um novo sentido quando as classes e todos os trabalhadores respaldam seu trabalho coletivo enquanto ações com uma direção política definida. Nesse sentido, o cooperativismo perseguido por seus sujeitos recebe a forma de luta de classe e de movimento preparatório para a derrocada da classe burguesa.

A teoria de Owen e suas colônias auto-suficientes apresentaram ao mundo o sistema industrial que mais tarde se difundiu pela Inglaterra, a *New Lanarck*, e depois, a *New Harmony*, em 1824, na América do Norte, as quais inspiram o cooperativismo moderno. Anterior a este modelo de cooperação existiram outros, no entanto o contexto histórico era anterior à organização das cidades e da grande indústria, tratava-se de cooperativas que tinham como objetivo facilitar a vida social das sociedades agrícolas e pastoris.

O início do cooperativismo moderno nasce com a cooperativa de consumo dos 28 Tecelões de Rochdale, fundada em outubro de 1844, chamada de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pionner*).

Os trabalhadores da indústria de flanela estavam iniciando um processo de negociação pelo aumento em seus salários. Como de costume, na época foram em uma assembléia conversar com seu patrão. Este lhes garantiu o aumento desde que todas as outras indústrias da cidade fizessem o mesmo com seus operários. Esta situação surpreendeu, mas foi compreendida pelos operários, uma vez que de acordo com Holyoake as teorias socialistas já haviam sido disseminadas entre eles.

Os socialistas tinham prestado o grande serviço de ensinar os operários a raciocinar sobre sua situação. Tiveram o mérito de fazer compreender que tanto os patrões como os operários são escravos da organização comercial e industrial existente, de tal maneira que, se os operários de hoje chegassem a ser patrões amanhã, procederiam da mesma maneira que os industriais, de quem hoje se queixam. Portanto, o que se deve reformar é o conjunto do ambiente social (HOLYOAKE, 2000, p. 21, tradução nossa).

Foi quando estes operários lembraram das idéias de Robert Owen e resolveram conseguir seu propósito de outra maneira. “Depois de muito refletir, decidiram começar a expensas suas a luta pela vida. Considerando-se comerciantes, industriais e capitalistas sem dinheiro, prepararam-se para criar os seus próprios meios de ação e para conseguir, mediante o auxílio mútuo (*self-belp*), tudo o que lhes faltava” (HOLYOAKE, 2000, p. 22, grifo no original).

As idéias de Owen se articulam ao ideal do movimento operário e para além de uma alternativa de sobrevivência afirmam o espírito coletivo de enfrentamento à questão social, ao mesmo tempo em que resistem à condição social que lhe estava emergindo junto à grande indústria. O movimento operário apresenta às idéias de Owen o sentido político que mais tarde se configuraria no modelo cooperativo encabeçado pelos operários afrontados pela situação de degradação humana que a cada inovação tecnológica se aprofundava e complexificava.

A cooperativa de consumo Rochdale que no início de sua atividade atendia apenas a seus associados, presenciou o êxito quando começou a atender também os não sócios. Depois de observar as vantagens deste princípio (admitir os não sócios) em prática se propuseram a organizar a produção. Fundaram as cooperativas de produção, cuja essência fundamenta-se na democracia e posse igualitária entre seus membros. “Em 1854 e 1855 estabeleceram duas fiações de 50.000 fusos cada uma, fundadas no princípio da participação dos operários nos lucros” (HOLYOAKE, 2000, p. 65).

A participação nos lucros era um princípio fundamental da Rochdale, pois “acreditava-se que o operário, uma vez convertido em patrão, desprezaria os seus antigos companheiros

de trabalho e se recusaria a pagar salários mais elevados” (HOLYOAKE, 2000, p. 66). O princípio da participação dos operários nos lucros era o principal dentre os outros. Em 1862, com muita contradição entre os associados este foi negado sobre o julgamento do grupo de administradores, de pequenos comerciantes que conseguiram consenso para derrubá-lo. No entanto, nem mesmo os pioneiros de Rochdale podiam compreender o que representava a renúncia a este princípio, por não ser “compreendida que essa recusa da justiça era fatal a toda a sociedade, portanto procurava eternizar conflitos que, na primeira ocasião, podem produzir graves prejuízos à tranquilidade pública e à ordem social” (HOLYOAKE, 2000, p. 68). Em 1864, os cooperados se pronunciaram: “o objetivo principal dos fundadores desta Sociedade era distribuir com equidade os lucros provenientes da fábrica de algodão e lã. Os cooperadores estão plenamente convencidos de que todos os que contribuem para criar a riqueza devem participar da sua distribuição” (HOLYOAKE, 2000, p. 67).

Após a identificação das três principais idéias que transitaram entre os pensadores da primeira geração do socialismo utópico, cabe voltar-se num primeiro momento ao contexto político desta época em que se encontram datadas as obras de Saint-Simon (1810), de Fourier (1829), ambos franceses, e de Owen (1824 a prática /1836 a obra), inglês.

## **2.4 Contexto Político do Associativismo e do Cooperativismo**

Embora Owen e Fourier pertencessem ao mesmo contexto histórico, suas propostas parecem receber influências do contexto sócio-político específico dos países em que viviam.

No contexto da Inglaterra, as relações de produção e de poder eram hegemonicamente burguesas, de expansão do capital e a classe trabalhadora quase que em sua maioria constituída de operários da indústria, “o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental” (HOBBSAWM, 1982, p. 47). Talvez por isso Owen propusera no formato da indústria um modelo menos explorador, com mais igualdade, a associação cooperativa. Como a classe burguesa dominava a produção e também o Estado enquanto aparato político-jurídico somente algo semelhante à indústria poderia se aproximar dos trabalhadores e prosperar. Já no contexto da França, o poder estava em disputa, de um lado a burguesia e de outro a aristocracia tradicional, motivo pelo qual tanto os planos de Saint-Simon como de Fourier eram ambiciosos e por ora

revolucionários. O primeiro por identificar o Estado como caminho para a mudança social, que diante do processo de disputa pelo poder entre burguesia e aristocracia, propõe colocar em cena os sábios e os trabalhadores para ocupar este espaço político de poder, uma vez que as forças de produção e o poder ainda não se constituíam na mesma classe<sup>40</sup>. E é pelo poder e pela produção não condensarem na mesma classe que Fourier apresenta um outro formato de associação, um modelo que resgata o modo de produção anterior à grande indústria, que tinha a agricultura como basilar, onde somente a posse (capital), e nenhum outro valor ou tradição, significava a possibilidade de formar uma falange (produção) de dirigir e decidir sobre ela.

Buber (1971) faz uma relevante recuperação dos fundadores do socialismo Saint-Simon, Fourier e Owen, que mais tarde, em 1948, foram denominados de socialistas utópicos. Suas definições acerca desse grupo de pensadores que foram os responsáveis pela valiosa crítica à sociedade vigente na época corresponderam à primeira fase do socialismo. Para o autor, as experiências associativas da primeira metade do século XIX influenciam o cenário social e econômico da época, provocando um intenso debate político sobre o caminho ao socialismo e suas direções, considerando as relações de produção e sociais que já estavam dadas pela grande indústria.

Entende-se que são dois momentos que podem ser resgatados para a compreensão do significado histórico das experiências associativas de trabalho. Para tal, as análises de Friedrich Engels e Karl Marx, em especial a obra *O Socialismo Utópico e Socialismo Científico* (1985), apresentam as várias formas e pressupostos teóricos elaborados por Saint-Simon, Fourier e Owen vistos por estes autores como representantes de alternativas para uma nova ordem social visualizada no momento em que o capitalismo ainda se encontrava incipiente. Num segundo momento, as análises figuram em torno da segunda fase do socialismo utópico representada por Proudhon, Kropotkin e Landauer. Pensadores cujas teorias foram superadas pelo pensamento socialista de Marx. Para Marx e Engels, as teorias deles, em específico sobre o associativismo não ultrapassam o pensamento utopista, pois estas experiências ocorrem num período em que a classe trabalhadora emerge como elemento histórico em confronto com as condições das forças produtivas e com as formas de distribuição por elas criadas.

---

<sup>40</sup> Neste período não era presente o conceito de classe marxista, usamos como expressão para melhor explicar a estrutura social.

Os fundadores do socialismo<sup>41</sup>, responsáveis pela teoria e prática associativa apresentam-na como alternativa para mudar a ordem social vigente.

No entanto, naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido. A grande indústria, que acaba de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França. E só a grande indústria desenvolve, por um lado, os conflitos que transformaram numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção capitalista (ENGELS, 1985, p. 34).

Engels, ao se referir às práticas e teorias associativistas, que mais tarde em conjunto com Marx definiram como ‘utopistas’<sup>42</sup>, considera-as como forma de descobrir um sistema novo de ordem social, importante para uma época em que a indústria e, portanto, também o proletariado, ainda não haviam se desenvolvido.

Suas doutrinas incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar (ENGELS, 1985, p. 35).

Marx e Engels opõem-se fortemente ao modelo proposto pelos socialistas utópicos, aqui também se referindo a Proudhon, em especial, no que diz respeito à subordinação dos homens ao trabalho, mostrando que sua proposição não apreende a discussão da propriedade, marcando definitivamente a diferença entre o socialismo utópico e o científico.

Na época, Marx e Engels apresentam um projeto para a Liga dos Comunistas<sup>43</sup>. Este é apresentado no Manifesto do Partido Comunista de 1848, o qual apresenta a luta de classes como inevitável para o triunfo da classe trabalhadora sobre a burguesia, condição contrária ao proposto pela teoria dos sistemas. Acentua-se, em 1848, um grande confronto de idéias sobre o tema, de um lado o socialismo científico e de outro o socialismo utópico. As interpretações de Marx sobre a classe trabalhadora se fazia na possibilidade de ressaltar sua teoria para que

---

<sup>41</sup> Assim chamados por Engels (1985). Esses pensadores apresentam as primeiras obras que remontam as críticas à sociedade capitalista nascente. Em 1802, vieram à luz as Cartas de Genebra de Saint-Simon; em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra, embora as bases da sua teoria datassem já de 1799; a 1 de Janeiro de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark (Engels, 1985).

<sup>42</sup> São incluídos Saint-Simon, Fourier e Owen, no projeto de Marx eram citados também Cabet, Weitling e até mesmo Babeuf como autores de sistemas semelhantes (BUBER, 1971, p. 10).

<sup>43</sup> A Liga dos Comunistas foi a primeira organização comunista internacional do proletariado. Existiu entre os anos 1847 e 1852. O Manifesto do Partido Comunista foi escrito por Karl Marx e Friedrich Engels como programa para a *Liga dos Comunistas*.

os trabalhadores compreendessem o caminho a ser seguido para a derrocada da burguesia do poder. Motivo pelo qual Engels ao se referir às teorias dos ‘sistemas’ define como “grandiosos sistemas de reforma, que, a pretexto de reorganizar a sociedade, pretendem conservar as bases da sociedade atual e, portanto, essa mesma sociedade; por esse motivo, são qualificados de socialistas burgueses” (BUBER, 1971, p.10).

Pierre Proudhon (1809-1865), de um lado, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), de outro, inauguram seu debate na mesma década em que surgiam as cooperativas (com esta designação) e em que o movimento operário emergia com força na cena política europeia, em meio as revoluções de 1848.

Uma das primeiras observações de Marx na Liga reafirmou a compreensão científica da sociedade burguesa como única base teórica sustentável. Nesse sentido, Buber (1971, p. 11), afirma que “Marx pretendia, então, era demonstrar que não se trata de levar à prática um sistema utópico qualquer, mas de colaborar, conscientemente, no processo histórico de transformação da sociedade que se verifica ante os nossos olhos”.

Nesse sentido, Marx e Engels reafirmam em uma passagem da obra do Manifesto do Partido Comunista, de 1848, que o cooperativismo pode ser tomado como uma estratégia no processo de transformação. Fazendo referência à luta pela Lei da Jornada de Trabalho de dez horas que durou mais de 30 anos (1848 – 1864), em que o movimento cooperativista fora um fato histórico que deriva da ação e resistência da classe trabalhadora, consideraram-na uma vitória já que,

Além de seu significado prático, havia outros aspectos que realçavam o maravilhoso triunfo que foi essa medida para os operários [...] Conseqüentemente, a lei da jornada de dez horas não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante à economia política da classe operária (MARX; ENGELS, 2004, p, 102).

Apesar deste trecho dedicado ao cooperativismo no Manifesto do Partido Comunista este tipo de prática social é considerada pelos seus autores como irrelevante em termos de transformação social, caso ocorram de forma isolada e subjugada ao plano da economia local o “sistema cooperativo, por si só, nunca irá transformar a sociedade capitalista. Para converter a produção social em sistema amplo de trabalho livre e cooperativo são requeridas mudanças das condições gerais da sociedade [...]” (PAGOTTO, 2005, pp. 4 – 5).

Marx (1866) ao fazer referência ao “movimento cooperativo”, considera que se trata de uma forma de articulações da classe trabalhadora que diante do antagonismo de classe reage. Entretanto, fica claro que tanto o associativismo como o cooperativismo não podem ser

tomados como ação principal da classe trabalhadora frente a ordem burguesa, pois ele é parte de um processo de reorganização dos trabalhadores capaz de articular a luta política à luta econômica, porém ineficiente para desestruturar a ordem capitalista, uma vez que ele coexiste com o antigo modo de cooperação e legitima as ações do Estado capitalista, o qual garante a acumulação de riqueza.

É fato que na prática, historicamente, a classe trabalhadora desenvolve tais formas de trabalho como meio de sobrevivência e em alguns casos como forma de negação do sistema.

Em 1866, Marx escrevera uma proposta de resolução para o Congresso da Internacional<sup>44</sup> em Genebra, onde recomenda aos trabalhadores que a produção cooperativa se aproxima mais da superfície do sistema do que os armazéns cooperativos (MARX, 1866).

O movimento cooperativo nasceu da necessidade de alterar a sociedade existente através de uma ideologia baseada no igualitarismo. Propagaram o movimento cooperativo como uma alternativa à natureza exploradora da sociedade capitalista do século XIX na Europa. Para eles, a cooperação era um veículo através do qual a exploração capitalista podia ser substituída por uma sociedade justa e igualitária constituindo as cooperativas como um instrumento de transformação dessas sociedades.

O ponto de vista de alguns dos primeiros promotores das cooperativas, como Robert Owen, era criticado porque, uma vez que viam as cooperativas como uma fonte de transformação social, acreditavam que o movimento teria sucesso se o capital e o trabalho cooperassem nesta transformação. Karl Marx, um crítico em relação a este ponto de vista, contudo, não estava contra a formação de cooperativas de trabalhadores. Com efeito, ele defendia que os trabalhadores cooperativos podiam desempenhar um importante papel na emancipação da classe trabalhadora, em relação ao capitalismo, desde que fossem aliados do movimento trabalhista. A principal contribuição destas instituições reside na sua habilidade para demonstrar de forma prática que os trabalhadores são capazes de controlar e gerir os meios de produção. Nas suas instruções aos delegados presentes no I Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores em Genebra, em Setembro de 1866, ele referiu

Nós reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da presente sociedade baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é mostrar, em termos práticos, que o presente sistema da subordinação do trabalho ao capital, que é despótico e aumenta a pobreza, pode ser suplantado pelo sistema republicano e beneficente da associação de produtores livres e iguais (MARX; ENGELS, 1986, p. 81).

---

<sup>44</sup> Associação Internacional dos Trabalhadores, ou como ficou conhecida mais tarde, a “I Internacional”.

Mais tarde, Engels<sup>45</sup> defendeu de maneira expressa as cooperativas, distinguindo-as, de forma clara, das sociedades por ações.

No sistema de ações existe já antítese à antiga forma [*de propriedade privada individual*], em que os meios sociais de produção surgem como propriedade individual; mas a transformação na forma da ação permanece ainda presa às barreiras capitalistas; e portanto, em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, só a desenvolve numa nova configuração. As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. [...] As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente. (MARX, 1986, pp. 334-335)

A partir das interpretações de Marx e Engels sobre o associativismo e cooperativismo pretende-se compreender as ações do Estado e/ou sociedade em torno da geração de renda. É uma questão relevante por se tratar em linhas gerais do ressurgimento do associativismo neste momento do capitalismo. Desta forma, perceber como as Experiências Associativas de Trabalho vêm se projetando em termos de encontro ou de luta contra o modelo macroeconômico e social hegemônico.

---

<sup>45</sup> Engels completou o Livro III de *O Capital*, originalmente escrito, e publicado em fascículos, por Marx. A citação do texto é parte dos capítulos complementares escritos por Engels.

## 2.4 A Economia Solidária como Política de Trabalho e Renda no Brasil

Neste item, serão apresentadas algumas interpretações sobre a economia solidária, com a finalidade de compreender quais as bases conceituais que respaldam a Política de Trabalho e Renda no Brasil.

A economia solidária passa a ter *status* de política de trabalho com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), alterando profundamente seu cenário de inserção nas políticas e ações governamentais municipais, estaduais, em especial no âmbito nacional. As Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó, objeto da pesquisa, têm aproximação com os princípios da economia solidária, por ser essa a vertente teórica assumida pelas duas principais instituições fomentadoras - Prefeitura Municipal (Gestão 1997/2004) e ITCP-Unochapecó (2001 a 2005).

Para apreender os princípios teóricos norteadores das Experiências estudadas, se faz necessário retomar as abordagens sobre a Economia Solidária, pois esta se apresenta como um aspecto teórico importante, uma vez que seu discurso aparece na prática cotidiana dessas iniciativas.

No Brasil, segundo Paul Singer<sup>46</sup>, as práticas de economia solidária ressurgem, no século XX, como resposta à grande crise de 1981/1983, quando muitas indústrias, inclusive as de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar. A economia solidária brasileira aparece, então, como “uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2003, p. 13). Segundo o autor, “o que distingue este cooperativismo [do associativismo utópico] é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER; SOUZA, 2003, p. 111).

O cooperativismo surge no início do capitalismo industrial formado por operários como uma das primeiras reações da classe trabalhadora diante da exploração do trabalho em longas horas de atividade produtiva. A primeira grande onda do cooperativismo ocorreu na Inglaterra em 1844 quando os operários tecelões fundaram a Cooperativa de Consumo de Rochdale (HOLYOAKE, 2000). Tais iniciativas tornaram-se, nos anos 1830, na Inglaterra, em movimento das massas.

---

<sup>46</sup> Paul Singer é considerado um dos autores expoentes nos estudos de iniciativas fundamentadas no associativismo. Seu livro “Introdução à Economia Solidária” (2002), procura estabelecer um elo histórico entre a gênese do cooperativismo do século XIX e a economia solidária das últimas décadas do século XX e começo do XXI.

O cooperativismo pretendia melhorar a vida dos trabalhadores num período em que o modo de produção capitalista recém começava a consolidar-se, e embora seus ciclos econômicos produzissem crises temporárias que afetavam diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, sua espiral expansiva produzia um efeito cíclico invertido sobre o crescimento do movimento cooperativo, que se expandia nos momentos de crise do sistema e se retraía nos momentos de expansão (CRUZ, 2006, p. 344).

Conforme Cruz (2006) há uma diferenciação entre o aparecimento do cooperativismo do século XIX e a economia solidária do século XXI.

Diferentemente, as iniciativas de economia solidária do século XXI não se forjaram pela pretensão de “melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores”, mas a grande maioria das iniciativas surgiu como uma forma de recompor a qualidade de vida perdida pelos trabalhadores após a mudança no padrão de acumulação. Não se trata de uma resposta à exploração capitalista, como no passado, mas de uma resposta à sua ausência, à não-exploração capitalista (CRUZ, 2006, p. 345).

A expressão economia solidária<sup>47</sup> no Brasil refere-se às experiências de organizações coletivas voltadas para a geração de trabalho e renda, baseadas na igualdade e no respeito a diferenças. Abrange várias iniciativas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou co-gestionárias, mediadas por pressupostos de solidariedade, cooperação, democracia e autogestão. Trata-se de um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho, o qual aparece, historicamente, junto com o capitalismo, mas se propõe como uma alternativa ao modelo capitalista.

Singer (2000), ao problematizar esta questão, alerta para a necessidade da criação de opções reais, capazes de ingressar e reinserir os sem-trabalho na economia. Para este autor, os empreendimentos de economia solidária formados por associações dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente do trabalho incerto, constituem alternativas consistentes ao desemprego.

Economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou

---

<sup>47</sup> De acordo com os defensores da chamada economia solidária a mesma se constituiria no embrião de uma nova racionalidade econômica não-capitalista que de certa forma poderia se tornar em uma alternativa para enfrentar a problemática do desemprego (KRAYCHETE et al., 2000). Outros defensores mais radicais chegam a afirmar que “a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba” (SINGER, 1997, p. 10).

qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, etc., na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de casa um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER; SOUZA, 2003, pp. 114-115).

Segundo o autor, a modalidade básica da economia solidária é a cooperativa de produção, seus princípios organizativos são:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos: destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER; SOUZA, 2003, p. 13).

De acordo com Singer (2000) o fundamento básico dos empreendimentos originados dos princípios da economia solidária está na autogestão<sup>48</sup>, categoria que demarca as cooperativas baseadas na solidariedade e estabelece a distinção daquelas que empregam assalariados.

Para Nascimento (2004), a autogestão acompanha historicamente o cooperativismo, e retoma a conotação de luta política e ideológica associada ao ideal utópico socialista. Fundamentada em relações democráticas (tomadas de decisão) e em ações coletivas (associativismo), emerge da autogestão uma construção política e social para todos os que dela compartilham. Segundo o autor, a autogestão foi definida, na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa, em 1978, como

[...] construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em

---

<sup>48</sup> A definição de autogestão incorpora, na atualidade, duas conotações: exercício de poder compartilhado que desde a sua origem esteve relacionado com as lutas dos trabalhadores e o movimento operário; e, de maneira ambígua, é aderida como forma de gestão flexível no processo da reestruturação produtiva haja vista a necessidade de novas técnicas gerenciais para a maximização dos lucros.

formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p. 2).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), as cooperativas do século XIX representavam aos trabalhadores possibilidades concretas de recuperação do trabalho e da autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Suas formas de organização obedeciam aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizado na ideologia do socialismo. Portanto, entende que atualmente as organizações coletivas, pautadas nos princípios do cooperativismo autogestionário (igualdade, solidariedade, respeito à natureza, entre outros), podem ser consideradas como alternativas de produção não capitalistas e formas de emancipação social. Por outro lado, tais princípios também são percebidos na teoria e nas práticas liberais, as quais não apresentam nenhuma preocupação com as relações de produção ou sociais sobre outra lógica. Na atualidade, com o neoliberalismo, verifica-se um apelo à solidariedade, igualdade e à cooperação, materializadas nas iniciativas do chamado terceiro setor, como forma de garantir interesses corporativos dominantes e a manutenção do processo de individualização dos sujeitos sociais.

As organizações coletivas para o trabalho organizadas pelos pressupostos da economia solidária e da autogestão recuperam os valores de igualdade, solidariedade e cooperação numa perspectiva coletiva, já defendida pelo socialismo utópico. Santos (2002), considera estas práticas como alternativas ao individualismo liberal, na medida em que seguem um conjunto de valores e princípios não capitalistas, contrários à separação entre capital e trabalho e à subordinação deste àquele.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) como o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2003, p. 13).

Uma outra interpretação, situada no campo mais crítico, sobre a economia solidária pode ser encontrada em Cattani (2002). Para o autor, a economia solidária, observada a partir de seus princípios, representa uma forma de processos mais avançados em termos humanos e sociais. No entanto, a questão central para análise dos empreendimentos de produção é a

partir da sua prática. Sua indagação inicial é sobre o significado que ela assume para os sujeitos enquanto processos sociais, ou seja, os empreendimentos produtivos são formas de acomodamento e de sobrevivência da população mais pobre e vulnerável, ou uma forma superior de produção social. Acredita que delimitar a razão de existência destes seja uma forma de compreendê-los em seus limites e possibilidades. Em alguns aspectos concorda com Singer no que se refere à economia solidária diante do contexto societário atual, a qual se coloca como uma reação da sociedade. Contudo, considera que pode ser uma alternativa social munida tanto de ideais conservadores, como social-democratas ou críticos ativistas a este sistema. Pondera esta observação se reportando a Marx, na obra *Miséria da Filosofia* (1847) que, de modo geral, o cooperativismo é apenas tentativa de regeneração da má economia e da má sociedade, ignorando a dinâmica dos macro-processos, limitando-se em viabilizar micro-processos alternativos. Para Cattani (2002) a questão central de interpretação da economia solidária é compreendê-la no contexto do sistema dominante que produz e reproduz seus mecanismos de dominação, de exploração e de exclusão atingindo os indivíduos. De modo que há uma preocupação constante se estas iniciativas não acabam capitalizadas por velhas práticas com novas roupagens, ou seja, novas formas de precarização do trabalho, de mobilizar o Estado e, atualmente, a sociedade, para legitimar e ampliar a acumulação de capital. A economia solidária se observada sobre outra ótica, a da perspectiva de nova forma de produção social, deve-se considerar que o horizonte desta iniciativa não poderá limitar-se à geração de trabalho e renda para a população mais pobre e vulnerável, bem como avançar para áreas da produção e do conhecimento que interferem na racionalidade deste modo de produção.

Germer (2005, p. 6), opõe-se às interpretações até aqui apresentadas, por entender que “as fábricas-cooperativas não podem ser analisadas isoladamente, mas como um elemento de uma totalidade, de modo que as mudanças que se manifestam nelas refletem mudanças no modo de produção e não apenas nela”. Faz uma crítica às interpretações de Singer (2000; 2002) por entender que ignora o fator ‘modo de produção’ na medida que fala em ‘modos de produção’ sem defini-los, como também não apresenta nenhum tratamento teórico do fenômeno cooperativista perdendo o sentido histórico apresentado em suas propostas. Para tal, resgata a origem do cooperativismo a partir do entendimento de modo de produção Marxista.

O cooperativismo surgiu desde cedo no capitalismo, mas como é habitual, desenvolveu-se, ao longo do tempo, das formas simples iniciais à forma de um setor complexo e heterogêneo atualmente, e isto ocorreu sob o impacto da luta de classes. O cooperativismo formou-se a partir de duas diferentes

origens: por um lado, a partir da formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. Estas nunca foram organizadas na esfera da produção, mas apenas para a realização de operações complementares à produção [...] A segunda origem do cooperativismo foi a reação de trabalhadores assalariados, principalmente operários industriais, à piora contínua das suas condições de existência, em contextos de conflito político explícito com a classe capitalista, o que conferiu a estas cooperativas nítido caráter militante. Também neste caso há duas variantes que diferem qualitativamente. Por um lado, as cooperativas de consumo, nas quais a cooperação não se dá na produção, e a maioria dos associados beneficiam-se da cooperativa apenas como consumidores. [...] A segunda variante de cooperativas formadas por trabalhadores assalariados são as cooperativas de produção, nas quais os cooperados são os próprios trabalhadores da empresa. Estas cooperativas surgiram na forma de fábricas-cooperativas, no início do século 19, geralmente resultantes da tomada, pelos trabalhadores, do controle de fábricas falidas em períodos de crise industrial. [...] É também significativo o fato de que a cooperativa-símbolo do chamado ‘movimento cooperativista’ moderno não seja a fábrica-cooperativa mas a cooperativa de consumo ou de comercialização (GERMER, 2005, p. 5).

De acordo com este autor, entende-se o cooperativismo como fenômeno histórico que retoma suas expressões na sociedade enquanto movimento dos homens marcado pela luta contra sua condição miserável de sobrevivência. “Mas esta avaliação positiva não levou Marx a ignorar o quadro global em que as fábricas-cooperativas estão imersas, caracterizado pela subjugação dos trabalhadores aos capitalistas, e as contradições que disto resultam e os seus efeitos tanto interna quanto externamente (GERMER, 2005, p. 5).

Germer (2005, p. 3, grifo no original) entende que no estudo do “cooperativismo é procedente levar em consideração a interpretação teórica de *capitalismo como modo de produção em processo histórico de desenvolvimento na direção da sua superação*”. Caso contrário, sua emergência será incoerentemente com as interpretações que visualizam no cooperativismo elementos de superação do capitalismo. De tal forma que acredita ser impreterível observar a economia solidária a partir do percurso teórico que fundamenta a idéia de uma nova ordem social – socialismo.

Numa primeira fase a expansão do capital implica a expropriação dos produtores diretos e a expansão absoluta do trabalho assalariado na sociedade; na fase seguinte a difusão da sociedade anônima implica a expropriação dos capitalistas individuais e a instituição da propriedade coletiva dos meios de produção, embora restrita à classe capitalista. Isto significa que aos poucos a propriedade privada *individual* dos meios de produção desaparece, substituída pela propriedade coletiva da classe capitalista, sobrevivendo apenas entre pequenos produtores decadentes, como ruínas de uma era socialmente ultrapassada. No entanto, na medida que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só

podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual tenha sido abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global do modo de produção, cujo cerne reside no caráter de classe do poder de Estado, e cujo componente essencial é a forma jurídica da propriedade (GERMER, 2005, p. 7).

A partir desse construto teórico sob o percurso do capitalismo se pode observar qual o potencial da economia solidária. Sendo assim, a economia solidária, para aproximar-se da conotação teórico-política do ‘movimento fábricas-cooperativas’<sup>49</sup>, necessariamente precisa colocar-se na lógica de ações dos homens como sintomas da emergência de *novas realidades* na base da estrutura social. Mesmo assim, segundo o autor, a questão central para emergir ‘novas realidades’ não está disponível na dinâmica interna ou numa leitura endógena deste fenômeno atual, mas sim na compreensão de que

O domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce precisamente este efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso. Conseqüentemente, para que estas se materializem, é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida, mas como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como pré-condição da instituição do novo modo de produção (GERMER, 2005, p. 7).

De modo que, parafraseando Germer (2005), as fábricas-cooperativas podem ser consideradas como sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social, mas não têm esse potencial até que as formas coletivas estejam condicionadas pela propriedade individual. No entanto, para que essas práticas sejam consideradas tentativas de instaurar um modo de produção alternativo, só será possível no contexto de uma mudança social global do modo de produção, cujo cerne reside no caráter de classe do poder de Estado, “através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores” (MARX, 1866 apud GERMER, 2005, p. 7).

---

<sup>49</sup> Terminologia usada por Marx e Engels.

### 3 DESEMPREGO E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO EM CHAPECÓ

O Estado e, recentemente, o terceiro setor são os mecanismos que asseguram a coesão social. A legitimação das desumanas relações de produção e relações sociais, que emergem da acumulação de capital, são ideologicamente disseminadas e legalmente aplicadas pelo aparato institucional-jurídico. Sendo assim, a priori já se encontra delimitado o espaço sócio-político e econômico reservado ao trato do desemprego no âmbito da política pública de trabalho e geração de renda mundial, nacional e municipal/local.

Nesse contexto, o presente capítulo se propõe a analisar, a partir do fenômeno do desemprego e suas proporções, no contexto local de Chapecó e como essa problemática foi tratada. Para tal, procura-se identificar no período de 2000 a 2004 a intervenção da instituição Estado via política pública municipal de trabalho e renda.

A política de trabalho municipal foi desenvolvida sob a denominação de Programa Empresa-Mãe de Cooperativas Populares, com o objetivo de fomentar e assessorar as Experiências Associativas populares, desvinculadas do emprego assalariado.

A política pública de trabalho e renda municipal em Chapecó buscou respaldo político-ideológico na Universidade Comunitária Regional de Chapecó/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Unochapecó). Para discorrer sobre essa política no âmbito do município de Chapecó é necessário apresentar os programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal em parceria com a ITCP-Unochapecó durante o período de 2001 a 2004. As Experiências Associativas de Trabalho pesquisadas originam das ações de ambas.

### 3.1 Desemprego e Geração de Renda em Chapecó

O desemprego na atual conjuntura e a precarização das relações de trabalho são aspectos centrais da questão social, pois continua sendo pelo trabalho que o homem garante sua sobrevivência e a sua condição de homem social. Alguns autores, entre eles Aued (2003), Tavares (2005), Antunes (1997, 2005), que analisam as transformações ocorridas no mundo do trabalho, têm como marco teórico as obras de Marx. A redução do trabalho sobre a forma de emprego, os processos de terceirização, as mudanças nas relações de produção e a alteração nas formas de trabalho humano no processo de produção, são centrais para compreender a sociedade capitalista.

A questão do desemprego, no Brasil, culturalmente analisada com base nos dados oficiais quantitativos, tem sido contraposta por abordagens macrosociológica.

Nessa direção, Pochmann (1999) entende que tanto o emprego, como o desemprego têm suas origens nas disposições da ordem econômica que historicamente se faz marcante no contexto do fordismo/keynesiano ao explicitar o “compromisso com a defesa do emprego que passou a existir entre os anos 30 e 70” [e a partir da] segunda metade da década de 1970, por um conjunto de políticas econômicas e sociais comprometido com a baixa inflação” (POCHMANN, 1999, p. 40).

Com base nessa reflexão, pode-se dizer que é neste contexto que o município de Chapecó passa a vivenciar o desemprego em massa, em especial, logo no início da década de 1980, com significativos reflexos na estrutura sócio-econômica, com a implantação das agroindústrias de grande porte e o processo de modernização da agricultura (POLI, 2002).

Localizado na Região Sul do Brasil, Micro Região Oeste de Santa Catarina<sup>50</sup> o município de Chapecó foi fundado em 25 de agosto de 1917, hoje apresenta uma população total<sup>51</sup> de 146.967 mil habitantes, destes 134.592 vivem na área urbana e 12.375 na área rural. As projeções de densidade demográfica para o ano de 2004 são de 1.315,47 habitantes por quilômetro quadrado (Hab/ km<sup>2</sup>) na área urbana, e na rural são de 24,25 Hab/ km<sup>2</sup>. O índice anual de crescimento entre 1997 a 2000 foi de 2,84% e as projeções para o período de 2000 a 2005 ficam em 2,97%. A superfície territorial tem uma extensão total de 625,60 quilômetros

---

<sup>50</sup>A população da Região é de 1,1 milhão de habitantes, dos quais meio milhão vive no meio rural e estima-se que cerca de 250 mil pessoas (dos quais 80 mil economicamente ativas) podem ser excluídas da produção agrícola comercial, num horizonte de 5 a 10 anos (PEDRINI et. al., 2002).

<sup>51</sup> O último Censo Sócio-econômico realizado em Chapecó pelo IBGE foi em 2000, as informações apresentadas a partir deste ano que têm como fonte referem-se a projeções e estimativas.

quadrados (km<sup>2</sup>), a urbana representa 113,24 km<sup>2</sup> e a área rural 512,36 km<sup>2</sup>. A área rural representa 82%, sua estrutura fundiária<sup>52</sup> está disposta da seguinte forma: 22,5% das propriedades rurais são habitadas por menos de cinco pessoas, 22,1% entre cinco e nove pessoas e 29,34% entre dez a dezenove pessoas, as propriedades com vinte a quarenta e nove pessoas representam 19,76%, os outros 6,13% representam as propriedades com número de habitantes superior a quarenta e nove pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005a).

O município de Chapecó tem sua economia fundamentada na pequena agricultura familiar e na agroindústria<sup>53</sup>. No entanto, mesmo que seja característico dessa região “o desenvolvimento endógeno e equilibrado [...] a aceleração do processo de industrialização nas últimas décadas fez-se com custos crescentes para a sociedade e os problemas são hoje evidentes” (RAUD apud PEDRINI et. al., 2002, p. 2).

Fazendo referência às reflexões apresentadas nos primeiros capítulos sabe-se que a política de desenvolvimento dos municípios e estados brasileiros é extremamente dependente e atrelada aos pressupostos neoliberais que se difundiram no mundo ocidental a partir da década de 1970<sup>54</sup>. O que torna esta concepção de desenvolvimento endógeno e equilibrado, um equívoco. Pode-se fazer referência às agroindústrias localizadas no município, um exemplo é a Empresa Sadia S.A. que desde 1973 faz parte do seu cenário econômico. É uma empresa de grande porte, desde a década de 1970 se torna uma Companhia aberta seguindo as transformações da reestruturação produtiva, suas mudanças administrativas da produção estão diretamente ligadas ao contexto da economia mundial globalizada. Atualmente, a Sadia Unidade Chapecó responde por mais de 90% da produção nacional de perus e a fábrica de rações está classificada como a maior em capacidade de produção da América Latina. A organização da produção é dividida em setores primário, secundário e terciário, características que predominam o mundo da produção do chamado paradigma da integração e flexibilidade. O que explica o percentual de 90% das propriedades agrícolas da Região Oeste serem familiares, os agricultores integrados estabelece uma relação de exclusividade com a empresa para a criação de aves ou suínos. A empresa fornece as aves/suínos recém-nascidos e a ração necessária para criá-los. Os agricultores, por sua vez, entram com a estrutura física,

---

<sup>52</sup> É a forma como se organizam no espaço rural.

<sup>53</sup> A agricultura familiar representa mais de 90% dos 100 mil estabelecimentos agrícolas e constituiu-se nas últimas décadas, um dos maiores pólos agroindustriais da América Latina (PEDRINI, 2002).

<sup>54</sup> No Brasil foram incorporados na estrutura político-econômica nacional mais efetivamente a partir de 1990. O exemplo normalmente citado para ilustrar esta opção de política tem como referência os EUA na década de 1980 no governo de Reagan e a Inglaterra durante o governo de Thatcher.

equipamentos e mão-de-obra. Nesse caso os agricultores não possuem qualquer vínculo empregatício com a empresa, como também fica sob sua responsabilidade o fluxo da sua produção que é ordenada de acordo com a demanda de mercado desta empresa. Isto torna os agricultores diretamente dependentes do mercado nacional e mundial dos produtos Sadia S.A.

Nas últimas duas décadas, a economia desta região que vem passando por uma crise ocasionada pela insuficiente geração de oportunidade de trabalho para a mão-de-obra disponível, o que gera o forte êxodo rural-urbano regional<sup>55</sup> e o desemprego nas cidades. Pode-se destacar entre os fatores determinantes do êxodo rural a dificuldade do camponês em se adaptar ao processo de modernização, além da falta de investimentos no setor agrícola, provocando a crise da agricultura familiar. É nesse contexto, que se forma o cenário político<sup>56</sup> dos trabalhadores rurais (PEDRINI et. al., 2002).

O êxodo rural-urbano é uma característica marcante no cenário brasileiro. Na década de 1960 é notável um desequilíbrio da distribuição da população entre as áreas urbanas e rurais ocasionado pela industrialização principiada na década de 1930.

No caso de Chapecó, até a década de 1970, o município convivia com uma realidade em que a população da área rural era superior à população urbana, mas a contar da década de 1980 a população rural começa a perder expressão, nesse decênio passa a corresponder 34% do total geral dos habitantes do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005a). Este é o período em que os trabalhadores rurais são maciçamente absorvidos pela agroindústria que se encontrava em plena expansão (POLI, 2000). Nos anos seguintes, até o final da década de 1990, acentua-se o desequilíbrio e a disparidade entre o urbano e o rural torna-se ainda mais evidente, a população rural passa a representar 12,50% dos moradores do município. Na atualidade, ano de 2005, a estimativa divulgada pelo IBGE, revela que somente 7,53%<sup>57</sup> da população total do município de Chapecó permanecem na área rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005a). Cabe fazer um paralelo, este percentual do êxodo rural na relação com a extensão fundiária (512,36 km<sup>2</sup>) e com o número

---

<sup>55</sup> Entre 1980 e 1991 ocorreu um esvaziamento populacional e, conseqüentemente, político da região Oeste Catarinense. Nesse período houve uma redução de 70 mil pessoas no meio rural e a Região poderia ter 150 mil pessoas a mais se tivesse acompanhado a taxa de crescimento médio do Estado (PEDRINI et. al., 2002).

<sup>56</sup> Os movimentos sociais rurais (especialmente no Oeste Catarinense) são muito visíveis, como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA, o Movimento dos Sem Terra – MST, o Novo Sindicalismo Rural, e o Movimento de Cooperação Agrícola – MCA (PEDRINI et. al., 2002, p. 2).

<sup>57</sup> Consta no Banco de Dados da Prefeitura Municipal (2005) que a causa da diminuição da população rural constatada no Censo Populacional (2000), é devido o aumento do perímetro urbano do município.

de pessoas por propriedade rural, em que 73,94% das propriedades abrigam até dezenove pessoas, retrata que grandes extensões de terra encontram-se concentradas em poucas propriedades privadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005a).

De acordo com o Censo populacional realizado pelo IBGE em 2000, em 1995, 54,6% da área dos estabelecimentos agrícolas do País pertenciam a propriedades com mais de 500 hectares e 2,6% eram de propriedade de até 10 hectares. Em 1996, a grande propriedade de terra subiu para 56,5% e a pequena diminuiu para 2,2%. A estruturação desse tipo estrutura fundiária tem contribuído em larga escala para o agravamento do desemprego no campo e principalmente nas cidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005a).

Embora não seja possível tomar como único fator determinante, a discussão segue sobre a questão do desemprego, tomando como ponto de partida o processo migratório local e o crescente processo de urbanização e industrialização do rural. Em Chapecó, como em toda a região Oeste de Santa Catarina, a industrialização está estruturada pelo impacto do modelo macroeconômico assumido pela economia local. Este modelo tem suas bases na mecanização da agricultura e no desenvolvimento industrial urbano. Nesta lógica, Chapecó pode ser tomada como exemplo para perceber uma das formas da expansão capitalista, em que o crescimento econômico acentua a pauperização de grande parcela dos trabalhadores (POLI, 2002; PEDRINI et. al., 2002).

A seguir, uma breve sistematização dos dados divulgados pelo SINE/SC, que corresponde ao período de 1997 a 2004<sup>58</sup>.

**Tabela 4: Flutuação do emprego formal\* em Chapecó**

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação %
1997	9.116	9.717	- 601	- 2,44
1998	8.478	8.928	-450	- 1,75
1999	10.031	9.304	727	2,69
2000	12.574	15.119	- 2.545	- 11,52
2001	14.949	13.616	1.333	5,26
2002	15.819	14.227	1.592	5,34
2003	16.419	15.344	1.076	3,28
2004	19.580	16.144	3.436	10,10

(\*) Com Carteira de Trabalho Assinada.

Fonte: A autora - elaborado a partir dos dados do MTE/CAGED/  
Setor de Informações e Análise do Mercado de Trabalho/dez. 2005).

<sup>58</sup> Estes dados são referentes ao município de Chapecó, metodologia aplicada para medir o desemprego nas maiores cidades do Estado.

Todavia, na contramão das evidências da realidade social local pode se observar nos dados atuais oficiais sobre o desemprego em Chapecó uma contradição. O desemprego atinge em 2000<sup>59</sup> um pico de variação negativa de 11,52. Entretanto, em 2002, período que as ações do governo municipal já concentram investimentos públicos nas iniciativas de geração de renda e trabalho como alternativa ao desemprego, o emprego formal assume uma variação positiva, sobe 5,34 e chega a 10.10 positivo. Em 2004 também um período que se mantêm os investimentos públicos em associações produtivas não direcionadas ao emprego formal. A leitura dos números sobre o emprego e desemprego em Chapecó, embora fria e estática como é a característica das coisas inanimadas, parece não revelar a realidade do desemprego. Os números do crescente emprego formal e, por outro lado, o foco dos investimentos públicos revela esta contradição, uma vez que os trabalhadores que estão envolvidos com o trabalho em cooperativas e associações produtivas não fazem parte daqueles que possuem carteira assinada, portanto, oficialmente são desempregados. A chave de leitura, nesse caso, é que os cooperados e os associados não são contabilizados como desempregados, pois, não procuram o SINE na busca de emprego. De modo que a realidade aparente dos números não reflete a totalidade do desemprego. Dentre as profissões que mais abriram e fecharam postos de trabalho em Chapecó no período de 2003 a 2005 acima apresentado destaca-se: Vendedor de comércio varejista, Avicultor, Auxiliar de escritório em geral, Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais), Faxineiro e Operador de Máquina.

---

<sup>59</sup> Em Janeiro de 1999 o Plano real vivenciou uma baixa na estabilidade que estava sendo mantida pelo conjunto de Política Monetária, Cambial e Fiscal. O ano 2000 vem de um período de recessão, mas iniciou com o dólar controlado e as metas de inflação, negociadas com o FMI, sendo cumpridas (COSTA NETO, 2001, p. 426).

**Tabela 5: As Vinte Ocupações que mais Admitiram em Chapecó**

<b>Período: Jan de 2003 a Jan de 2005</b>			
<b>Ocupação</b>	<b>Frequência</b>		
	<b>Admtidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Saldo</b>
Vendedor de comércio varejista	2.759	2.408	351
Avicultor	2.453	1.836	617
Auxiliar de escritório, em geral	2.158	1.738	420
Operador de máquinas fixas, em geral	1.639	1.166	473
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	1.583	1.496	87
Faxineiro	1.342	1.198	144
Servente de obras	1.177	1.147	30
Pedreiro	868	865	3
Alimentador de linha de produção	802	630	172
Magarefe	579	439	140
Montador de estruturas metálicas	545	500	45
Recepcionista, em geral	503	373	130
Assistente administrativo	481	426	55
Embalador, à mão	470	400	70
Cozinheiro geral	460	457	3
Marceneiro	450	384	66
Trabalhador de Serviço de Manutenção de Edif. e Lograd.	401	388	13
Mecânico de Manut. de automóveis, motocicletas e veículos	391	343	48
Almoxarife	380	344	36
Garçom	366	326	40

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido (salário mínimo).

Fonte: MTE/Perfil do Município (Região Sul/Santa Catarina/Chapecó), 2005b.

Destas, as que mais admitiram foram: Operador de máquinas fixas em geral; Magarefe<sup>60</sup>; Recepcionista em geral; Cozinheiro em geral; Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares; e, Garçom. É relevante observar que há uma flutuação do mercado na oferta e demanda de emprego, os números revelam que ocorrem admissões seguidas de desligamentos, evidenciando que o desemprego se mantém apesar da rotatividade de trabalhadores que ingressam ao mercado formal de trabalho.

A rotatividade dos trabalhadores pode ser observada pela semelhança entre a tabela 5 e a 6, as profissões que mais admitem em sua maioria são as que, no mesmo período, mais desligam. O desemprego se mantém e aumenta quando observados os trabalhadores que chegam à idade economicamente ativa e acabam por reendossar os números dos que recorrem diariamente à recolocação no mercado de trabalho.

<sup>60</sup> Profissional que corta carne em frigorífico.

**Tabela 6: As Vinte Ocupações que mais Desligaram em Chapecó**

<b>Período: Jan de 2003 a Jan de 2005</b>			
<b>Ocupação</b>	<b>Frequência</b>		
	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Saldo</b>
Vendedor de comércio varejista	2.759	2.408	351
Avicultor	2.453	1.836	617
Auxiliar de escritório, em geral	2.158	1.738	420
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	1.583	1.496	87
Faxineiro	1.342	1.198	144
Operador de máquinas fixas, em geral	1.639	1.166	473
Servente de obras	1.177	1.147	30
Pedreiro	868	865	3
Alimentador de linha de produção	802	630	172
Montador de estruturas metálicas	545	500	45
Cozinheiro geral	460	457	3
Magarefe	579	439	140
Assistente administrativo	481	426	55
Embalador, à mão	470	400	70
Trabalhador de Serviços de Manutenção de Edifício e Logradouro	401	388	13
Marceneiro	450	384	66
Recepcionista, em geral	503	373	130
Almoxarife	380	344	36
Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares	391	343	48
Salsicheiro (fabricação de lingüiça, salsicha e produtos similares)	67	329	-262

Nota: Foram consideradas apenas as admissões com salário válido (salário mínimo).

Fonte: MTE/Perfil do Município (Região Sul/Santa Catarina/Chapecó), 2005b.

E entre as que mais desligaram são as seguintes: Motorista de caminhão; Faxineiro; Montador de Estruturas Metálicas; Trabalhador de Serviços de Manutenção; Almoxarife; e, Salsicheiro (fabricação de lingüiça, salsicha e produtos similares). Com destaque para a ocupação de salsicheiro que não se encontra junto às vinte ocupações que mais a admitiram, mas aparece dentre as que mais desligaram.

Quanto ao número de trabalhadores admitidos e desligados, levando em consideração o setor da atividade econômica, a tabela a seguir mostra a variação em 2004.

**Tabela 07: Flutuação de Emprego por Setor de Atividade**

<b>SETOR ECONÔMICO</b>	<b>ADMITIDOS</b>	<b>DESLIGADOS</b>	<b>SALDO</b>
Indústria de transformação	7.901	-6.162	1.739
Serviços industriais de utilidade pública	29	-19	10
Construção civil	1.257	-1.309	-52
Comércio	7.145	-5.831	1.314
Serviços	5.871	-4.952	919
Administração pública	4	-2	2
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	685	-551	134
<b>Total</b>	<b>22.892</b>	<b>-18.826</b>	<b>4.066</b>

(\*) Com Carteira de Trabalho Assinada

FONTE: CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/ Elaboração: Sistema Nacional de Emprego - Sine/SC, 2005.

Estes números, levando em consideração o setor da atividade econômica, expressam a flutuação do mercado formal, durante o período janeiro a dezembro de 2004, demonstrando que nos municípios que compõem a Regional do SINE Chapecó<sup>61</sup> a indústria de transformação ainda é o setor que mais emprega, a partir desses dados pode-se reafirmar a manutenção da necessidade da força de trabalho humana.

Ao refletir sobre os dados oficiais do SINE/SC e do Ministério do Trabalho e Emprego problematizou-se a questão sobre as alternativas coletivas de enfrentamento ao desemprego apontando as dificuldades para analisar o desemprego em Chapecó. Ressaltou-se que o SINE/SC não aplica uma metodologia específica para coletar os dados sobre o desemprego, este fica subentendido no saldo e na variação resultante da flutuação do emprego formal.

Nessa direção, Aued e Chaves (2004) apresentam um estudo sobre o desemprego de Santa Catarina no período de 1º de março a 31 de maio de 2003, demonstrando que o desemprego a partir dos dados oficiais do SINE/SC. Os autores apontam que o número de trabalhadores que recorreram à intermediação de mão-de-obra nesse período, foi de 27.772 trabalhadores. Cabe ressaltar, mesmo que de forma repetida que nesse número não estão inclusos os que trabalham em ocupações informais, como também os que se encontram organizados nas cooperativas e nos empreendimentos solidários. No entanto, nos dados apresentados pelo SINE/Regional de Chapecó referente ao período de janeiro a dezembro de 2004 o emprego apresenta um saldo positivo de 4.066, esse número corresponde à análise sobre os trabalhadores admitidos (22.892) e os desligados (18.826).

<sup>61</sup> Coordenadoria Regional do SINE – Chapecó, de acordo com a abrangência de cada Coordenadoria os dados apresentados são referentes aos municípios de Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Serra Alta, Sul Brasil (SINE/SC, 2005).

Muito embora, o desemprego oficial, em Chapecó, aponte a um constante declínio e estagnação, a interpretação sugere uma leitura contextualizada dos indicadores sociais, para além do aparente. Desse modo, as interpretações de Tavares (2005), sobre os dados oficiais do desemprego nacional dos dois maiores centros de pesquisas sobre o emprego e desemprego no Brasil, IBGE e DIEESE, estimam os índices por meio de simplificações, as quais possibilitam manter as estatísticas do desemprego abaixo do volume real.

Baseando-se nas interpretações de Tavares (2005) sobre as análises realizadas por Dowbor (2001) entende-se que os dados sobre o desemprego devem ser verificados levando em consideração a discordância entre a definição do conceito de desempregado.

Por um lado, para o IBGE, são considerados desempregados apenas os que estão à procura de emprego na semana em que a pesquisa foi realizada, enquanto que para o DIEESE, incluem-se também os que desistiram de procurar emprego e se encontram em situação de desalento, de modo que para o IBGE o desemprego está estimado em 8% enquanto que o DIEESE o estima em 18%. Pochmann (1999) ao refletir sobre geração de renda e desemprego conclui que há ainda mais um problema para sua definição, a discrepância nas avaliações e proposições sobre o desemprego por parte dos centros de referência internacional. O autor identifica três explicações distintas: para o Banco Mundial a causa do desemprego reside na ausência de liberdade comercial e na difusão tecnológica; enquanto que para a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a falta de emprego é decorrente de uma forte regulação trabalhista e proteção social inadequada sobre o mercado de trabalho. Já para Organização Internacional para o Trabalho (OIT), o problema está relacionado às taxas insatisfatórias de crescimento econômico.

Numa análise objetiva os dados apresentados pelo SINE/SC (2005), nos dão conta de que o desemprego em Chapecó encontra-se em declive, uma vez que houve saldo positivo em 2003. Ao mesmo tempo percebe-se que a demanda por geração de trabalho e renda, ganha destaque na política pública municipal de geração de emprego.

### 3.1.1 Programa Empresa-Mãe de Cooperativas Populares

Em 1997, o prefeito José Fritsch<sup>62</sup>, filiado ao Partido dos Trabalhadores, deu início à inversão de prioridades nos investimentos públicos através do Orçamento Participativo. Desde então, foram implementados programas e projetos intersetoriais, visando o enfrentamento à

---

<sup>62</sup> Gestão 1997/2000.

pobreza e à fome. Dando continuidade ao seu governo, definido como democrático e popular, propõe, em 2000, uma alteração político-estrutural no que se refere à política de geração de emprego e renda (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2004). Esta entra efetivamente na agenda nacional com a gestão presidencial de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, redimensionando esta política no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, principalmente no que se refere ao investimento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dando maior destaque para o incentivo à geração de trabalho e renda, desvinculado do emprego assalariado. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), nestes dois últimos anos, a estratégia principal para o enfrentamento ao desemprego não se limita à *promoção de emprego, à qualificação profissional e ao seguro desemprego*. O que antes era alternativa para o enfrentamento da pobreza amplia seu público alvo estendendo-se também aos trabalhadores que buscam sua reinserção no mundo do trabalho. O que se observa empiricamente com a abertura de cursos promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Essa “nova” dimensão representa teoricamente propor alternativas coletivas à questão do desemprego regida sob uma ótica social. Não se sabe qual o impacto da geração de renda pautadas em associações de trabalho diante do contexto atual de desemprego local, como também nacional e global. Anteriormente, esses recursos eram dedicados quase em sua totalidade à geração de emprego formal firmado sobre o tripé já destacado. Num primeiro momento essa alteração estrutural ganha ênfase nos Estados e Municípios em que o Partido dos Trabalhadores e em algumas coligações são governo<sup>63</sup>. A economia solidária entra na pauta dos governos que se denominam democráticos e populares, os quais redirecionam os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador ao cooperativismo, não apenas como visualizado anteriormente na forma de microcrédito. Agora, os recursos e ações encontram-se também voltados à capacitação e qualificação para a cooperação solidária, não unicamente à qualificação dos trabalhadores à disposição das empresas privadas. Também é incorporada pelas matrizes ideológica-política que se voltam ao aparato estatal como espaço a ser administrado pela sociedade organizada, essa tensão

---

<sup>63</sup> Neste item, são apresentados os desdobramentos da política pública representadas nos programas desenvolvidos em Chapecó. Num primeiro momento, trata-se de uma reflexão visualizada no construto teórico tanto dos autores (as) que se posicionam contrários (BARBOSA; BERNARDO; CATTANI; entre outros), como os (as) que têm posicionamento a favor (SILGER; GAIGER; CORAGGIO; SOUZA; SOUSA SANTOS) essa discussão foi desenvolvida nos itens: a geração de renda e política pública; e economia solidária no Brasil.

Manifesta-se na literatura originada na década de 1990, à medida que começam a vir à luz os primeiros estudos empíricos sobre a questão, e que o governo democrático popular, instalado há mais de uma década em Porto Alegre, em 1999, no Rio Grande do Sul, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a introduzem em sua agenda política. Concorre, ainda, para a emergência da economia solidária como pauta acadêmica, o incremento oportunizado pela rede UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) as pesquisas a ela relacionadas (SILVA, 2001, p. 194).

No âmbito municipal, durante a gestão do governo petista de 1997 a 2004, percebe-se que as ações da Prefeitura Municipal passaram a valorizar e a incentivar a criação de postos de trabalho investindo no fomento das múltiplas formas de organização coletiva para o trabalho, inspiradas nos princípios da economia solidária. Nessa direção, o governo municipal apresenta em 2000 o Programa Empresa-Mãe.

O governo municipal apresenta em 2000, o Programa Empresa-Mãe, que se subdivide em: Empresa-Mãe de Base Industrial; Empresa-Mãe de Cooperativas Populares; Empresa-Mãe de Capacitação Empresarial e Empresa-Mãe de Agroindústrias Familiares Rurais. Estes projetos foram referência para a formação de empreendimentos e organização coletiva dos trabalhadores que não conseguiam colocação no mercado de trabalho. O objetivo principal desse Programa era apoiar a formação de cooperativas populares, associações e micro-empresas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, buscando geração de trabalho e renda de modo coletivo e solidário. O Programa Empresa-Mãe atuava como uma incubadora de cooperativas com o objetivo de assessorar a formação desses empreendimentos. Divide-se em duas modalidades: a) Incubação Externa que se refere ao apoio administrativo e a capacitação para a gestão de empreendimentos associativos e autogestionários; b) Incubação Interna tem acesso aos itens oferecidos à incubação externa e ainda consiste na disponibilização de pavilhões que podem abrigar 50 empresas, com infra-estrutura básica necessária ao funcionamento dos empreendimentos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2004).

A Empresa-Mãe de Cooperativas Populares é um dos Projetos do Programa Empresa-Mãe de Base Popular destinado à geração de trabalho e renda à população nos setores mais 'excluídos' da sociedade, com os seguintes objetivos: promover a organização popular, geração de trabalho e renda aos setores mais excluídos da população por meio de Empreendimentos da Economia Solidária (cooperativas, associações e empresas autogestionárias); e, capacitação e assessoria técnica a empreendimentos associativos. Apesar de o projeto ser direcionado às pessoas atendidas pelos programas sociais (sem ocupação),

neste novo contexto da política pública municipal, expande seu foco incluindo as pessoas desempregadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2004).

Assim, a idéia que se fazia presente nas ações voltadas para este Programa dá a conotação de que a geração de renda adentra no mundo do trabalho via política pública de trabalho e se apresenta para além das práticas de ações pontuais e fragmentadas no enfrentamento às expressões da questão social, resignificando a geração de renda ao gerar trabalho coletivo aos trabalhadores desempregados. Motivo pelo qual observa-se a mobilização das Secretarias de: Desenvolvimento Econômico; Agricultura e Abastecimento; Educação; e Assistência Social e Habitação, no fomento de empreendimentos formados por trabalhadores que não conseguem uma colocação no mercado de trabalho formal.

Nessa direção, apresentar-se como a política municipal de geração de trabalho e renda, estava estruturada e seus pressupostos ideológicos e políticos fundamentados na prática econômica e social denominada de economia solidária, suas características sócio-institucionais e de fomento.

O Projeto Empresa-Mãe de Cooperativas Populares seguindo seus objetivos, já mencionados, atuava como uma incubadora que tinha por função assessorar a formação de empreendimentos solidários, fornecendo suporte técnico, apoio administrativo, capacitação em cooperativismo, economia solidária e gestão de empreendimentos associativos e autogestionados. Também previa a disponibilização de espaço, sem custo de locação, por um período de três anos, prorrogável por mais um ano.

Segundo dados divulgados pela Prefeitura Municipal de Chapecó sobre o Programa Empresa Mãe, entre 2000 e 2003<sup>64</sup>, foram criados cinquenta e cinco empreendimentos solidários e capacitados 1.015 pessoas para a iniciativa associativista. Estes empreendimentos fomentados envolvem a área urbana e a rural, incluindo as feiras e grupos de produção da agricultura familiar. No ano de 2001, foram beneficiados com o microcrédito (empréstimo) 127 empreendimentos rurais e urbanos nas linhas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF "C") e com investimento do Programa Geração de Emprego e Renda (PROGER) formal e informal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2004). Em 2004, eram vinte e um empreendimentos solidários conforme o levantamento preliminar realizado para o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) (BRASIL, 2006a).

---

<sup>64</sup> Na pesquisa documental realizada se buscou a lista com o nome do total de empreendimentos solidários fomentados, assessorados e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal no período de 2000 a 2004, mas os dados coletados não contemplam esta informação. O que inviabilizada a informação sobre quais das Experiências em atividades naquele período que, atualmente, continuam em atividade.

### 3.1.2 A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - Unochapecó

Na mesma direção, a Universidade Comunitária Regional de Chapecó volta-se para a questão da economia solidária como uma alternativa econômica e social, incentivada pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), vem desde 2001 direcionando esforços para que a temática adentre o espaço acadêmico. Em 2003, foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Unochapecó)<sup>65</sup>. O Projeto Incubadora Tecnológica<sup>66</sup> atua como uma entidade fomentadora que tem por objetivo apoiar iniciativas de economia solidária – cooperativas, associações de produtores e outras formas de organização econômica autogestionárias. Este projeto encontra-se em desenvolvimento desde 2003, com a finalidade de inserir os trabalhadores desempregados na economia a partir da organização coletiva para o trabalho, fortalecer o cooperativismo popular e demais empreendimentos de economia solidária.

No ano de 2003, com recursos da Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (FUNCITEC), a ITCP incubou e assessorou dez empreendimentos de economia solidária:

- 1) Cooperativa CORDALTA da Agroindústria de Cordilheira Alta
- 2) Grupos de Mulheres do Bairro São Pedro
- 3) Grupo de Cooperação Agrícola Santa Fé
- 4) Grupos de Cooperação Agrícola Bollis e Theobald

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Chapecó, apoiou nesse período os seguintes empreendimentos:

- 1) Horta comunitária “Associação Vale das Hortaliças”
- 2) Horta Comunitária “Associação Horta Comunitária Goio-Ên”
- 3) COTRAV – Cooperativa de Cortadores de Erva Mate

---

<sup>65</sup> A idéia de criar a ITCP-Unochapecó inciou em 1999 num evento organizado pela UNITRABALHO (criada em 1995) e pela Coordenadoria de Pesquisa e Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro. Foi debatido o tema economia solidária e suas experiências pioneiras. Desde 2002 o debate sobre a criação de uma ITPC na Unochapecó foi se fortalecendo. Em 07 de maio de 2003 o Conselho Universitário aprova este projeto. O objetivo da ITCP é “Contribuir para o cumprimento da função social da universidade, comprometida enquanto produção e difusão de conhecimento voltada às demandas da sociedade, prioritariamente de grupos sociais excluídos, fortalecendo o caráter comunitário da Unochapecó” (POLI, 2004).

<sup>66</sup> Em 1993 surgiu o Comitê de Entidades Públicas (COEP), reunindo 33 empresas públicas federais, estaduais, fundações e autarquias, desse encontro fundou-se o Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este foi o início da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, trata-se de um agência que reúne alunos e professores universitários com o propósito de assessorar trabalhadores de comunidades carentes (SOUZA, 2003).

4) ASTRAD – Associação de Trabalhadoras Domésticas (ITCP-Unochapecó, 2004)

Em 2004, o total de empreendimentos incubados e assessorados pela ITCP/Unochapecó e pelo Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda chegou a dezessete empreendimentos de economia solidária.

No período de 2004<sup>67</sup>, realizaram a incubação e/ou assessoramento de dezenove empreendimentos de Economia Solidária, com recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas<sup>68</sup> (PRONINC), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Petrobrás – FOME ZERO, também direcionados para a profissionalização e a qualificação do artesanato e dos trabalhos manuais.

Em 2005, a ITCP/UnoChapecó atua em doze empreendimentos de economia solidária<sup>69</sup>, sendo eles:

- 1) Cooperunião São José, Lajeado São José
- 2) Horta Comunitária "Associação Vale das Hortaliças", Marechal Bormann;
- 3) Horta Comunitária "Associação Horta Comunitária Goio-Ên"
- 4) Horta Comunitária "Linha Almeida", da Comunidade de Linha Almeida
- 5) Horta Comunitária "Vila Rica", da Comunidade de Vila Rica
- 6) Horta Comunitária do "Loteamento Esperança", do Bairro Efapi
- 7) Horta Comunitária "São Pedro", do Bairro do São Pedro
- 8) Cooperativa de Mulheres Artesãs "Mão de Ouro"
- 9) Cooperativa de Panificados "Cooper Pão", do Bairro Efapi
- 10) Cooperativa de Confeção "Mulher Ativa", do Bairro Efapi
- 11) COOPERVIDA - Cooperativa de Serviços Gerais "Vida e Esperança"
- 12) Cooperativa de Embelezamento Pessoal "Cia Beleza" (ITCP-Unochapecó, 2005).

Em relação às atividades de pesquisa da ITCP/UnoChapecó, é importante ressaltar o mapeamento realizado em parceria com outras entidades desse Estado a serviço da SENAES/Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo do mapeamento foi levantar o total dos

---

<sup>67</sup> Parceiros: Prefeitura Municipal de Chapecó; Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina(COOPTRASC); Fundação de Solidariedade de Porto Alegre (FUNDOSL); Ministério do Trabalho/ Delegacia Regional do Trabalho (DRT) (RELATÓRIO, 2004).

<sup>68</sup> As Universidades se envolvem com o PRONINC de duas formas: promovendo atividades de apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações produtivas, principalmente através de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e realizando pesquisas que visem a produzir conhecimentos relevantes para a consolidação da metodologia de incubação.

<sup>69</sup> Dos vinte e um empreendimentos levantados pela ITCP-Unochapecó doze são os que recebem algum tipo de assessoria.

empreendimentos de economia solidária oficializados e em atividade existentes no Oeste e no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina. A pesquisa resultou num total de 274 empreendimentos, distribuídos em 106 municípios. Esse número foi obtido por meio do cadastramento e secundariamente realizou-se a visita *in loco* (ITCP-Unochapecó, 2005). Esse é o cenário econômico e social dos empreendimentos de economia solidária na Região Oeste, na qual localiza-se o município de Chapecó, e no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina.

Em 2005, a parceria entre a ITCP- UnoChapecó e a Prefeitura Municipal foi desfeita, ambos continuam seus trabalhos de fomento, incubação e assessoramento aos grupos, associações e cooperativas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005b).

A parceria entre Prefeitura Municipal (gestão 2005 a 2008) e ITCP-Unochapecó foi desfeita por dois motivos, um deles refere-se à mudança de posicionamento teórico por parte dos gestores municipais e, conseqüentemente, decisivo na forma de avaliar e propor ações nessa direção, o outro porque houve uma mudança na estrutura e nas competências das Secretarias Municipais, a mais significativa foi que a antiga Secretaria de Assistência Social e Habitação deixou de existir (informação verbal)<sup>70</sup>. A assistência social foi separada do setor de habitação e destituída do caráter de Secretaria, de acordo com as informações, ações e projetos continuam sendo realizados nesta gestão pública não só com recursos públicos como também com recursos da iniciativa privada. Em relação à questão da destituição da antiga Secretaria de Assistência Social, pode ser acompanhada da seguinte avaliação, “entende-se que como a criação da Fundação de Ação Social (FASC), no mínimo duas situações favoráveis ocorrem; aumenta o montante de recursos ao incorporar as doações da iniciativa privada e a desburocratização das ações e projetos” (informação verbal)<sup>71</sup>.

Nesse contexto, a FASC passa a desenvolver os projetos de geração de renda no decorrer da atual gestão. O público alvo da geração de renda retorna os setores mais “excluídos”, as pessoas atendidas pelos programas sociais. Ficando sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Empregos a geração de emprego para os desempregados. Seus eixos de atuação são assim definidos: Qualificação Profissional; Atração de Investimentos Produtivos; Distrito Industrial; Conselho de Desenvolvimento Econômico; Incentivos Fiscais e Estímulos Materiais; Valorização dos empreendedores locais; Banco de Dados; Exportações; Balcão de Empregos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2005b).

---

<sup>70</sup> Elaborado pela autora a partir das anotações do Diário de Campo.

<sup>71</sup> Idem.

Dessa forma, o Programa Empresa Mãe continua basicamente o mesmo, mas passa por algumas alterações, entre elas a sua coordenação fica sobre a responsabilidade da FASC sob a gestão da Gerência Comunitária, Trabalho e Renda. Destaca-se uma das ações realizadas e divulgadas pela FASC no que concerne o associativismo: um grupo de artesãos de Chapecó que há três anos estavam tentando se auto-organizar buscou suporte técnico das FASC para o fomento e em um mês a Associação de Artesãos Sorrindo para a Vida foi oficializada em 03 de agosto de 2005<sup>72</sup>.

Do total de empreendimentos divulgados, em 2004, pela Prefeitura Municipal (gestão 1997/2004), mantêm-se em atividades, de janeiro até dezembro de 2005, os seguintes empreendimentos<sup>73</sup>:

- 1) COOPERVIDA – Cooperativa de Serviços Gerais “Vida e Esperança”
- 2) COTRAV – Cooperativa de Trabalho Folha Verde (Distrito de Marechal Bormann)
- 3) Horta Comunitária Vale das Hortaliças (Distrito de Marechal Bormann)
- 4) Horta Comunitária de Goio-Ên (Distrito de Goio- Ên)
- 5) Associação de Panificadores Cooperpão; Grupo de Panificados CAIC
- 6) Associação de Confecção Mulher Ativa
- 7) Associação de Artesanato Mãos de Ouro
- 8) ASTRAD – Associação das Trabalhadoras Domésticas de Chapecó
- 9) Associação Horta Comunitária São Pedro
- 10) Associação Horta Comunitária Linha Almeida
- 11) Associação Horta Comunitária Vila Rica
- 12) Associação Horta Comunitária Loteamento Esperança
- 13) CIA da Beleza – Associação de Embelezamento Pessoal
- 14) Associação de Catadores de Material Reciclável (PROGRAMA EMPRESA-MÃE, 2005b).

---

<sup>72</sup> A Diretora/Presidente da FASC Aloiri Stadler, em nota oficial a imprensa declara: “observou que essa iniciativa corresponde ao compromisso da Fundação de apoiar e fortalecer as associações comunitárias, visando ao associativismo como alternativa de geração de trabalho e renda para as famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica” (Prefeitura Municipal, 2005b, p. 01).

<sup>73</sup> Estes são os empreendimentos que neste período encontram-se cadastrados junto a Prefeitura Municipal, vale ressaltar que dentre eles há empreendimentos que se encontram em processo de formalização, os que já estão formalizados mas não iniciaram suas atividades e os em atividade (PROGRAMA EMPRESA MÃE, 2005).

### 3.2 As Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó

As Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó, devido sua origem de fomento e/ ou de assessoria, fundamentam-se nos pressupostos teórico-metodológicos da economia solidária. Uma breve caracterização do conjunto de elementos que se encontram presentes nas Experiências pesquisadas permite confirmar a proximidade com tais pressupostos podendo assim, denominá-las de iniciativa pautadas nos princípios da economia solidária.<sup>74</sup> Na sua totalidade as Experiências são de propriedade dos produtores ou trabalhadores diretos. A divisão do trabalho ocorre de maneira indistinta entre agentes de concepção e execução. Nas relações de trabalho as distinções de rendimentos são admitidas apenas coletivamente, em função de critérios de mediação com o mercado. Quanto a hierarquias, as decisões encontram-se vinculadas à propriedade-trabalho, ou seja, decisão direta dos trabalhadores-produtores. O trabalho é o fator de produção estruturante da Associação. De tal forma que o controle das tecnologias e do conhecimento são de competências de todos e fica submetido ao acesso e ao fluxo das informações. A motivação para ser um trabalhador associado é a defesa do emprego, da sobrevivência econômica e a identidade grupal (ANEXO A).

As Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó conforme a tipologia apresentada por Barbosa (2005) as características apreendidas pela pesquisa e de acordo com seu modelo institucional podem ser classificadas em dois: O primeiro se define por Associação para a Produção ou Trabalho esta possui como característica básica a organização, constituída legalmente ou não, geralmente formada por produtores ou trabalhadores que compartilham entre si a propriedade dos meios de produção e do patrimônio do empreendimento. Em geral, são grupos que estão em vias de se tornarem cooperativas ou que optaram por não adotar essa forma legal, embora funcione de forma similar. O segundo se caracteriza por Cooperativas de Produção ou Trabalho estas se definem pela organização produtores ou trabalhadores associados legalmente que compartilham a propriedade dos meios de produção e do patrimônio da cooperativa ao mesmo tempo (ANEXO B).

Num primeiro momento, faz-se uma breve apresentação das três Experiências Associativas de Trabalho pesquisadas em Chapecó para apreender sua trajetória e características. No segundo momento, retomam-se de cada uma das Experiências as entrevistas realizadas junto a três trabalhadores para construir as análises e problematizar a existência social.

---

<sup>74</sup> Ver ANEXO B – Sinopse Comparativa entre “empresas convencionais” e “iniciativas de economia solidária”, elaborada por Barbosa (2005).

A partir das falas dos sujeitos pesquisados propõe-se identificar empiricamente os elementos que possibilitam avançar no conhecimento em torno das Experiências Associativas de Trabalho. As falas dos sujeitos entrevistados ficaram dispostas de forma a orientar-se por eixos de análise. Será possível a identificação da Experiência, mas os sujeitos entrevistados não são apresentados com o seu nome próprio, utilizou-se como forma de identificação uma ordem numérica (1,2,3) para cada associado<sup>75</sup>.

### 3.2.1 Experiência Associativa de Trabalho COOPERVIDA

A fundação da Cooperativa de Serviços Gerais Vida e Esperança – COOPERVIDA ocorreu em 20 de março de 2003, com a presença de vinte e três sócios (as) fundadores (as), com quotas no valor de R\$200,00 (Duzentos Reais) cada associado<sup>76</sup>. Com sede administrativa localizada na Av. Gétulio Vargas, 93, sala 103, Centro – Chapecó (SC).

A COOPERVIDA pode ser classificada como Cooperativas de Trabalho. Tem sua origem de fomento o Programa Empresa-Mãe de Cooperativas Populares, por meio da política pública municipal de Chapecó voltada à geração de trabalho e renda nos setores excluídos da população.

Os sujeitos que foram integrados neste processo de formação são beneficiados de programas assistenciais como: Renda Mínima e Programas Habitacionais. São moradores de diversas localidades do município de Chapecó. Em sua maioria são pessoas (homens e mulheres) que estavam desempregas ou em sub-empregos. A faixa etária dos associado (as) é acima de 30 anos de idade até 70 anos. Todos os associados passaram por um processo de capacitação em cursos de autogestão em cooperativismo e economia solidária. Este curso é condição preliminar para que possa ingressar como cooperado.

Iniciou sua atividade a partir da participação de uma licitação pública para limpeza urbana do município, ocorrida após sua constituição legal, foi vencedora no processo licitatório sob a modalidade de tomada de preço. Em 2004, eram oitenta e sete sócios, sendo que sessenta e seis estavam trabalhando, trinta e seis na varrição das ruas da cidade, e trinta na pintura de meios-fios e na capina de ruas.

---

<sup>75</sup> Nota: Identificação das entrevistas esta disposta da seguinte forma – organização “X”, entrevistado 1 – 2 – 3.

<sup>76</sup> Nota: A quota-parte de cada associado (a) só foi integralizada após a legalização quando começaram a receber as retiradas (pró-labore). Para iniciar a atividade fim, fizeram um empréstimo no Banco do Povo para a compra dos equipamentos necessários para operacionalização dos serviços e capital de giro.

Sua estrutura organizacional está formatada de seguinte maneira: Assembléia Geral, Diretoria, Coordenadores de Equipes de Trabalho e o Conselho Fiscal.

Em 2005, vinte e seis associados têm trabalho fixo, os quais se concentram na equipe da varrição. Estão trabalhando com rendimento mensais fixos, de R\$315,00 por retirada (pró-labore) todos os meses proporcional às horas trabalhadas. No momento, os profissionais mobilizados na atividade fim da COOPERVIDA é a de gari (margaridas). Outras duzentas e nove pessoas se cadastraram junto à COOPERVIDA e aguardam na lista de espera para se associarem, considerando as pessoas cadastradas, pode dispor de recurso humano capacitado para formar outras equipes de trabalho.

A organização do trabalho desenvolvida pela cooperativa é da seguinte maneira: são constituídas de equipes de trabalho de quatro e cinco pessoas e um coordenador por equipes. O processo de limpeza das vias urbanas ocorre todos os dias do ano de segunda à segunda, no horário das 05h às 11h da manhã.

A COOPERVIDA vivencia neste momento uma situação particular que pode ser generalizada se pensada em termos de dependência a gestão pública. Como sua origem fomentadora e colocação no mercado de trabalho foi definida por um contrato estabelecido entre a Cooperativa e a Prefeitura Municipal de Chapecó, ela de certa forma depende da demanda desta Instituição para que tenha oferta de trabalho. Em 2004, a Prefeitura, por uma definição judicial, foi proibida de terceirizar o serviço de limpeza das vias públicas a trabalhadores organizados em cooperativas, de maneira que não renovou mais o contrato com a COOPERVIDA. Dessa forma, em 2005, a Prefeitura Municipal contrata para a limpeza das vias públicas uma empresa de prestação de serviços gerais, que por sua vez terceiriza os serviços para a COOPERVIDA. Esta empresa de Serviços Gerais foi criada por uma cooperada da COOPERVIDA para que esta continuasse terceirizando seu serviço. Esta estratégia foi usada pela COOPERVIDA de maneira consensual entre os cooperados. Uma situação que lhes colocou uma outra realidade de contrato de trabalho como também de posicionamento diante da forma de gestão que até então vinham seguindo. Um dos desdobramentos dessa nova relação com a Prefeitura, que inclusive os aconselhou nesta estratégia, é que os trabalhadores começam a se organizar e trabalhar sob uma forma de gestão particular que os afasta da autogestão, item que será retomando com as entrevistas. Juridicamente a COOPERVIDA se mantém como cooperativa de serviços gerais.

### 3.2.2 Experiência Associativa de Trabalho AGD Confecções

A AGD Confecções<sup>77</sup> vivencia um momento de transição. A sua situação legal é de uma micro-empresa que teve como capital inicial a doação de duas máquinas. A garantia da doação deste recurso era que durante cinco anos o pequeno empreendimento não poderia se desfazer. Formalmente é uma pequena empresa, com registro na Junta Comercial e CGC. Sua fundação ocorreu no ano 1995, com a presença de três sócias-gerentes. Mas a situação real não é de Empresa Capitalista e sim de um grupo de mulheres associadas para produzir. Segundo as sócias-fundadoras, foram sempre elas, as trabalhadoras, que de forma igualitária e autogestionada mantiveram o empreendimento em atividade. Até meados de outubro de 2003, esta era a forma de organização. A partir desta data, as sócias-fundadoras resolveram mudar a forma de organização, passando de micro-empresa para uma Cooperativa. Na ocasião entraram seis pessoas, sendo que uma desistiu. No momento (setembro/2005) a Cooperativa encontra-se em processo de formação, o Estatuto Social e Regimento Interno estão em fase de elaboração. As oito associadas em conjunto com grupos de outros bairros estão fazendo um curso de capacitação em Cooperativismo e estão se articulando para formalizar a Cooperativa. Atualmente, são um grupo de oito trabalhadoras associadas e uma trabalhadora contratada que desenvolve a função de secretária e de auxiliar administrativa. Juridicamente ainda não são uma Cooperativa, mas toda a organização da produção, a gestão e o capital financeiro (quotas) segue os moldes do cooperativismo e da economia solidária. São moradoras do bairro em que se localizam e/ou nas proximidades. Em sua maioria, são pessoas que estavam desempregas e/ou não estavam inseridas no mercado de trabalho (donas de casa, diaristas, costureiras). A AGD Confecções, com sede administrativa localizada na Rua Pequim, nº 384 D, Bairro Passos dos Fortes – Chapecó (SC).

A Experiência AGD Confecções pode ser classificada, dadas as suas características de gestão e organização como uma Associação para a Produção. Seu ramo de atividade é a produção têxtil. Tem sua origem a mobilização dos associados que se organizaram a partir do recurso financeiro disponibilizado por meio dos Mini-Projetos Alternativos Comunitários<sup>78</sup>. A profissão mobilizada para a atividade fim é de costureiras.

Os sujeitos associados à AGD Confecções não se enquadram no perfil dos que podem ser beneficiados pelos programas assistenciais como: Renda Mínima, Bolsa Família. Motivo

---

<sup>77</sup> Em 16 de dezembro de 2005 o processo de formalização foi concluído e fundaram a Cooper Sol Confecções, com doze cooperadas em atividade.

<sup>78</sup> Projetos de iniciativa de setores progressista da Igreja iniciados na década de 1980 e retomados com algumas reformulações em 1990.

pelo qual, em 2001, foram procurar o Programa Empresa-Mãe de Cooperativas Populares e não foram inseridos como público alvo.

### 3.2.3 Experiência Associativa de Trabalho Cooper Casa Nova

A Cooperativa Casa Nova surge da iniciativa dos sócio-fundadores. O primeiro contato com a idéia do Cooperativismo foi por meio de um programa exibido pela TV Cultura, onde uma (uns) das (os) sócias (os) fundadoras (es) começou a disseminar a idéia na tentativa de formar um grupo de pessoas que tivessem a fim de tentar se organizar. Inicialmente seria uma cooperativa de mulheres na construção civil, mais especificamente para trabalhar com os acabamentos e decorações. Estava muito difícil encontrar o número mínimo (vinte) de mulheres dispostas a formar uma iniciativa desse tipo. Foi quando um dos sócios, um trabalhador do ramo da construção civil (pedreiro autônomo), achou a idéia interessante e, entre seus colegas de trabalho e outros trabalhadores empregados na construção civil e alguns trabalhadores empregados que estavam ocupados em outras áreas, mas que já haviam trabalhado de pedreiro, começaram a se organizar em torno da idéia do cooperativismo. Dessa forma, tem sua origem na mobilização e organização dos próprios associados.

A Experiência Cooperativa Casa Nova, classificada como Cooperativas de Trabalho. O ramo de atuação da Cooper Casa Nova é a construção civil, sua atividade fim prestação de serviço especializado de serventes e pedreiros para a construção de obras completas e reformas. Com idéia de ampliar e se especializar na área de acabamentos, decoração e expandir para loja de material de construção sob a coordenação das mulheres. A cooperativa é formada por homens e mulheres. A faixa etária, basicamente acompanha a indicador oficial de PEA, a média entre os associados 30 a 55 anos.

Os sujeitos que se mobilizaram para a formação da cooperativa não são beneficiados de programas assistenciais como por exemplo o Renda Mínima. Em sua maioria são pessoas que estavam empregadas, trabalhadores informais ou autônomos. São moradores de diversas localidades do município de Chapecó, que dispõem de uma renda familiar em média de dois a três salários mínimos.

Sua estrutura organizacional está formada da seguinte maneira: Assembléia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal, Coordenadores dos Núcleos de Trabalho.

Atualmente recebe assessoramento da ITCP-Unochapecó no processo de organização, os cooperados fizeram o curso de capacitação em cooperativismo sob sua coordenação. Foi

formalizada em 15 de janeiro de 2005, mas o processo de formação iniciou-se ainda no início do ano de 2004. No total, são trinta e um cooperados e em atividade, atualmente, são dezenove em atividade. A Cooper Casa Nova, com sede administrativa localizada na Rua Monte Videl, nº 1104 D, Bairro Santa Maria – Chapecó (SC).

### **3.3 Os trabalhadores das Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó**

#### **3.3.1 Suas trajetórias profissionais**

Nas Experiências pesquisadas basicamente pode-se dizer que se apresentam dois perfis de associados. Um é representado pelos trabalhadores que já tiveram a experiência do emprego formal e tornando-se desempregados, num primeiro momento se organizam quase sempre na forma cooperativa de produção ou de trabalho, e passam a produzir, gerenciar e comercializar sua própria produção. Estas características estão presentes na COOPERVIDA e na AGD Confeccões. Uma questão interessante percebida entre os pesquisados nestas duas Experiências, mostra que a situação econômica que no princípio representa o fio condutor da união, acaba demarcando uma diferença pequena em termos quantitativos, porém grande, se olhada qualitativamente. De um lado, os trabalhadores cujas famílias não dispõem de renda alguma, de outro, os trabalhadores em que a renda de suas famílias independente de seu trabalho vai de um a dois salários. Na COOPERVIDA, uma grande parcela dos associados não possuíam nenhuma renda familiar antes do trabalho cooperado. Pensar as experiências associativas de trabalho considerando as condições de vidas dos seus integrantes, suas possibilidades de sobrevivência é revelar suas trajetórias de vida e as formas de desigualdade social engendradas pelo sociometabolismo do capital.

Eu morei no Rio Grande do Sul até casar, viemos aqui para Chapecó e fiquei trabalhando como dona de casa, tive 4 filhos, e o marido trabalhando... Daí nós começamos trabalhar na casa da Antônia que tinha uma parte da casa de varde, nós trabalhamos lá. Daí é que eu saí de dentro de casa, até então trabalhava em casa, cuidava os filhos [...] trabalhava de manhã em casa e a tarde lá (AGD Confeccões 2).

Eu era professora e sindicalista e a gente tinha naquela época uma greve por ano, muita greve, a gente estava decepcionada com o governo que não valorizavam a classe do magistério [...] uma companheira que o marido também era sindicalista, na época era do MST falou dos Mini-projetos

Alternativos, que era a possibilidade da gente complementar a renda, na verdade a gente passava dificuldades até porque a maioria de nós dependia do salário para sustentar a família (AGD Confecções 1).

Assim, eu trabalhava de diarista, trabalhei 27 anos numa residência, quando eu saí de lá, eles me mandaram. Eles me deram um cheque de R\$170,00, eu estava na rua! Que chato! Fui ao banco e eles me disseram não tem fundo, porque eu não sabia ler. Falaram pra mim [atendente do Banco], volta lá e fale com os patrões que esse cheque não tem fundo. Eu voltei lá e eles já tinham ido embora. (COOPERVIDA 3).

[eu trabalhava] Antes em Balneário Camburiu, trabalhava numa empresa, era pião e depois eu sabia fazer comida e fiquei no acampamento, eu sabia fazer, fazia de tudo, daí eu fiz o teste, passei e trabalhei 3 anos e meio de cozinheiro. Depois vim pra cá trabalhei 3 anos e meio na EVAI de servente de pedreiro. Depois em Palmares do Sul eu trabalhei com reflorestamento. Depois trabalhei em madeireira industrial em Palmares do Sul, fui pra Lages, lá em Urubici cortando erva, Xaxim, Concórdia e depois voltei pra Chapecó [...] Eu vi eles trabalhando na rua - eu bebia demais já não me davam trabalho em nenhum lugar - daí eu perguntei como que fazei pra começar a trabalhar, me disseram que precisava fazer o curso [de cooperativismo] (COOPERVIDA 3).

Trabalhava de empregada doméstica, vim aqui pedi pra Loreni e fui na prefeitura [...] Fiz o curso de cooperativismo, foi há uns 3 anos (COOPERVIDA 1).

Na terceira Experiência Cooper CASA NOVA, os trabalhadores estavam empregados no mercado formal de trabalho e/ou eram autônomos. Por estarem entre as profissões que requerem pouca qualificação a experiência prática pode ainda ser considerado um fator facilitador para acessar o mercado formal de trabalho. Estes trabalhadores com qualificação e experiência na sua profissão se mantêm como autônomos muitas vezes por opção, pois no mercado informal recebem remuneração superior ao formal.

Eu trabalhei na Chapecó Avícola, daí eu trabalhei na Construtora Santa Fé e na Mega Engenharia. [...]. Estava na mesma função, pedreiro. [...] A minha trajetória de vida de vinte e dois anos que eu trabalho de empregado [...] praticamente sempre ganhando salário, até posso dizer um pouco razoável. A idéia é melhorar a renda da família, aí que surgiu a idéia da cooperativa (Cooper CASA NOVA 2).

Trabalhava com carteira assinada, como pedreiro [...] tive outros [empregos] mas sempre no ramo da construção civil, fazia cinco anos que eu trabalhava nessa empresa que eu pedi demissão para vim pra cooperativa (Cooper CASA NOVA 3).

Na Aurora eu trabalhava como operador de máquina [...] desde as primeiras reuniões eu estava na cooperativa. Então o caso é assim, quando começaram a trabalhar mesmo [na Cooperativa], eu tinha outro emprego, trabalhava na Aurora, eu ganhava mais lá, praticamente hoje eu ganho um pouquinho

menos na cooperativa do que eu ganhava na Aurora (Cooper CASA NOVA 1).

Em cada Experiência há uma homogeneidade no perfil de reinserção dos associados. Em uma delas, a primeira aproximação dos trabalhadores com o associativismo de trabalho está acompanhada da vontade de transformar sua realidade social. Mas no conjunto das três Experiências se observa a heterogeneidade desse perfil, de um lado, têm-se trabalhadores que buscam somente renda e trabalho, de outro os que buscam para além da renda e do trabalho uma relação de produção diferenciada.

### 3.3.2 Motivação pessoal

O perfil de reinserção dos trabalhadores é traço fundamental em relação à sua motivação inicial ao recorrer ao Associativismo de Trabalho. Quando se pergunta aos entrevistados o que os motivou a formar uma Experiência Associativa de Trabalho e/ ou como se envolveram nas que já estavam formadas ficam evidentes características distintas. Uma das perspectivas pode ser retratada nas duas falas seguintes. Para o entrevistado COOPERVIDA 1, “Eu achei melhor de trabalhar [por quê?] É o tipo de trabalho”.

Nós pensávamos em ter uma renda fixa, porque não adianta trabalhar de biscate, fazer pra gastar no mercado, não tinha, então, a gente trabalha aqui tendo aquela renda. A gente tem aquele limite que pode gastar [se referindo ao salário], tem um controle da gente mesmo. Vai no mercado, vê o limite, vê se tem dinheiro pra comprar roupa, então a pessoa gasta o que pode (COOPERVIDA 3).

A outra perspectiva pode ser interpretada a partir das falas seguintes:

A idéia surgiu através de uma entrevista que [...] assistiu na TV, uma iniciativa em São Paulo, as mulheres montaram a cooperativa no ramo da construção civil, o ganho delas em um ano de serviço triplicou o salário. [por que cooperativa e não outro tipo de empreendimento] A cooperativa porque reúne o grupo e tem a participação de todos, não é só um que vai visar o lucro em cima então foi essa idéia, e também a idéia de todos participar (Cooper CASA NOVA 2).

A maioria do pessoal vinha pra montar a cooperativa mesmo, por causa da economia solidária, eu acho que não era só dinheiro, eu acho, que não era só o salário no fim do mês (Cooper CASA NOVA 3).

Eu acho que isso aqui é uma semente, eu acho que o grupo dá certo porque o grupo não é socialmente vulnerável ao extremo, um grupo que precisa desse rendimento, o marido ganha três, dois salários mínimos, é uma alternativa de renda, mas além da alternativa de renda, ela é uma possibilidade de uma organização de trabalho de um jeito diferente, que é

uma organização na perspectiva da economia solidária (AGD Confecções 1).

Pode-se concluir que sua trajetória profissional imprime especificidades quanto à sua inserção na associação de trabalho, mas ao mesmo tempo lhe dá abertura para que por meio do trabalho haja o reconhecimento de relações de produção e social diferenciadas das convencionais. Ou seja, na medida em que o perfil de reinserção define o que os trabalhadores esperam do seu trabalho também abre caminhos para modificar suas concepções sobre o que significa ser um trabalhador associado que tem a cooperação do trabalho como meio de produção.

Sempre tive essa idéia, saí dá empresa, se organizar pra trabalhar, sem ser empregado, ter patrão, foi uma janela que abriu pra mim...[por que cooperativa e não outro tipo de empreendimento] Eu acho que é mais viável, porque hoje para você montar uma empreiteira, construtora você tem que ter recurso e a gente não tem recurso pra começar sozinho, então a gente unindo as forças a gente consegue, consegue recurso.(Cooper CASA NOVA 3).

No entanto, para que isto ocorra é imprescindível que a cooperação não continue sendo apenas uma forma de organizar a produção, mas deveria ser um meio de produção que possibilite ao trabalhador romper com o trabalho alienador e fetichizado. As relações de trabalho mais humanizadas e igualitárias não significam a possibilidade de rompimento com as amarras do capital, não reside no fator renda, emprego sem patrão, mas no reconhecimento do valor de uso do trabalho que só se evidencia quando a concepção capital-trabalho é compreendida.

Assim, a nossa cooperativa é cooperativa piloto, do mundo inteiro, a miséria, a falta de dinheiro, a desunião, que muita gente brigava quando chegava aqui. Tem que se conscientizar que a cooperativa é uma família e isso que me fez ir em frente, aqui não somos empregados, não temos patrão, de vez em quando brigava. Nós temos um contrato pra cumprir, não temos patrão, ninguém mandava (COOPERVIDA 2).

O Associativismo de trabalho necessita ser apreendido para além da oportunidade de realizar trabalho. Enquanto as associações de trabalho se reservarem um olhar endógeno, o reconhecimento, de classe social, fica subordinado às concepções ideológicas dos programas de políticas públicas que os fomentam e assessoram. De forma que são as condições no trabalho o que recebe destaque, como se percebe na entrevista AGD Confecções 3, “Por ser um grupo bom, aqui no grupo a gente se entende, é gostoso de trabalhar aqui, a renda que chega no final do mês, você vê que valeu a pena continuar. E tem que continuar mesmo”.

Extrapolar a imediatividade econômica, ou seja, conseguir gerar renda aos cooperados deve ser ponto de partida para o avanço, na direção da educação social e na concretização de interesses comunitários e não para o recrudescimento da organização no sentido de relacionar o êxito a conquista de renda ao sucesso do empreendimento. Mesmo vivendo significativamente em situação econômica precária, que por si só, justifica o atrelamento aos rendimentos, por parte de alguns pesquisados, identifica-se este como uma dificuldade no sentido da abrangência social desses empreendimentos. É nesse sentido que

A cooperativa de produtores associados aparece como uma organização de produção na qual os trabalhadores, contribuindo com o capital, detêm a iniciativa e a responsabilidade de sua gestão. A nível de mercado, no entanto a cooperativa acaba se comportando como uma empresa capitalista, com a qual, virtualmente compete procurando obter o máximo de lucro possível. Com o objetivo de reparti-lo no interior do grupo que a compõe, desprezando via de regra, o aspecto referente a propriedade dos capitais (FARIA, 1985, pp.67-68).

A partir das falas é possível observar que na maioria das Experiências a expectativa de luta pela vida não se constitui em questionamento sobre a exploração inerente à relação capital-trabalho e suas formas de autoridade oriundas da relação capitalista.

Historicamente, a cooperativa operária de produção apresentou três grandes dificuldades; a) reunir, por seus próprios meios, o capital necessário a investir em equipamentos dispendiosos; b) jamais empregar trabalhadores assalariados; c) criar um consenso entre os membros que dispensasse o uso de autoridade, já que estes são todos produtores. A estas dificuldades, poder-se-ia a formalização da organização e a criação, em seu quadro, de uma estrutura burocrática-administrativa que garantisse a eficiência de sua atuação (FARIA, 1985, p, 68).

Ao perguntar para os associados o que mudou no seu trabalho ao se tornar cooperado, em uma das Experiências, alguns indícios levam à interpretação de que a relação-capital trabalho é latente entre os associados, o trabalhador (ser social) percebe que ao retomar o valor de uso do trabalho ele próprio se autotransforma. Conforme fala Cooper CASA NOVA 3, “Mudou minha vida completamente, do que era antes e do que é agora depois na cooperativa, mudou a cabeça, a idéia que você tem do trabalho [...] A muda tudo, o que você pensava sobre trabalho, muda completamente minha idéia”.

O perfil de reinserção além de se encontrar na origem, na motivação da associação de trabalho, determina as bases sob as quais a Experiência se fundamenta. Uma distinção entre as Experiências pode ser levantada, considerando seu perfil reinserção no mundo do trabalho.

Para uns a sobrevivência é algo proporcionado pela cooperativa. Idéia confirmada na fala seguinte, entrevista COOPERVIDA 2, “Trabalho, sempre trabalho pra melhorar de vida”.

Comecei fazer costura em casa, reforma e coisa assim, mas sabe que não dá, não faz para o leite. Daí teve a iniciativa das meninas, chamaram a gente pra começar a vim nos encontros. Pra mim foi ótimo, porque se você for na empresa, eles querem experiência, quanto tempo de carteira assinada, como a gente não tem é difícil, são poucas as empresas que dão essa oportunidade pra gente. Daí eu acho que as gurias tão de parabéns por ter essa iniciativa e hoje já é um orgulho pra gente (AGD Confecções 3).

As avaliações dos trabalhadores e das trabalhadoras pesquisadas sobre a efetividade dos empreendimentos estão presas à capacidade destes em suprir suas necessidades básicas. De modo que, para os sujeitos pesquisados a cooperação vivenciada representa a possibilidade de viver com melhor qualidade de vida, sem padecimento e conflito com patrões, conforme mostra o relato a seguir, concedido por um trabalhador da Cooper CASA NOVA, “Trabalha mais e cansa menos, a gente trabalha mais satisfeito, sabendo que o que fizer ali é pra gente, não é pra deixar 70% pro patrão, mesmo que produza pouco ou bastante, o que a gente produz é pra gente”. Também verbalizada por outro entrevistado:

Só que se você vai trabalhar para Aurora você é empregado, se você vai trabalhar na cooperativa é nosso, então pode ser que nos primeiros meses ou primeiro ano pode está perdendo. Mas se é uma cooperativa bem organizada, se você planejar, tudo que é negócio seu você tem que planejar dentro de três a cinco ano, não é uma coisa que vai te dar num ano, pode ser que no primeiro você até perde comparado com o emprego que você tinha, mas daí pra frente se comparando tudo melhora (Cooper CASA NOVA 1).

De maneira geral, é marcante que estas Experiências aparecem para os trabalhadores como uma possibilidade de melhorar de vida e mudar as relações no trabalho. O que também permite visualizar uma diferença relevante quanto à dimensão de classe social e o significado atribuído à Experiência Associativa de Trabalho. Nas duas primeiras falas, a Experiência representa uma alternativa de inserção no mercado de trabalho. Na terceira e quarta fala se percebe a dimensão de classe, ainda que de forma não totalmente clara do ponto de vista da transformação social ampla. No entanto, percebe-se conotação otimista por parte dos trabalhadores que sua Experiência Associativa de Trabalho se projete no mercado e amplie seu poder de barganha. A extinção desta relação mercadológica não aparece nas falas dos trabalhadores pesquisados, de modo que o trabalho para eles continua alicerçado na idéia de mercado. O trabalho alicerçado nas leis do mercado, ou seja, o trabalho uma mercadoria não aparece na agenda das Experiências pesquisadas. Muito embora se perceba nas reflexões dos

trabalhadores o sentimento de mudança da relação patrão e empregado, este fato parece reforçar a percepção de que o trabalho nas Experiências Associativas de Trabalho é fonte de igualdade.

### 3.3.3 Relações de produção

A terceirização, umas das formas atuais mais articuladas do capital, para aprimorar a apropriação e acumulação de riqueza se expande globalmente como forma de gestão da produção e de mais trabalho. No contexto da AGD Confecções e da Cooper CASA NOVA esta questão não tenha sido empiricamente investigada, de modo que não serão possíveis reflexões nesta direção, os trabalhadores tendem a apoiar o aumento da jornada de trabalho. Como pode se evidenciar na entrevista AGD Confecções 3, “É bastante trabalho, mas a gente tenta fazer o máximo, porque também chega o final do mês se nós render a gente tem mais pra fazer a partilha das sobra, porque a gente reparte”

Essa situação é bastante acentuada nas cooperativas de trabalho a exemplo da Cooper CASA NOVA, que em relação às outras apresentam maiores facilidades para os trabalhadores, uma vez que sua força de trabalho é o capital, vendendo-a diretamente ao consumidor, aquele que contrata o serviço.

O treinamento que nós tivemos, a visão assim, o processo parecia que tinha muita dificuldade no grupo, mas na nossa nós fizemos já é um pouco diferente, a nossa não só tem a mão-de-obra nossa, não tem investimento grande, antes a gente vendia a mão-de-obra, hoje a gente administra a mão-de-obra, é diferente. E se for uma outra cooperativa, eu acho que já é mais difícil, tem investimento (Cooper CASA NOVA 1).

#### 3.3.3.1 O trabalho como capital

As Experiências Associativas de Trabalho basicamente se concentram em atividades econômicas consideradas periféricas, são quase inexistentes no ramo da produção as que se projetam em atividades consideradas de ponta ou que mobilize alta tecnologia. Tomando como as Experiências AGD Confecções no ramo da produção têxtil, o que se evidencia é que não dispõem de tecnologia para concorrerem com as grandes indústrias, mesmo que concorram, suas taxas de lucratividade serão muito inferiores às alcançadas por aquela, devido à tecnologia, o capital de giro, entre outros elementos econômicos, e continuam a submeter os trabalhadores a baixas remunerações. Se, mesmo assim, as experiências

conseguem se manter no mercado, suas dificuldades são inúmeras e acabam obrigadas a recorrerem ao trabalho terceirizado. Esta dinâmica parece estar viva nas Experiências Associativas em Chapecó, fato este que as posicionam em coexistência coadjuvante, com o que coexistem com as empresas capitalistas, e pouco ofensivas ao modo de produção capitalista. Esta percepção é aguçada quando se percebe na agenda dessas Experiências, a necessidade de buscar redes com nítidos objetivos para melhorar competição no mercado. Todavia que, a defesa deste posicionamento centra-se na idéia de que esse tipo de organizar-se é uma estratégia apropriada para que os empreendimentos possam avançar o *status* de economia periférica e encontrar uma forma mais justa e ampliada, de produção e apropriação da riqueza social. Parece reafirmar a conduta de coexistência com os moldes do processo de trabalho e distribuição capitalista, a cada um o esforço do seu trabalho, seja por horas trabalhadas ou pelo montante da sobra.

A gente também está fazendo outra coisa, que a gente está tentando organizar Núcleos nos bairros, o que seria os núcleos, se você faz compras sozinha é uma coisa, se faz com o conjunto é outra coisa, você sempre paga mais cara a mercadoria, se você pudesse fazer compra conjunta, você pode baixar custo e ter um pouquinho mais de retorno, porque quando você compra um, dois Kg, você compra de fornecedor e é mais caro. Uma coisa é isso, a segunda coisa, é que por exemplo assim: eu entrei na internet no início do ano e tinha uma licitação do correio pra fazer 180 mil camisetas, nunca nós vamos ter condições de fazer tudo isso, esses dias conversando com um senhor do Banco do Brasil, a gente conversa para participar das licitações da Fundação Banco do Brasil, mas é assim, suponhamos que a gente vença as licitações, mas a gente não tem como fazer ou a gente estrutura e distribui trabalho e renda, você participa de coisas maiores e isso é que é bom, porque se você faz uma pequena escala é mais cara, porque demora mais tempo pra fazer e assim numa perspectiva solidária de fato, não só gerar trabalho e renda, mas é para politizar, é pra gente compreender que existem muitas formas, não é explorar ninguém, ninguém pode ser explorado, eu digo para grupos assim, a gente nunca quer ser explorado [...] Os grupos, não é pra competir entre si, junta tudo, paga tudo e o que sobra distribui de forma igual, essa é a proposta (AGD Confecções 1).

Esta reflexão, entre outras coisas, indica a relevância da inovação tecnológica para a materialização das Experiências, esta percepção empírica retoma uma das questões teóricas desse trabalho, as inovações empreendidas no mundo do trabalho como forma de apropriar-se do capital trabalho. É desse modo, que por meio do trabalho cooperado o capital promove mudanças significativas no interior do processo produtivo, ao tempo em que as mantém numa estrutura enfraquecida sem muitas possibilidades de afirmação social, daí a origem de uma das mais marcantes características das Experiências Associativas de Trabalho, a pré-determinação da vida efêmera. Quanto ao isolamento produtivo e mercantil é fato que

isoladas elas se tornam quase que insignificantes. No entanto, a cooperação via trabalho em cooperativas, pode vir a representar significativas mudanças na vida dos trabalhadores, conforme Marx “a coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como *prática transformadora*” (apud MÉSZÁROS, 2005b, p. 24, grifo no original). Nesse sentido, quando se indaga aos trabalhadores pesquisados sobre os motivos da opção pela cooperativa e não outra forma de organização resulta-se da cooperação.

Entretanto, o que se percebe é que a noção de cooperação nas Experiências pesquisadas, está intimamente ligada à necessidade de crescimento material (conquista de mercado de trabalho), isto faz com que as relações pessoais tornem-se reféns de uma dinâmica individualizadora, a qual afasta a possibilidade da construção coletiva de um entendimento sobre a superação do trabalho, o que estabeleceria uma dimensão transformadora.

Eu tenho parentes que são pedreiros, então eles são um só, quando você é um só, você não consegue muita coisa, então vamos supor 20 pessoas, se você disser é uma cooperativa, já tem que ser mais de 20, se você só falar é uma cooperativa, o pessoal vê diferente, então a gente conseguiu serviço que antes a gente não conseguia, e hoje a gente está conseguindo por ser uma cooperativa, então é mais fácil você conseguir trabalho (Cooper CASA NOVA 1).

Desde o trabalho, porque no começo tinha poucas mulheres, não tinha trabalho. Daí entrando mais mulheres a gente consegue procurar mais trabalho, porque tinha mais mulheres, porque assim a gente ia ter condições de fazer até o dia do pedido, de entrega a gente conseguiu mais trabalho... [vocês querem ampliar o grupo para ter mais serviço] porque não podemos pegar um serviço se só nós que estamos aqui não podemos dar conta. Só a gente não dá conta (AGD Confecções 3).

A divisão do trabalho não possibilita ao trabalhador uma prática transformadora ao realizar seu trabalho, a máquina também, o mercado impõe seus ritmos e favorecem a ausência do sentimento de pertença. A cultura do trabalho como valorização do homem é uma das questões que se observa com muita frequência. Nas Experiências Associativas estudadas aparece como questões presente a singularidade do homem trabalhador e o reconhecimento do trabalho como elemento socializador.

Cada uma chega, e vê o que precisa fazer, aquela que tem mais experiência numa coisa faz. Não tem uma coisa só, o que precisa fazer a gente faz, exemplo: colocar ribana, fazer uma barra. Não tem assim uma coisa que é só você que tem que fazer. Não tem isso de chegar e é aquilo. [...]É rotativo, no geral todo mundo faz tudo (AGD Confecções 3).

### 3.3.3.2 O trabalho como forma de estruturar a atividade de produção

Com a divisão social do trabalho se consolida a alienação do trabalhador, daí a dificuldade secular do homem não poder identificar-se no seu produto, em outras palavras, significa dizer que o criador não reconhece a sua criação.

Esse processo é identificado em período anterior ao desenvolvimento da maquinaria, na manufatura, o trabalho assim como agora, era realizado pelo homem de acordo com suas habilidades intelectuais e propriedade dos meios de produção (artesão - aprendiz), fato este que também promovia diferença entre os rendimentos. O que é anunciado como inovador pela grande indústria e o fato de afastar cada vez mais do trabalhador a possibilidade de tornar-se dono do seu trabalho e dos meios de produzi-lo (diga-se condição de artesão), não só pela ausência do capital, mas o parcelamento do processo de produção, impede o trabalhador de produzir se não a partir do trabalho em cooperação fabril o expropriando do reconhecimento do produto seu trabalho.

De modo que, nas Experiências Associativas analisadas o que organiza a produção e impõe seu ritmo é a habilidade do trabalhador. Habilidades estas reconhecidas entre os demais pela possibilidade de reconhecer a especificidade do trabalho do outro.

É pela habilidade do trabalho, quem rende mais numa máquina. Que nem se eu vou trabalhar numa máquina, a que [...] tá trabalhando eu não rendo que nem ela, então eu prefiro ir na outra que eu rendo mais (AGD Confeccões 2).

O trabalho é realizado sob baixa divisão social prevalecendo a polivalência dos trabalhadores associados. A busca por trabalhadores polivalentes também é uma característica valorizada pela reestruturação produtiva.

Na verdade, a gente faz tudo um pouco, quando eu trabalhava na empresa, eu trabalhava só de pedreiro, eu ia lá, só trabalhava de pedreiro, se não tivesse o servente pra fazer a massa eu esperava, eu não ia lá fazer a massa. Hoje não, hoje se eu vou trabalhar na obra eu faço tudo, se não tiver servente eu pego o cimento faço a massa, eu faço o que tiver de fazer. Se não tivesse o buraco jamais eu ia cavocar e fazer o buraco se eu tivesse trabalhando na empresa, hoje não, hoje muda tudo completamente, o companherismo, muda a cabeça da gente (Cooper CASA NOVA 3).

A rotina é boa, a gente chega de manhã a gente programa. Eu que sou servente então eu já sei mais ou menos o que a gente vai fazer no outro dia. Hoje a gente sabe o que amanhã mais ou menos vai fazer, então eu chego lá preparado a betoneira, faço a massa, preparo o cal, o cimento, faço a massa e pronto. O oficial e o profissional já vem ajudar a gente, e dá pra gente já ir fazendo, então a gente vai fazendo, não é uma coisa assim você não pode

programar completamente pra todo dia. Então mais ou menos o processo começa assim, então durante o dia, fazendo uma comparação hoje, hoje chove, a gente tinha programado de cobrir a casa, então atrapalhou, daí nós fomos até certo ponto, aí nós paramos lá dentro da casa pra rebocar (Cooper CASA NOVA 1).

Uma questão importante nos empreendimentos estudados é a relação dos trabalhadores com a hierarquia no processo de trabalho, embora ela exista e com contornos às vezes bem definidos entre trabalho intelectual e trabalho manual. Isso não representa uma forma de controle ou vigília do trabalho executado, a administração se identifica com as tarefas de execução.

A nossa idéia é até o final do ano não ter mais servente, ser tudo meio-oficial e profissional, porque quem quer aprender não tem como não apreender numa obra, porque você vai lá colocar tijolo, vai lá rebocar. Perto da onde a gente ta trabalhando vai entrar uma outra casa, nós estamos em 5 na outra obra, vai sair 2 pra outra obra, e eles tão em 2 profissional, então ficar 3 numa obra que é a obra maior e 2 profissionais vai pra outra que é uma obra menor. A hora que entra a obra a gente reúne todo o pessoal, é tudo meio planejado para gente não se pegar sem gente (Cooper CASA NOVA 1).

### 3.3.3.3 A forma de gestão da experiência

As concepções e expectativas dos associados solidificam as bases internas de cada Experiência projetam o modelo de gestão a ser seguido. A forma de gestão refere-se, entre outros aspectos, à forma como são definidas as normas, como é a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisões. Estes são alguns dos fatores que precisam ser observados. As Experiências pesquisadas são formadas pelos trabalhadores que realizam a atividade principal, elas contam com auxílio de serviços contábeis. Nas duas primeiras Experiências a seguir a forma de gestão empregada se aproxima do que Guimarães (2004, p. 6) entende por autogestão

Um “modelo ideal” de democracia industrial: expressão que significa um compartilhamento ou investidura de poder por parte dos trabalhadores. Isto aconteceria de tal forma que as decisões, em todos os níveis, o controle sobre o processo de trabalho, a gestão do empreendimento, a propriedade e os resultados econômico-financeiros não seriam privilégios da direção da empresa.

Na Cooper CASA NOVA os trabalhadores são todos cooperados e participam de todo o processo de gestão da cooperativa, a partir do momento que o serviço é contratado, os trabalhadores participam do planejamento a execução. A concepção do trabalho a ser realizado não se reserva a determinações da administração, mas a todos os envolvidos com a

execução.

Na ora que a gente começa o serviço na obra, a gente tem todo um roteiro que a gente se programa, nesse mês agora que vem, vai entrar mais três obra, então a gente vai trocando nas obra que já tão terminando a gente tira 1 ou 2 pessoas, porque cada núcleo tem que ter 1 ou 2, meio-oficial e servente, então vai jogando, um profissional numa obra outra na outra e o servente (Cooper CASA NOVA 1).

Da mesma forma, são os trabalhadores a partir da realização do trabalho que definem em qual função cada um permanece e como é o processo para a ascensão aos cargos.

É, nós temos um processo assim, eu que sou servente, a hora que eles acham que eu posso ser meio oficial, o núcleo que eu estou trabalhando vai indicar vai indicar pra ser meio-oficial, ela faz de tudo. Então às vezes se o pessoal de outro núcleo não tem conhecimento, e você vai pra outra obra, o outro profissional vai ver você na obra que já sabe fazer de tudo daí é assim, vai pra diretoria e vai mudando de núcleo pra ter outro parecer, porque se não as vezes é meio parentesco assim eles podem achar que tem discriminação e não pode ter discriminação, porque se você é amigo ali dentro da obra, porque eu estou trabalhando ali e começa a falar com meu colega, você pode me passar a oficial, mas daí eu vou pra outra obra e tenho que assentar tijolo e eu não sei e daí (Cooper CASA NOVA 1).

Na AGD Confecções há uma trabalhadora contratada para a função de secretária e serviços bancários, entretanto a administração e as decisões do processo de trabalho são definidas pelas associadas. Conforme a entrevista AGD Confecções 3, as decisões administrativas são definidas pelas associadas “nos compramos duas máquinas, sempre falam com o grupo todo, se pode se tem alguma outra coisa pra fazer que não pode colocar cota. Daí quando a gente pode, fala com o grupo se quer comprar ou não”. Da mesma forma, na fala que segue vê-se a participação de todos nas definições financeiras.

Nós reunimos o grupo. É feito uma solicitação, um orçamento. Também quando ela faz um o orçamento, depois reúne o grupo vê se todas estão de acordo, não, sempre quando é decisão assim reúne o grupo. Uma vez quando era só nós três a gente fazia o orçamento junto, mas agora o grupo esta maior e não tem porque parar todo o grupo para fazer um orçamento, então ela faz e consulta o grupo (AGD Confecções, 2).

Na COOPERVIDA a gestão não está diretamente sobre responsabilidade dos associados, tem uma pessoa voluntária (tesoureiro) que junto com a presidente assumem como função a direção da cooperativa. Essa atribuição ficou evidenciada nas três entrevistas dessa Experiência, pois os associados que tinham funções de diretoria não estavam mais

nesses cargos e no seu lugar nenhum outro associado se dispôs a assumir. O conselho fiscal ainda que existe formalmente parece não exercer o controle social com assiduidade.

Só tem a presidente e a tesoureira [como foram escolhidas estas pessoas] Definido assim porque cada um sabe o que tem que fazer, é que não tem serviço é só prestar conta e fazer o pagamento. Sabe o que, a coordenação, cada grupo tem coordenadora então é isso. [...]. [Ninguém quer ser presidente?] Não, é que não tem serviço [...], só prestar contas e fazer pagamento. [...]. Foi ela eleita e está funcionando. [...]. [se quiser mudar o presidente, também pode] Não pode, porque é ela que fala com a prefeitura [Como são definidas as equipes de trabalho] Isso aí [...], a chefe pegou e montou a equipe, cada cinco vai pra um lugar. E cada um sabe o que fazer(COOPERVIDA 3).

As reuniões não são freqüentes e se resumem em torno de definições sobre os recursos humanos - conflitos de trabalho ou ajuste de normas para o trabalho, ficando as decisões gerenciais uma questão administrativa e as reuniões tornam-se espaços de consulta de opinião sobre as coisas pré-definidas. Mesmo que as informações sejam disseminação para todos os membros, estes não participam das tomadas de decisões e assumem como modelo a co-gestão<sup>79</sup>. Percebe-se que há a oportunidade de generalização dos cargos e funções para serem comuns a todos, mas não se percebe a relevância dada pelos associados a esses papéis.

[quanto às reuniões] Não, só quando tem algum problema. [...]. Só quando dá problema nas equipes, alguma discussão, daí vai a pessoa do outro grupo e troca aquela pessoa. [...], [presidente] decide e troca um por outro... Se tiver alguma desunião, alguma palavra demais, fazemos uma reunião aqui pra decidir o que está certo ou errado (COOPERVIDA 1).

O motivo e a periodicidade das reuniões é um fator importante para se caracterizar a autogestão, percebe-se que nessa Experiência ela se resume em não ter cobrança no trabalho. Também a uma interferência na gestão da Prefeitura Municipal, a qual prestam serviço com exclusividade.

Às vezes é mensal, às vezes de 2 em 2 meses, agora dia 20 tem assembléia de prestação de contas, eles cobram muito, algumas pessoas cobram a prestação de contas, uma acham que tem coisa errada, tem acusação sempre das mesmas pessoas, um ou dois, vamos fazer a prestação de contas e colar na parede dia 20 (COOPERVIDA 2).

---

<sup>79</sup> “Processos de participação e de co-gestão já que, nos primeiros, a participação dos empregados resume-se ao fornecimento de insumos para decisão e o recebimento de resultados do trabalho coletivo, e na co-gestão, a divisão interna do trabalho entre empregados e a gerência, bem como a escolha das diretrizes é anterior a definição de critérios de participação e de responsabilidade compartilhada” (SOUTO, 1997 apud GUIMARÃES, 2004, p. 6).

Bastante, aqui na cooperativa tem bastante liberdade pra tudo, não existe: tu vai fazer, não, existe o regimento interno pra ser cumprido, o contrato com a prefeitura, a prefeitura é bem séria se a pessoa ficou 48h sem trabalhar e não avisou ela vai ser dispensada, se bebeu não pode vir trabalhar (COOPERVIDA 2).

#### 3.3.3.4 Rendimentos e distribuição de excedentes (sobras)

As remunerações dos trabalhadores, se orientados pelos princípios do cooperativismo, (divisão igualitária das sobras), seria a mínima diferença de remuneração, a não ser quando acordadas pelos cooperados preservando a maior aproximação possível.

Na cooperativa não, a gente reparte os lucros, tem mês que se dá mal você vai ganhar menos. Daí o pessoal tem insegurança. Pensa que nem empregado ainda e não que nem patrão. A visão do empregado não tem como vim pra cooperativa (Cooper CASA NOVA 1).

É por horas trabalhadas, daí tem definidas porcentagens, pedreiro ganha 90%, o meio oficial, até essa profissão não existe, mas a gente [grupo definiu] coloca essa profissão até porque quem sabe trabalhar um pouco mais pode ganhar um pouco mais, então a gente faz o salário 70% , 80%, isso sobre horas trabalhadas (Cooper CASA NOVA 2).

Até inclusive a gente fez pouca diferença entre a sobra que é repartida entre o servente e o profissional, a gente fez pouca diferença para não causar aquela diferença entre os trabalhos (Cooper CASA NOVA 3).

É, aqui a gente paga todas as contas e o restante o que sobra a gente divide por hora. [tem diferença de remuneração?] Não, só se tem diferença de horas trabalhadas (AGD Confecções 3).

O trabalho começa às 05h e vai às 11h, a gente termina antes, mas só assina o ponto às 11h. O dinheiro da cooperativa para pagar os saco de lixo, as vassouras, o que sobra é dividido, o salário para cada um. O salário é igual. É o contrato, que é por trecho. Se a prefeitura aumentar o trecho, aumenta o salário (COOPERVIDA 3).

O rendimento das Experiências estudadas, mesmo que menores ao de uma empresa capitalista do mesmo ramo e porte, acaba por reverter em sua maioria ao trabalhador. Como percebido na fala a seguir:

A gente tem praticamente 15% para as despesas, as despesas seriam pra gasolina, água, luz, mais ou menos 15%, não chega a 15%, se baseia entre 10 e 15% que fica para a cooperativa para pagar as despesas que é nossa, 4% fica num fundo. Não tem muita despesas, mas estamos sonhando alto para conseguir a metade (Cooper CASA NOVA 1).

Em uma das Experiências Associativas pesquisadas percebe-se que o fator remuneração não segue à risca a orientação do mercado, o que é percebido pela pequena diferença salarial entre as funções que ficam em torno de 20% entre a maior remuneração e a menor. De modo que se comparada à remuneração de um trabalhador cooperado na função de servente com um assalariado a diferença salarial passa de 100%. Como se pode observar no depoimento a seguir:

A distribuição funciona assim, o servente, meio oficial e eu profissional, o profissional ganha 90% em horas trabalhadas, e meio oficial ganha 80% e a servente ganha 70%. Então o que a gente vê hoje em dia a diferença entre o servente e o oficial não se torna muito grande, antes se você era empregado, você ganhava um pouquinho. Vamos supor um encarregado da Aurora, o salário da gente lá, o encarregado ganhava praticamente 3 vezes mais do que eu ganhava, mas era duro, os caras ganhavam bem, os encarregados, e nós vamos supor, se você colocar um profissional perto do servente a diferença não é muita, é 20% só. Então o que motiva você vir aqui trabalhar também é isso. Se for fazer uma comparação entre o servente que trabalha na empresa ganha R\$280,00 bruto, e eu o último mês foi R\$614,00 do servente, é praticamente o dobro, um profissional que trabalha na mesma empresa R\$ 580,00 e ele é profissional, então essa é a vantagem da cooperativa, não tem exploração, a gente mesmo é que reparte os lucros. Ela tem é uma classificação que a gente reparte os lucros, que depende do nível do trabalho (Cooper CASA NOVA 1).

Uma variável importante do trabalho coletivo, nas Experiências estudadas é que a destinação da riqueza produzida acaba sendo melhor distribuída, numa forma de compensação do trabalho excessivo característica comum a todas as Experiências. No entanto, o fato de não se considerarem empregados e sim patrões de si mesmos, não elimina a diferença na distribuição, no ato da partilha do lucro. Essa característica essencial para a relação na produção capitalista é retomada por alguns empreendimentos como meio de valorizar e diferenciar o trabalho mais qualificado do menos qualificado, ou seja, diferenciar e valorizar as pessoas de acordo com suas capacidades.

### 3.3.4 Relações sociais

Vendramini (2000), em seu livro “Terra; trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST” para analisar as “características de originalidade da organização do MST” apresenta eixos, dentre eles alguns podem ser usados para observar as Experiências Associativas de Trabalho estudadas, pois, possibilita pela possibilidade de identificar elementos que podem auxiliar na apreensão do seu significado como alternativa econômica ao sistema de produção capitalista.

### 3.3.4.3 O significado de participar de uma experiência associativa de trabalho

O sujeito que vivencia uma experiência associativa de trabalho identifica mudança e/ou melhora na sua vida. Essas alterações mencionadas pelos sujeitos estão intimamente relacionadas com sua trajetória de vida. Essa prática social é que possibilita a apreensão do seu significado no contexto atual do capitalismo. Elas permitem identificar quais os aspectos que alteram a vida dos associados: garantia de sobrevivência, reconhecimento social e melhores relações de trabalho.

A garantia da sobrevivência, via inserção no mundo do trabalho, os projeta para a possibilidade de inserção social, considerando que na sociedade capitalista consumir é sinônimo de estar inserido. “Eu não tinha dinheiro para ir num mercado para gastar, não tinha crédito (COOPERVIDA 3).

Antes da cooperativa, eu trabalhava, levava comida que sobrava pra minha filha comer, eu falava que era comida para cachorros, eles me davam, separavam as comidas nas vasilhas, as comidas que não prestavam e daí eu dava pra elas. Aí que surgiu a garra e a força pra nós abrimos uma frente pra trabalho, porque se eu tinha problemas financeiros, de pobreza e miséria, outras pessoas também tinham esse problema. Aí nós nos organizamos (COOPERVIDA 2).

Na construção do referencial teórico observou alteração na concepção social sobre o trabalho. No século XVIII e XIX ocorrem modificações na forma de apropriar-se da força de trabalho e a categoria trabalho incorpora definitivamente o status de emprego, e por conseqüência condição necessária à existência social. O trabalho torna-se precondição para a valorização individual do homem, a valorização social pressupõe a venda da força de trabalho. Os trabalhadores cooperados que antes não tinham trabalho, realizavam atividades domésticas ou sem remuneração definida têm nesta forma de geração de trabalho e renda a possibilidade de reconhecimento social.

Eu sempre trabalhei em casa, então eu me despertei quando saí de dentro de casa. Eu não me vejo mais fora da sala de costura. Eu acho que a gente lutou muito pra chegar até aqui, eu me sinto bem, me sinto realizada. Eu acho que hoje se eu fosse ficar só dentro de casa eu não ia mais consegui. Porque eu fiquei uma vida inteira dentro de casa. Daí eu penso porque não comecei há vinte ano atrás, mas não tinha oportunidade de ter começado. Mas eu me sinto muito bem aqui (AGD Confecções 2).

Nem todos têm a mesma idéia, o sistema aqui é totalmente diferente do que a gente estava acostumado, aquela cultura que a gente tem de arrumar o emprego, saí para trabalhar, receber o salário por mês, aqui é totalmente

diferente. Então algumas pessoas mudam logo a cabeça, tem umas que custam mais, mais devagar, mas com o tempo todos acabam entendendo, alguns não mais a maioria. (Cooper CASA NOVA 3).

É marcante nas entrevistas das Experiências pesquisadas o sentimento de mudança que acompanha a relação de trabalho diferenciada da forma capitalista tradicional. Fato este que reforça a percepção de que é possível ter outras formas de organizar o trabalho, e os leva a afirmar que sua condição de trabalhador melhorou. Por outro lado, os trabalhadores como donos dos meios de produção continuam a mercê das elevadas jornadas de trabalho.

#### 3.3.4.4 Prática social

Por meio da análise das entrevistas, identificou-se que a dimensão de classe social nas Experiências Associativas de Trabalho estudadas foram pouco evidenciadas, entretanto, para observar esse aspecto considera-se a motivação que originou a organização dos trabalhadores. Tem-se como ponto de partida que as Experiências Associativas podem ser consideradas práticas sociais se elas encaminham os sujeitos ao protagonismo histórico empreendido por essa classe, de modo que não se realizem na direção de intervenções reformistas dentro da própria ordem capitalista. No entanto, acredita-se que a consciência de classe social deve ser central nas expectativas de luta cotidiana destes trabalhadores associados. Dessa forma, o cooperativismo moderno aproxima-se ao empreendido no século XIX que se origina da consciência da classe trabalhadora diante da exploração do trabalho.

Por prática social compreende-se o movimento dos sujeitos a partir das ações coletivas (regrada por vínculos efetivos) que colocam questões e geram direções para análises econômicas, sociais e políticas que podem potencializar o adensamento das práticas democráticas e expectativas de lutas, as quais, visam a transformar as relações de poder. Segundo Peter Wagner (2002, p. 29), “[...] à expressão prática social são as atividades empreendidas pelas pessoas e, especialmente, os vínculos efetivos com os outros que tais atividades proporcionam [...] são realizadas diretamente, em interação face a face. Mas as pessoas também se interligam de modo indireto por meio de extensas cadeias de interação”.

A compreensão do contexto social em que a Experiência Associativa de Trabalho se insere é importante. A compreensão de classe social passa pelo entendimento de que este modelo de sociedade produz e reproduz a vida material enraizada na classificação social dos homens. Dessa forma, qualquer movimento ou prática social dos homens que a contestam

enfrentam dificuldades internas e externas para construir uma concepção diferente, pois a racionalidade ideológica hegemônica a qualificou como paradigma insuperável.

Em uma das entrevistas se percebe o desejo de que os trabalhadores associados consigam compreender a realização do seu trabalho pensando um modelo alternativo a sociedade.

Eu acho que por ser uma sociedade capitalista, na verdade os conceitos, as idéias, os princípios capitalistas estão nas nossas cabeças e nas nossas práticas. Então isso eu acho assim, por mais que a gente queira uma sociedade diferente, a gente também tem práticas dessa, na verdade, você se pega em contradição, por muitas vezes você tem que estar olhando por você e ver, começa a olhar a companheira, como é que eu tenho que ser, como as diferentes intenções que eram, a gente sonhava com o dia que mudasse as relações, o homem e a mulher que a gente pensou em ser no mercado de trabalho. Então é contraditório, as pessoas que vão entrando também nessa contradição, e a gente tem dificuldade de fazer a ponte entre a política diferente com entendimento, que é uma coisa de fora é outra. Sabe, não importa a opção que você faça na hora da escolha do governo, do presidente, do deputado, do prefeito, então a gente também tem isso, aqui não consegue estabelecer a relação de um projeto de mundo, de sociedade, nós não estamos isolados do mundo, estamos construindo uma alternativa diferente. Mas isso é processo, é caminhada, e que a gente só constrói uma perspectiva diferente se a gente conseguir construir numa lógica diferente, ideológica diferente sociedade, porque senão a gente teria uma empresa botando gente pra trabalhar, assinando carteira (AGD Confecções, 1).

Este relato problematiza a dissociação que ocorre pelos trabalhadores entre a realização material do trabalho e sua realização política engajada nos princípios do cooperativismo. De forma que o ideal de um novo ordenamento social pautado na igualdade entre os homens não é observado. A observação trazida nesta fala já foi levantada teoricamente quando, interpretando Marx e Engels, se analisou o limite das práticas sociais que aceitam como espaço de disputa de poder a coexistência. Como se pode observar é possível estabelecer um comportamento coerente com os valores e princípios internos ao grupo, mas em relação à sociedade, seus valores se distanciam da agenda do cooperativismo, a qual para fortalecer seu ideal de transformação social, precisa associar-se ao sentido de classe social. Quando se pergunta aos entrevistados sobre seus projetos particulares para o futuro e em seguida o futuro da cooperativa, a idéia de expectativa de luta junto à classe trabalhadora não é mencionada. As falas sobre as perspectivas para o futuro podem ser representadas nas seguintes:

Melhorar um pouco, a esperança da cooperativa ficar melhor, melhorar a renda familiar também. Então a esperança é melhorar. Quando começamos ganhá até menos do que quando empregado, começamos com um salário, depois foi pra dois e agora em cinco mês de trabalho já estamos em três

salário. Até o fim do ano a gente pensa em melhorar (Cooper CASA NOVA 2).

Eu espero que a cooperativa daqui a dois anos, tenha no mínimo 150 associados, essa é a idéia nossa de chegar lá (Cooper CASA NOVA 2).

Nosso projeto é criar uma grande a cooperativa, como núcleo nos bairros a cooperativa. A gente quer formar uma cooperativa pra não ficar num grupinho assim. Tem grupos nos bairros, em todos os bairros tem os grupinhos, dessa economia solidária. O sonho da gente é formar núcleos, se pegar um trabalho grande a gente dividir, lá faz camiseta, faz calças, faz agasalho [...] (AGD Confecções 2).

Vendramini (2000, p. 58) ao observar a organização do MST identifica como práticas politizadoras sua dinâmica de “educação política e técnica que combina o desenvolvimento de capacidades de mudanças estruturais como capacidade de produzir”. Entretanto, os ideais políticos e coletivos ainda não são observáveis nas Experiências Associativas, ao fazer a seguinte pergunta: “na sua opinião há alguma influência dos governos que assumem o poder em relação a cooperativa. Se existe relação entre a cooperativa e o tipo de mercado estabelecido, tipo de economia. O tipo de decisões políticas que acontecem no município, no governo tem relação ou não com o trabalho de vocês?” A resposta que aparece na maioria das entrevistas nega essa relação direta, quando identificada essa relação foi associada à política partidária. Em uma das falas aparece o conflito interno vivenciado por um dos associados quando a questão é a escolha do representante político.

Mas eu voto na pessoa. Como eu não tenho partido político, nenhum partido, eu voto na pessoa, às vezes que nem na última eleição até fica uma coisa chata porque as pessoas falam e depois eu ia pra casa e me debatia. Porque cada um sabe e vota no que quer. Eu não tenho partido político, pode ser até que eu possa até ter um dia, admiro o prefeito do PT, até ele assim ajuda as pessoas mais carentes e tudo, até é um partido que apóia as cooperativas. Mas eu não votei pra ele, porque eu não tenho o que me identifique com o partido deles. Eu voto na pessoa (AGD Confecções 3).

É marcante a ausência da consciência sobre a dimensão da política. Apenas em duas das entrevistas essa relação foi mencionada.

Influencia muito, que hoje se mudar a política e parar o financiamento por exemplo quebra a gente, se mudasse a política e parar os o financiamento quebra a cooperativa (Cooper CASA NOVA 3).

Eu acho assim, nós somos um grupo independente, independente de quem está na prefeitura, no governo, nós somos alternativa de organização diferente, independente do governo que a gente tem. E a gente quer ser

independente, a gente não quer estar atrelado a ninguém, não quer estar atrelado a nenhuma cooperativa, a nenhum prefeito, até porque o grupo que é atrelado tem dificuldades [...]. [Por outro lado] eu acho que tem diferença, tem muita diferença, porque é um jeito de pensar, a orientação diferente, então eu tenho a compreensão que isso faz a diferença (AGD Confecções 1).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos, este trabalho se propôs de forma geral analisar se as Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó se configuram como forma de resistência ao desemprego ou como busca de alternativas ao sistema de produção capitalista. Para construção desta análise se definiu como objetivos específicos: identificar como se constitui o processo de organização coletiva dos trabalhadores que fazem parte dos empreendimentos a partir da sua origem fomentadora; compreender a dinâmica interna das organizações coletivas de trabalhadores no que se refere à organização do trabalho e aos processos decisórios; resgatar as práticas sociais nas organizações coletivas de trabalhadores desempregados em Chapecó; identificar os elementos que expressam a identidade coletiva dos trabalhadores que fazem parte dos empreendimentos pesquisados.

O fio condutor deste estudo é a produção material. Homens produzindo em sociedade, e a produção sendo determinada socialmente. De modo que o ponto de partida foi a categoria trabalho, sendo que a produção matéria, a condição social inicial de suma importância para a compreensão do processo de constituição do ser social e da classe social que têm seu ápice com a divisão sócio-técnica do trabalho.

A construção teórica que retoma os principais conceitos do socialismo científico embasa a compreensão que permite recuperar o debate sobre o cooperativismo no século XIX. Evidenciando as principais teses dos socialistas utópicos, e suas formas de intervenção social, relacionando-as às críticas construídas pelos socialistas chamados científicos, representados aqui por Marx e Engels. A investigação empírica teve como ponto de partida as observações e análises realizadas a partir das três Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó, as quais possibilitam apresentar algumas conclusões.

As categorias trabalho, ser social e classe social permitiram identificar a gênese da reprodução desigual da humanidade, o modo de produção capitalista que, ao reinventar as formas de apropriar-se do trabalho humano e do desenvolvimento das forças produtivas, aprimora seus mecanismos para expansão do capital, isto é, as formas de apropriar-se da riqueza socialmente produzida. Desta compreensão, conclui-se que o cerne da questão que perpassa as Experiências Associativas de Trabalho retoma a busca dos homens pela sobrevivência. A sua origem também é condição determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, e por fim, pelas inovações nas formas de gestão da produção para ampliar a expropriação da riqueza social produzida pela classe social trabalhadora.

O fenômeno desemprego foi incorporado ao enfoque histórico, enquanto uma categoria que possibilitou apreender o capital corporificado num conjunto de elementos articulados para promover sua expansão. O desemprego é assim um fenômeno inerente ao capitalismo. Esta compreensão desmistifica e abre caminhos para o desvelamento dos outros elementos que historicamente são destinados a legitimar as várias formas de alienação, expropriação e fetichização sob a mercadoria trabalho. É com esta entonação que as políticas sociais, especialmente a enfocada neste estudo, a política pública de trabalho e emprego e os programas de geração de renda, são interpretadas. O marco descritivo para as reflexões sobre a política pública de trabalho foi a década de 1990, devido às significativas mudanças estruturais, e recentemente, com os desdobramentos com a criação a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A inserção da Economia Solidária é significativa, tanto em aspectos conceituais por inovar a concepção de trabalho, diferenciando daquela que o igualava ao emprego assalariado, como também pelas observações que a configura como estratégia para gerar o trabalho não assalariado.

O desdobramento das reflexões e interpretações realizadas a partir do movimento histórico do mercado, Estado e sociedade possibilitaram apreender os aspectos que tornam o associativismo e cooperativismo como coexistentes ao lado do contexto societário do capitalismo. Retomar a origem teórica e prática do pensamento de Saint-Simon, Fourier e Owen permitiram identificá-las como distintas ao destacarem-se aspectos determinantes, que as diferenciam, mas não as tornam totalmente anticapitalista.

Constatou-se que o sistema industrial de Saint-Simon tem como idéia central o trabalho como instrumento de transformação, os homens produtores de riqueza deveriam romper com as instituições e o poder sob o jugo da aristocracia, assumindo a gestão da produção social como também a direção do Estado. A princípio, parece que a proposta era a de inverter os valores de hierarquizar a sociedade e com isso distribuir a riqueza.

As falanges se difundem na idéia de que todo homem na realização do seu trabalho é produtivo, do mais simples ao mais complexo, sendo todos necessários para a boa qualidade de vida, mas principalmente que a harmonia social só pode ser mantida se a todos os homens for dada a possibilidade de assumir uma função produtiva que lhe garanta a sobrevivência. Observou-se que a intenção dessa proposta é humanizar a produção da vida material para que as desigualdades sociais se tornassem aceitável, uma vez que nos falanstérios a idéia de igualdade coexiste com a desigualdade.

No sistema social de Owen se reconheceu a proposta de combater, via trabalho, as condições desiguais advindas da irracionalidade do sistema industrial que emergia, uma fé na

possibilidade de transformar a realidade social provocada pelo desemprego, numa clara tentativa de racionalizar as conseqüências das mazelas criadas pelo sistema do trabalho fabril. Nisso se fundamenta a característica filantrópica do sistema owenista e sua relação com o Estado na busca de assegurar a todos: educação, riqueza, caridade e progresso, variáveis vistas como indispensáveis para desenvolver a racionalidade da não exploração social entre os homens. Tal sistema, por meio da socialização dos meios de produção procura incorporar estes princípios como instrumentos necessários para uma vida social diferente da emanada pelo capitalismo. A fábrica como espaço de libertação e construção de consciência coletiva representa o centro da teoria de Owen, mas também aponta os limites de suas utopias que propõem o novo na célula mãe estrutura do velho, se assim se pode chamar o capitalismo industrial de sua época. Contudo, Owen inova quando articula a dimensão de reivindicação de participação e responsabilização do Estado com a melhoria de vida dos trabalhadores.

As Experiências Associativas de Trabalho analisadas sob a ótica do sistema de sociometabolismo do capital, são identificadas como iniciativas que reforçam o próprio capital, pois não apresentam uma dimensão ideológica que as projetem na busca pelo trabalho criativo e autônomo. Na atualidade, as pessoas, via trabalho associativo, constroem formas de sobreviver às transformações societais, reforçam a centralidade do trabalho para sua constituição enquanto ser social, mas não conseguem revolucionar sua condição de dependentes do trabalho, o qual continua sendo a fonte de acumulação para a riqueza alheia. Esta consideração fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- A permanência dos princípios de igualdade, solidariedade, cooperação continuam sendo defendidas como os atributos a serem aprimorados pelos trabalhadores formadores dessas Experiências, reforça a idéia de que a reprodução desigual é uma questão a ser resolvida pelos próprios trabalhadores na forma como o trabalho coletivo é empregado.

- A permanência na idéia de que o homem individualmente pode realizar o trabalho coletivo livre sem necessariamente precisar alterar o modo de produção e o modelo de mercado que o regula.

- As Experiências Associativas continuam sendo estratégias assistencialistas e de filantropia por parte do Estado e do capital, as quais legitimam o sentido inclusivo do capitalismo.

- A sua incorporação ao aparato-estatal via política pública de trabalho e de inclusão social reforça o projeto político-ideológico neoliberal. Primeiro porque direciona suas ações aos usuários em situação de risco social (geração de renda); segundo, por incentivar e investir na desresponsabilização do Estado quanto à proteção social dos trabalhadores (não-

assalariamento); e, terceiro porque, com habilidade, transfere ao mercado as políticas rentáveis e a sociedade as que não podem ser privatizadas.

As Experiências Associativas de Trabalho abrem espaço para os trabalhadores identificarem a condição subjacente a todos os que vivem da venda de sua força de trabalho, o diferenciando-a da empresa capitalista. , Se houver o engajamento com a idéia de luta de classe, esse modelo de associação de trabalho pode permitir aos trabalhadores observar o trabalho concreto, seu o valor do uso, o que ele produz por hora trabalhada.

As análises realizadas a partir das Experiências estudadas apresentam como resultante da forma de organização do trabalho um modelo social em evidência, no entanto, para que as Experiências se configurem como um modelo alternativo de produção social estas carecem de aspectos para além da organização do trabalho. Alterar a forma de organizar o trabalho e dissociar a produção do tradicional espaço da indústria deixa de ser uma característica reivindicatória de melhores condições de trabalho como foi o cenário social e político reivindicativo que deu origem a Rochdale (1844). Assume a conotação compatível com o modo capitalista e favorável com o modelo de gestão de produção incorporado por ele.

Esse aspecto apresenta uma questão de análise das Experiências, o cooperativismo, se assumido apenas como um modo de organizar o trabalho se coloca a serviço das novas máquinas e da reestruturação produtiva.

Marx (1985) ao se referir a revolução promovida pela maquinaria alerta que as invenções mecânicas sozinhas não explicam a emergência da revolução industrial, que só podem ser explicada se acompanhada pela inovação na forma de dispor sobre o trabalho e como os trabalhadores passaram a concebê-lo. Dessa forma, o trabalho em cooperativa só poderá assumir a condição de opositor à ordem vivente, se deixar de ser trabalho assalariado, (ou cancelar as relações capitalistas de produção) .Josiane – se deixar de ser apenas trabalho assalariado pode virar dono dos meios de produção – ainda nos marcos do capitalismo.

A questão colocada às Experiências Associativas de Trabalho, retoma o trabalho no sentido da sua realização política. Entende-se como desdobramento disto a forma como o trabalhador projeta seu trabalho para além da produção material, ou seja, a forma como o trabalho e a produção se associam para reproduzir a vida material. Aprender a reprodução da vida para além da aparência é não limitá-la ao emprego do trabalho e à remuneração dele advinda. A essência da condição humana só pode ser compreendida por meio da produção e distribuição da riqueza social fruto do trabalho. De forma que a concepção do trabalho constituída na essência, e não na aparência, amplia a condição de trabalhador (empregado e desempregado) para a de classe social e ao espaço de transformação social.

Entretanto, evidencia-se no decorrer das reflexões que as Experiências Associativas de Trabalho aproximam os trabalhadores de alguns aspectos da autogestão.

A autogestão exige não somente a propriedade social dos meios de produção e de intercâmbio, mas também uma transformação da organização social e da vida, permitindo a cada homem e a cada mulher adquirir as capacidades criativas para a organização da sociedade de uma maneira livre (GUIMARÃES, 2004, p. 5).

A idéia da autogestão amplia a discussão para uma abordagem política e cultural do trabalho. Esta abordagem não foi problematizada, pois este trabalho se empenhou em refletir sobre as relações sociais e de produção, a organização interna e, sobretudo procurou por meio da voz de trabalhadores sujeitos das organizações demonstrar como três das Experiências Associativas de Trabalho em Chapecó, estão sendo gestadas, mostrando seus arranjos sociais e políticos como alternativa de sobrevivência.

Conclui-se que as Experiências Associativas de Trabalho apresentam-se como respostas dos trabalhadores ao desemprego. A forma como vem sendo fomentada e desenvolvendo sua atividade produtiva não se constituem em um modelo de produção social alternativo, uma vez que se fundamentam na relação capital-trabalho. Contudo, indicam mudanças significativas quando ultrapassa a idéia única de gerar renda, colocando-se também como uma outra opção a geração de trabalho. No que diz respeito às possibilidades destas Experiências transformarem em oposição ao modelo de produção social capitalista, é necessário um avanço na adoção do exercício da autogestão como centro das atividades no interior dos empreendimentos, podendo suscitar uma alteração no comportamento político e cultural dos trabalhadores cooperados.

## REFERÊNCIAS

AUED, Idaletto M. Capital e Emancipação Humana: o ser social. In: AUED, Bernadete W. (org.). **Educação para o (des) emprego**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999, p. 109 - 131.

AUED, Bernadete W.; CHAVES, Luiz Carlos. **O desemprego não é inexorável**. Revista Plural/ APUFSC / SSIND. Nem rir, nem chorar, mas entender. Florianópolis, nº 13, ano 9, p. 56 – 73, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas Autogestionárias como Alternativas de Sobrevivência em Santa Catarina**. Relatório Parcial De Pesquisa. Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 50, ano XVII, Abril de 1996.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez & Ed. UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BACHA, E.; BONELLI, R. **Crescimento e Produtividade no Brasil**: o que nos diz o registro de longo prazo. 2001, 47 p. (Versão Preliminar). Disponível em: <[www.econ.puc-rio.br/PDF/bacha\\_bonelli.PDF](http://www.econ.puc-rio.br/PDF/bacha_bonelli.PDF)> . Acesso em: 27 de maio de 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de C. Barbosa. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência da geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil, 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

BECKERMAN, Olinto. **Os socialismo pré-marxista**. 1ª ed. Tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1980.

BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem, 1905. In: **AGUIAR, Ronaldo Conde**. O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Edição 1999. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

BORTOLUZZI, Josiane. **Gênero e Trabalho**: mulheres propondo um Grupo de Produção como alternativa de inclusão no mundo do trabalho. 2002, 94 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002.

BUBER, Martin. **O socialismo Utópico**. 1ª Ed. Perspectiva: São Paulo, 1971. Coleção Debates. Tradução Paola Civelli.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**, Lei nº 8742, 07 dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho Emprego. **Perfil do Município de Chapecó**, 2005b. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/estudiosospesquisadores>> Acesso: 19 de fevereiro de 2006, às 23horas.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho Emprego. **Secretaria Nacional de Informações em Economia Solidária (SENAES)**. Economia solidária em desenvolvimento. Texto para discussão. Brasília: MTE, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho Emprego. **Secretaria Nacional de Informações em Economia Solidária (SENAES)**. Plano Nacional de Qualificação. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/senaes>>. Acesso: 17 de março de 2006, às 23horas

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Informações em Economia Solidária**. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): termo de referência. Brasília: Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES, 2004.

BRAVO, Gian Maria. **Les Socialistes avant Marx**. Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel. Paris: François Maspero, 1970, Vol. II, pp.25-67.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica ao salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Ramón Pena. **Questão do Trabalho**. Texto para Discussão. Programa de Pós-graduação em Educação/ Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1998.

CATTANI, Antonio David. **A crítica a economia solidária**. Texto para discussão. [S.l. : s.n.], 2002.

COSTA NETO, Francisco Josino da; PAULA, Danielle Brasil Accioly de. **A influência do plano real na postura estratégica da ME e EPP no estado do Ceará.** ANAIS do I Encontro de Pós-graduação e pesquisa – abril/2001, p. 424 – 429 .

CHAVES, Luiz Carlos. **O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e a Participação Popular em Florianópolis:** conflito e luta política. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 2001.

CRUZ, A. C. M. da. **A Diferença da igualdade:** a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006, 398 p. Tese (Doutorado em Economia) Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, 2006.

D'INTIGNANO, Béatrice Majnoni. **A fábrica de desempregados.** Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 224p.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. IN: CHESNAIS, François ...[et al.]. **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003, p. 16 - 17.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.

FARIA, José Henrique de. **Comissões de Fábrica:** poder e trabalho nas unidades produtivas. Curitiba: Criar Edições, 1987.

FOURIER, François Marie Charles. **El nuevo mundo industrial y societário.** Tradução Aurelio Garzón del Camino. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

\_\_\_\_\_. O Novo Mundo Industrial e Societário. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos:** os precursores do pensamento social de nossa época. Tradução: Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.67-96.

GERMER, Claus. M. A 'Economia Solidária': uma crítica com Base Em Marx. V Colóquio Latinoamericano de "América Latina y el rumbo del capitalismo". México, octubre de 2005, p. 1-8.

GUIMARÃES, Valeska N.; KOROSUE, Aline; CORRÊA, Fernanda Z. M. **Autogestão de Empreendimentos:** Experiências em Santa Catarina. Florianópolis: Núcleo Interdisciplinar

de Estudos da Inovação e do Trabalho – NINEIT/Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, 20p. (no prelo)

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 5ª ed. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 366p.

HOLYOAKE, George Jacob. Os 28 tecelões de Rochdale. Porto Alegre: WS Editor, 2000. (Publicado em co-edição com Federação do estado do Rio Grande do Sul – UNIMES/RS).

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP- Unochapecó). **Relatório anual de programa permanente de extensão**. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Chapecó, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de programa permanente de extensão**. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Chapecó, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa Incubadora Tecnológica Universitária**. Disponível em: <http://www.unochapeco.com.br>. Acesso em: 10 de maio de 2004b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Banco de Dados**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. 2005. IBGE/Censo Demográfico de Santa Catarina 1996 – 2000.

IBGE. **Departamento de Emprego e Rendimento**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/portariam](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/portariam) (Atualizada em 13 de fevereiro de 2004). Acesso: 27 de maio de 2006a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por amostras de domicílio**: sínteses de indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 de maio de 2006b.

JORNAL BRASIL DE FATO - Uma visão popular do Brasil e do Mundo. **Trabalhadores**: no Brasil, o 1º de maio dos desempregados. [S.l.] 10 mai. 2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/166/nacional/materia.2006-05-10.0066466539>. Acesso em: 27 de maio de 2006.

KRAYCHETE, Gabriel. et. al. (org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAYRINK, José Maria. Entrevista Márcio Pochmann. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 10 jan. 2000. Caderno Economia.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Ed. Martin Clarer. Coleção a obra-prima de cada autor, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã** (I – Feuerbach). 9ª Ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. vol I; tomo I; livro terceiro. 2ª Ed. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 8 -102.

MARX, K. Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: **MARX, K.;ENGELS, F.** Obras Escolhidas: V. 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1866, p. 313-321.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da UNICAMP, 2002, p. 310 – 343 (Parte II).

\_\_\_\_\_. A educação para além do capital. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial/ Education beyond capital, 2002b.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Texto para Discussão. Brasília, 2004. (No prelo)

OWEN, Robert. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Tradução: Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.101-146.

PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. In: **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, nº 45, fev/2005, ISSN 1519.6186.

PEDRINI, Dalila M.; PRIM, Lorena de F.; SANTOS, Nilce R.dos. **A Economia Solidária Rural no Oeste Catarinense**: um Estudo de caso sobre a Associação de Agricultores Monte Alegre (AGRIMA). Blumenau: Universidade Regional de Blumenau (FURB)/Núcleo Local da UNITRABALHO. Relatório Final de Pesquisa: Significado e Tendências da Economia Solidária de Santa Catarina, 2002. (No prelo).

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Economia).

POLI, Odilon L. **Economia Solidária no Oeste Catarinense**: panorama preliminar. Trabalho apresentado para a Disciplina Economia Solidária III/Programa de Pós-graduação em Economia Faculdade de Economia e Administração (FEA)/Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Unochapecó: novas possibilidades na relação Universidade X Estado e sociedade. In: **Revista Extensão**, Blumenau: Editora da FURB, 2004, p. 58 – 80.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico. **Programa Empresa Mãe**. 2004. Disponível em: <<http://www.prefeituramunicipalchapeco.com.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. **Banco de Dados**. Chapecó. 2005a. Disponível em: <<http://www.chapeco.sc.gov.br/index>>. Acesso em: 08 de novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Imprensa. Com apoio da FASC é fundada Associação de Artesãos Sorrindo para a Vida. 2005b. Disponível em: <<http://www.chapeco.sc.gov.br/index>>. Acesso em: 07 de março de 2006.

RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas de Geração de Emprego e Renda**: justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Universidade de Brasília. Departamento de Economia. Série de TEXTO PARA DISCUSSÃO No 277, janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/277Fev07CARamos.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2006.

ROLLI, Claudia. Brasil é o 2º do mundo em desemprego. In: **Folha de São Paulo**, 27/05/2002, Caderno Dinheiro.

SAINT-SIMON, Claude-Henry de Rouvroy. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.** Tradução: Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 47-61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. II: Reinventar a emancipação social: para novos manifestos.

SILVA, Jorge E. **Marxismo e Anarquismo, duas visões divergentes do socialismo.** Folha Política e políticos de Ourém. 2004. Artigo 14p. Disponível em: <http://o.politico.vai.nu/archives/internacional/>. Acesso: 26 de novembro de 2005.

SILVA, Jacqueline O. Políticas Públicas Municipais de Trabalho e Renda na Perspectiva de Economia Solidária. In: **Revista Grifos**, nº 11, novembro de 2001, p. 191-206.

SINGER, Paul. **Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo.** In: **Proposta**. Nº72, Março/maio de 1997.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.** 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André R.; CUNHA, Gabriela C.; DAKUZAKU, Regina Y. (orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO DE SANTA CATARINA (SINE/SC). Setor de informações e análise do mercado de trabalho/Informativo para a Imprensa, 2005. Disponível em: < <http://www.sine.sc.gov.br> > . Acesso 08 de novembro de 2005.

SPOZATI, Aldaíza. “**Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania**”. Serviço Social & Sociedade, n. 55, 1997, pp. 9 – 38.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Tradução: Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UMBELINO, Valmor João. **Sócio-economia Solidária e Educação Popular**: contradições e perspectivas. 2000, p. 128. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2000.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra; trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. (Coleção Ciência Sociais).

WAGNER, Peter. **Crises da Modernidade**: a sociologia política no contexto histórico. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Minas Gerais, nº31, ano 11, p. 29 – 43, Jun 1996. Conferência realizada no 19º Encontro Anual da ANPOCS.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome (opcional): \_\_\_\_\_  
 Quanto à procedência: De onde veio? \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Organização que pertence (ou em processo de formação): \_\_\_\_\_  
 Cargo ou função dentro da organização: \_\_\_\_\_

### **Trajetória e Motivação pessoal**

1. Como surgiu na sua vida a possibilidade de formar ou de se tornar associado de organização coletiva para o trabalho?
2. Tempo que é associado na organização:
3. Qual a sua atividade profissional?
4. Quais os três últimos lugares que trabalhou?
5. Até que série da escola você estudou?
6. Esta foi à primeira organização coletiva para o trabalho que você se associou?
7. Como e quando surgiu seu interesse em fazer parte de uma organização?

### **Processo de Formação da Organização**

8. A organização coletiva que pertence recebe ou recebeu apoio para sua formalização?
9. Você sabe que tipo de apoio é esse?
10. Como você vê esse apoio (na constituição, formalização ou capacitação) junto a organização?
11. Quanto tempo à organização foi ou ainda é apoiada por uma outra instituição?
12. Você acha que por ter esse apoio à organização tem alguma influência no cotidiano (rotina) de trabalho?

### **Ideologia**

13. As pessoas que iniciaram ou foram chegando para fazer parte da organização vinham com que idéia?
14. E qual a sua idéia sobre como seria trabalhar numa organização coletiva?
15. Quais as coisas que você acha que influenciaram na definição do tipo de organização?
16. Quantas pessoas participam da organização?

### **Seu trabalho**

17. Como é organiza da produção?
18. Que trabalho você faz? Seu trabalho é individual ou coletivo? O que você acha a respeito disso?
19. Todos os trabalhadores realizam o mesmo trabalham? Sim.explicue / Não. Por quê?
20. Como é definido o tipo de trabalho para cada pessoa? Horário e tempo dedicado ao trabalho?
21. Descreva detalhadamente o que você faz (o seu trabalho) e como faz? (rotina)
22. Como é o relacionamento entre os membros da organização?
23. Você tem liberdade e autonomia para a realização de seu trabalho na organização? Comente.
24. O que você acha das suas condições de trabalho? (remuneração, local é agradável).
25. O que você acha que poderia melhorar nas condições de trabalho?
26. O que você não gosta no seu trabalho?

### **Salários e Divisão dos Rendimentos**

27. Como é definida a remuneração do trabalho dentro da organização coletiva?
28. Existe diferenciação de remuneração? Como é definida?
29. O trabalhador que se afasta do trabalho por motivo de saúde recebe remuneração? Sim. Explique / Não. Por quê?

30. Como é definida a distribuição dos rendimentos da produção dentro da organização?  
31. Como são definidos os investimentos na qualificação técnica; capacitação; educação (desenvolvimento intelectual).

#### **Administração da Organização**

32. Como são organizados os cargos e as funções dentro da organização?  
33. Quem dirige a organização coletiva e como é escolhido o dirigente?  
34. Existe rodízio entre os componentes para assumir funções de coordenação e administração?  
35. Existe alternância na direção? Como acontece?  
36. O dirigente pode ser destituído caso seja à vontade do coletivo?  
37. Como são as tomadas de decisão. Comente.  
38. Existem trabalhadores contratados? Como foram definidas?  
39. 1º Em relação a você/ 2º em relação ao grupo. Como você vê o Estatuto e o Regimento da organização?  
40. Como são definidas as normas?  
41. Como é o ingresso de novos trabalhadores na organização? Comente.  
42. Existe promoção dentro da organização?

#### **Ação Sóciopolítica**

43. A organização se envolve em eventos na comunidade local. Sim.Explique / Não. Por quê?  
44. Existe na organização a preocupação com o repasse das informações?  
45. Quem representa a organização para o trabalho em eventos, reuniões externas?  
46. Você lembra para quem votou nas últimas eleições: prefeito, governador e presidente?  
47. Como você entende a relação entre a sua organização (produtos ou serviço) e o tipo de mercado, de economia vigente?  
48. Qual a sua opinião sobre qual seria a melhor forma para enfrentar o problema do desemprego no Brasil?  
49. Quais são seus projetos para o futuro?  
50. Como você vê o futuro da organização?

ANEXO A – SINOPSE COMPARATIVA ENTRE “EMPRESAS CONVENCIONAIS” E  
“INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA”

**Sinopse comparativa entre “empresas convencionais” e “iniciativas de economia solidária”**

	<i>Empresa convencional</i>	<i>Iniciativa de economia solidária</i>
<i>Forma de propriedade</i>	Separação entre produtores diretos e proprietários.	Os produtores diretos são os proprietários.
<i>Divisão do trabalho (concepção e execução)</i>	Separação das funções, sobretudo em relação às decisões-chave no empreendimento.	Indistinção entre agentes de concepção e execução.
<i>Relações de trabalho</i>	Remuneração do trabalho através de salário ou contratação precária de serviços.	Distinções de rendimentos são admitidas apenas coletivamente, em função de critérios de mediação com o mercado.
<i>Hierarquias</i>	Decisões vinculadas à propriedade: alienação dos produtores	Decisões vinculadas à propriedade-trabalho: implicação direta dos trabalhadores-produtores.
<i>Fator de produção estruturante</i>	Capital.	Trabalho.
<i>Controle das tecnologias e do conhecimento</i>	Submetido ao sistema de hierarquias.	Tensões e sínteses conflitivas em torno do acesso e do fluxo das informações
<i>Motivação para o empreender</i>	Defesa de níveis de vida anteriores, busca de lucros e auto-realização individual pela competição.	Defesa do emprego, sobrevivência econômica e identidade grupal.

Fonte: Barbosa (2005).

## ANEXO B – UMA TIPOLOGIA DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

### Uma tipologia das iniciativas de economia solidária

Tipo	Caracterização
(1) Associação de produtores autônomos entre si.	Reunião constituída legalmente ou não, de produtores autônomos entre si. Os associados são donos de meios próprios de produção e se reúnem com o fim de comercializar conjuntamente o produto e/ou potencializar outras ações econômicas.
(2) Associação para produção ou trabalho	Reunião constituída legalmente ou não, de produtores ou trabalhadores que compartilham entre si a propriedade dos meios de produção e do patrimônio do empreendimento. Em geral, são grupos que estão em vias de se tornar cooperativas ou que preferiram não adotar essa forma legal, embora funcionem de forma similar.
(3) Associação de crédito	Fundo mútuo destinado ao financiamento de insumos, de bens de produção, de capital de giro ou mesmo de consumo particular dos associados. Ao contrário das cooperativas de créditos, não tem legislação específica, regulando-se – a princípio – pelo direito civil, como associação privada.
(4) Associação para consumo e habitação	Reunião constituída legalmente ou não, que objetiva reduzir custos de aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza. É o caso das “associações de compras coletivas” ou de condomínios de pré-proprietários para a construção associada de casas próprias.
(5) Cooperativas de produtores autônomos entre si	Reúnem produtores autônomos entre si, mas filiados à organização cooperativa, na condição de proprietários privados de seus meios de produção, compartilhando o patrimônio e os ganhos da cooperativa.
(6) Cooperativas de produção ou trabalho	Reúnem produtores ou trabalhadores associados que compartilham a propriedade dos meios de produção e do patrimônio da cooperativa ao mesmo tempo.
(7) Cooperativa de prestação de serviços de agentes autônomos	Formadas por profissionais de mesma capacitação (p.ex.: médicos, ou dentistas etc.) que prestam serviços de forma autônoma entre si, mas cuja cooperativa permite organizar a relação com o mercado através de convênios, consórcios e outras formas de articulação econômica.
(8) Cooperativas de crédito	Fundos mútuos destinados ao financiamento de insumos, de bens de produção, de capital de giro ou mesmo de consumo particular dos associados. São regidas por legislação específica.
(9) Cooperativas de consumo e de habitação (convencionais)	Reunião de consumidores que objetiva reduzir custos de aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza. Na classificação, optamos por incluir aí as cooperativas habitacionais que contratam terceiros para a construção de casas ou edifícios (embora sejam regidas por legislações específicas, o objetivo e o caráter têm a mesma delimitação).

(10) Cooperativas de habitação por mutirão ou ajuda mútua	Em que um conjunto de associados se reúne para dividir os custos de produção e o trabalho necessário à construção de suas próprias moradias.
(11) ONGs	Organizações não-governamentais, sem fins lucrativos e com objetivo específico, que eventualmente assumem papéis econômicos para a viabilização de iniciativas associativas.
(12) Empresas autogestionadas por trabalhadores ou empresas recuperadas	Empresas em regime falimentar, cuja massa falida é arrendada por uma associação ou cooperativas de funcionários junto ao síndico legal, e cujos rendimentos são em parte destinados a saldar o passivo da antiga empresa.
(13) Clubes de trocas	Associações de produtores autônomos e independentes que estabelecem entre si relações extra-convencionais de mercado, estabelecendo regras específicas de troca a partir de compensações e moedas alternativas reguladas pelo próprio grupo.

Nota: Esboço propositivo.

Fonte: Barbosa (2005).